

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

REGINA APARECIDA KOSI DOS SANTOS

LEI 11.645/08 E O DESAFIO DE DOCENTES NÃO-INDÍGENAS EM RELAÇÃO À
TEMÁTICA INDÍGENA NAS SALAS DE AULAS

PONTA GROSSA

2023

REGINA APARECIDA KOSI DOS SANTOS

LEI 11.645/08 E O DESAFIO DE DOCENTES NÃO-INDÍGENAS EM RELAÇÃO À
TEMÁTICA INDÍGENA NAS SALAS DE AULAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Área de Concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade

Orientadora: Prof.^a Dra. Letícia Fraga

PONTA GROSSA

2023

S237

Santos, Regina Aparecida Kosi dos

Lei 11.645/08 e o desafio de docentes não-indígenas em relação à temática indígena nas salas de aula / Regina Aparecida Kosi dos Santos. Ponta Grossa, 2023.

87 f.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem – Área de concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade) – Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Letícia Fraga.

1. Lei 11.645/08. 2. Formação – professores. 3. Temática Indígena. I. Fraga, Letícia. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Linguagem, Identidade e Subjetividade. III. T.

CDD: 808

TERMO DE APROVAÇÃO

REGINA APARECIDA KOSI DOS SANTOS

LEI 11.645/08 E O DESAFIO DE DOCENTES NÃO-INDÍGENAS EM RELAÇÃO À TEMÁTICA INDÍGENA NAS SALAS DE AULAS

Dissertação apresentada para obtenção do título grau de
Mestre em Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa,
Área de concentração em Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Ponta Grossa, 11 de maio de 2023.



Prof.ª Dra Leticia Fraga – Universidade Estadual de Ponta Grossa



Prof.ª Dra Ligia Paula Couto – Universidade Estadual de Ponta Grossa



Prof. Dr. André Marques do Nascimento - Universidade Federal de Goiás



Agradeço a Deus, à minha família e ao meu povo Kaingang

RESUMO

A escolha do tema desta dissertação tem duas razões: o fato de eu ser Kaingang e ser licenciada em História. Em função disso, defini que o objetivo geral dessa pesquisa, portanto, é discutir com professores não-indígenas seus conhecimentos e práticas que envolvem a temática indígena e a Lei 11.645/08. Já os objetivos específicos são os seguintes: analisar se os participantes conhecem a Lei 11.645/08; se trabalham na direção de atender a lei e, em caso afirmativo, fazer um levantamento dos materiais utilizados para isso; analisar se os participantes se sentem preparados/as em relação às exigências da lei. Em relação ao referencial teórico, a partir dos parentes Baniwa Luciano (2006), Daniel Munduruku (2023), Coelho Tacariju (2021), Kayapó (2015) e Casé Angatu (2020), discuto a implantação da Lei 11.645/08, um direito que nós, povos indígenas, conquistamos, mas que, por vezes, tem sido considerado causador de transtornos dentro das escolas e também analiso as perspectivas da Lei 11.645/08 no contexto da escola não-indígena, os conceitos que ela propõe e quais são seus objetivos para ela ser colocada em prática, sem considerar a falta de materiais (convencionais, como livros didáticos) que tratem adequadamente da temática indígena, ao mesmo tempo em que falo da importância de analisar os materiais adequados, produzidos por indígenas, que existem em meio a este grande desafio que é justamente fazer, juntos, com que a Lei seja cumprida, não somente em escolas não-indígenas mas também dentro das universidades, nos cursos de formação de professores. Por fim, em relação à análise dos dados da pesquisa, estes foram divididos em 3 categorias, quais sejam: os participantes conhecem a Lei 11.645/08?; os participantes trabalham na direção de atender a lei? Quais materiais utilizam para isso?; e os participantes se sentem preparados/as em relação às exigências da lei? Em relação à primeira categoria, os participantes mostram que conhecem a Lei 11.645/08, alguns desde quando ela foi promulgada e todos têm consciência do que a Lei nos propõe, sua importância, seus objetivos. Com relação à segunda categoria, todos afirmaram ter trabalhado com a temática indígena, ou seja, já estão colocando em prática a Lei 11.645/08, mas afirmam que ainda há muito que se alcançar, já que a maioria dos professores afirmaram não confiar em livros didáticos, razão pela qual todos constroem seus materiais. Em relação à última categoria, todos os participantes afirmaram não ter tido a oportunidade de estudar a temática indígena na graduação ou explicação sobre a lei 11.645/08, o que talvez justifique a resposta dos 4 participantes não-indígenas ao dizer que não se sentem preparados para trabalhar temática indígena, mesmo que tenham mostrado que têm muito conhecimento sobre a lei 11.645/08.

Palavras-chave: Lei 11.645/08. Formação de professores. História indígena.

RESUMEN

Elegí el tema de esta disertación por dos razones: el hecho de ser kaingang y ser licenciada en Historia. Como resultado, decidí que el objetivo general de esta investigación es discutir con profesores no indígenas sus conocimientos y prácticas en relación con las cuestiones indígenas y la Ley 11.645/08. Los objetivos específicos son los siguientes: analizar si los participantes conocen la Ley 11.645/08; si trabajan para cumplir la ley y, en caso afirmativo, relevar los materiales que utilizan para hacerlo; analizar si los participantes se sienten preparados en relación a las exigencias de la ley. En cuanto al marco teórico, a partir de los trabajos de Baniwa Luciano (2006), Daniel Munduruku (2023), Coelho Tacariju (2021), Kayapó (2015) y Casé Angatu (2020), discuto la implementación de la Ley 11.645/08, un derecho que los pueblos indígenas conquistamos, pero que a veces se ha visto como causa de problemas en las escuelas. También analizo las perspectivas de la Ley 11.645/08 en el contexto de las escuelas no indígenas, los conceptos que propone y cuáles son sus objetivos para que se ponga en práctica, sin considerar la falta de materiales (convencionales, como libros de texto) que traten adecuadamente las cuestiones indígenas, al mismo tiempo que hablo de la importancia de analizar los materiales apropiados, producidos por indígenas, que existen en medio de este gran desafío, que es precisamente garantizar, juntos, el cumplimiento de la Ley, no sólo en las escuelas no indígenas, sino también dentro de las universidades, en los cursos de formación de profesores. Finalmente, los datos de la investigación fueron analizados y divididos en tres categorías: ¿los participantes conocen la Ley 11.645/08? ¿Qué materiales utilizan para ello?; y ¿Se sienten los participantes preparados en relación a las exigencias de la ley? Con relación a la primera categoría, los participantes demuestran que conocen la Ley 11.645/08, algunos desde su promulgación, y todos saben lo que la ley propone, su importancia y sus objetivos. Con relación a la segunda categoría, todos afirman haber trabajado con la temática indígena, es decir, ya están poniendo en práctica la Ley 11.645/08, pero afirman que aún falta mucho por hacer, ya que la mayoría de los profesores dice no confiar en los libros de texto, por lo que todos elaboran sus propios materiales. Con relación a la última categoría, todos los participantes dijeron no haber tenido la oportunidad de estudiar las cuestiones indígenas durante sus estudios de grado o de aprender sobre la Ley 11.645/08, lo que tal vez justifique la respuesta de los 4 participantes no indígenas cuando dijeron que no se sentían preparados para trabajar con cuestiones indígenas, aunque mostraron tener mucho conocimiento sobre la Ley 11.645/08.

Palabras clave: Ley 11.645/08. Formación de profesores. Historia indígena.

RESUMO EM KAINGANG

Vênh rãnrãj tag vỹ, tỹ vênh jykre tỹ 11.645/08 Tag to vēmén Ke nĩ. Kanhgág tỹ vênh Kanhrán nỹtĩ tag ki krov jé Educação Básica ki, professores participantes ag to jykren nỹtĩ ag to tar he kỹ han sōr jé. Kar kỹ fóg tỹ professores ag tỹ Kanhgán ag mré rãnrãj nỹtĩ tag to, ag pé ki Króm sór kỹ, ag vênhrá vỹ ki krov tũ nĩ. Ag tỹ ki kanhrán há han jé. Ag tỹ, vênh jykre tỹ 11.645/08 ki ensino básico pētēm jé.

Palavras-chave: Jykre tỹ 11.645/08. Professores ag tỹ Kanhgán

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 – A TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA KAINGANG E DA PESQUISA	15
1.1 Apresentando meu povo Kaingang	19
1.2 Quem sou eu, pesquisadora Kaingang?.....	27
1.3 Como realizei este trabalho?	34
CAPÍTULO 2 – A LEI 11.645/08: UM DIREITO CONQUISTADO.....	39
2.1 A Lei 11.645/08	39
2.2 Lei 11.645/08 e formação de professores	45
2.3 O ensino da temática indígena no Ensino Superior.....	55
CAPÍTULO 3 – DADOS E DISCUSSÃO	60
3.1 Participantes conhecem a lei 11.645/08	61
3.2 Os professores trabalham na direção de atender a lei? Quais materiais utilizaram para isso?	65
3.3 O professor se sente preparado em relação às exigências da lei?.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	85

INTRODUÇÃO

Considerando as várias experiências vividas por mim, tanto dentro como fora da universidade, o assunto que escolhi para essa dissertação é algo que eu não poderia deixar de lado. É necessário falar sobre a Lei 11.645/08 e as práticas de professores não-indígenas em escolas não-indígenas, pois tanto professores quanto estudantes não-indígenas sofrem, assim como nós, povos indígenas, sofremos por não ser reconhecidos. Digo que professores não-indígenas também sofrem por não terem conhecimento sobre a temática indígena, por não serem preparados dentro das universidades para encarar juntamente conosco, povos indígenas, a luta para que alcancemos nossos espaços, já que a universidade também é nossa, mesmo que, muitas vezes, ela não nos acolha. Tentaram nos calar por 522 anos, por isso se faz necessário urgentemente romper o silenciamento a que sempre estivemos sujeitos.

A escolha do tema da pesquisa de pós-graduação se deu, portanto, pelo fato de eu ser indígena e por ser licenciada em História. Inclusive, antes de iniciar a pesquisa, eu havia pensado em trabalhar somente com professores não-indígenas da área de história, pois quando iniciei a graduação eu não tinha conhecimento sobre a Lei 11.645/08. Até pensei que ela se referia somente à disciplina de História, mas acabei descobrindo que a Lei 11.645/08 é obrigatória para todas as disciplinas, então por isso decidi discutir a questão com professores não-indígenas de outras disciplinas, como Artes e Letras. Além disso, como desenvolvemos, eu e meu esposo Alexandre Kuaray, muitos trabalhos em escolas municipais, senti a necessidade de ouvir um professor de escola municipal. Por fim, considerei importante a participação de um professor indígena para que suas respostas às perguntas do roteiro de entrevista servissem de contraponto às respostas dos professores não-indígenas.

No decorrer do curso de História, senti um certo vácuo com relação à história dos povos indígenas. Já que a Licenciatura em História é voltada para uma história eurocêntrica, como pude observar ao longo do curso, optei por pesquisar, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a história indígena, tal como ela aparece nos livros didáticos e a forma como vem sendo aplicada, visando a contribuir com o enfrentamento do grande desafio de tornar o ensino de história crítico. Neste trabalho, acredito que preciso definir o que entendo por *história indígena*: para mim, é a história que cada etnia tem, a sua cultura, a sua língua. Cada povo, por sua vez, conta sua história da forma como a conhece. Eu, por exemplo, uso a expressão ‘história indígena’, no singular, mas sei que são várias histórias. Nós, indígenas e não-indígenas, precisamos falar sobre os povos indígenas do Brasil, pois sofremos até hoje com o silêncio, a

invisibilidade e os estereótipos que criaram sobre nós, indígenas, que têm relação com o preconceito, a discriminação, o racismo em relação a nós e nossa exclusão.

Na minha graduação, como disse, senti um vácuo com relação à história indígena, tanto no decorrer das aulas, como também ao fazer minha pesquisa de TCC. Com relação ao estágio, sempre tivemos dificuldades em trabalhar questões que tratam de outras populações e quando chegava na população indígena a situação parecia piorar um pouco mais. Como citei anteriormente, focávamos nossa atenção em uma história eurocêntrica, mesmo não conhecendo a história no nosso próprio país. Ou, quem sabe, acabamos não conhecendo a história do nosso país, porque dedicávamos nosso tempo somente a conhecer a história da Europa. Quem sabe você, leitor, possa me perguntar: que história seria essa? Essa história seria aquela que nunca foi contada. Sabe aquela história que meu avô ou minha avó me contava, sobre os nossos antepassados? Aquilo que, muitas vezes, nós chamamos de lenda ou mito e acabamos aceitando ser uma lenda? É essa história! Aquela que o não-indígena conta da sua forma, do seu jeito, do seu ponto de vista e que hoje nós, indígenas, lutamos para contar do ponto de vista indígena. É essa história que o não-indígena não conhece.

Por trabalhar com questões indígenas dentro da sala de aula com professores não-indígenas, percebi a necessidade de ampliar este trabalho. Como pode a história indígena ser considerada uma história unificada? Por que nós, indígenas, nunca fomos protagonistas da nossa própria história? A história oficial da qual não fazemos parte nunca é desconstruída. Nela, o indígena que consta é aquele lá do passado. Por isso que, quando falamos dos povos indígenas na atualidade, o que se passa na cabeça da população brasileira é que ainda somos povos que vivemos como nossos antepassados, pois não evoluímos com o passar dos anos.

Explicando um pouco melhor meu TCC, na minha graduação apresentei uma análise das abordagens sobre história indígena nos livros didáticos de Gilberto Cotrim. A pesquisa compreendeu a análise de textos e imagens dos livros, bem como a forma como a história indígena vem sendo apresentada nas obras, desde a década de 1990, até nos momentos atuais. Os livros escolhidos para a análise foram três edições didáticas do autor, de períodos diferentes: o primeiro de 1994 (volume único de *História e consciência do Brasil*), publicado antes da LDB, do PNLD e da legislação referente aos povos indígenas no Ensino de História. O segundo é de 1999 (volume único da *História e consciência no mundo*), publicado depois da LDB, depois de iniciadas as avaliações do PNLD (ainda do Ensino Fundamental). E o terceiro é de 2010 (volumes 1 e 2 da *História Global*), livro avaliado pelo PNLD. A intenção com a escolha desses livros foi fazer uma análise do período antes e depois da legislação, tanto do PNLD (que estabeleceu vários critérios para avaliação dos livros didáticos), quanto da Lei 11.645/08, que

tornou obrigatório o ensino de história e cultura indígena¹, para identificar se essa legislação alterou de alguma forma a abordagem feita sobre a temática indígena. O objetivo do trabalho de TCC, desde o começo, foi analisar como a história indígena é apresentada dentro dos livros didáticos. Para iniciar este trabalho, foi preciso retomar a história indígena e identificar os povos existentes no território brasileiro, que foi dividido por regiões. Por fim, o objetivo era mostrar aos colegas historiadores a importância de se estudar as culturas indígenas, mesmo que elas sejam pouco apresentadas na disciplina de História do Brasil. Essa reflexão se justifica porque, desde 1500, em nenhum momento da história, tivemos uma visão clara sobre os povos indígenas, o que faz com que a população brasileira crie estereótipos de toda forma sobre nós, povos indígenas. Os resultados da pesquisa mostram que os livros não tratam nossa história adequadamente, pois os conteúdos analisados não estão de acordo com o que realmente vem acontecendo. Os anos se passaram, as nações evoluíram. Por essa razão, acredito que meu trabalho sobre os livros didáticos foi uma crítica.

Dessa forma, a **problemática** desta pesquisa passa pela análise de tudo o que passei na minha graduação, em relação aos conteúdos estudados dentro do curso de Licenciatura em História. Vejo, hoje, que tinha grandes expectativas quanto a eles. Imaginei que estudaria questões indígenas, mas as coisas começaram a correr pelo lado contrário. Nesse momento, eu comecei a imaginar: “como os professores não-indígenas estão lidando com as exigências da Lei 11.645/08?”, ou seja, minha preocupação era saber como estava/está sendo apresentada a temática indígena aos alunos não-indígenas e como os professores não-indígenas têm lidado com essa situação. Enfim, a lei 11.645/08 está sendo realmente cumprida? Foram essas preocupações que fizeram com que eu trouxesse essa discussão para o mestrado.

Por essas razões, defini que o **objetivo geral** dessa pesquisa, portanto, é discutir com professores não-indígenas seus conhecimentos e práticas que envolvem a temática indígena e a Lei 11.645/08. Já os **objetivos específicos** são os seguintes: analisar se os participantes conhecem a Lei 11.645/08; verificar se os participantes trabalham na direção de atender a lei e, em caso afirmativo, fazer um levantamento dos materiais utilizados para isso; analisar se os participantes se sentem preparados/as em relação às exigências da lei.

Como indígena estudante do curso de Mestrado em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a **justificativa** deste trabalho se dá pela relevância em falar sobre nós, povos indígenas, e nossas lutas do cotidiano para fazer parte da

¹ Embora a lei use exatamente essas palavras, “história” e “cultura indígena”, no singular, problematizo esse olhar de que os povos indígenas tenham apenas uma história e uma única cultura. Por isso uso “histórias e culturas indígenas”.

sociedade, direito esse tirado de nós há 522 anos. Ao longo desse período em que estive na Academia, é triste constatar que, em cinco séculos, a maioria das pessoas sabe pouca coisa sobre nós, os povos originários do Brasil. Tudo que se encontra sobre a história indígena são escritos bem recentes, tornando assim difícil escrever uma história geral.

No entanto, apesar de muitas vezes não sermos vistos, estamos aqui. De uma forma ou de outra, estamos fazendo a nossa história. Estamos construindo uma história aos poucos, ao longo do tempo. Quem sabe, um dia, possamos fazer parte da História, com H maiúsculo, quando ela incluir as nossas histórias, contadas a partir nosso ponto de vista, do jeito que queremos e não através de uma visão estereotipada sobre nós.

É a visão estereotipada sobre nós que considera que as mudanças que vêm ocorrendo ao longo do contato entre nós e os brancos contribuem para o entendimento de que nós, sociedade indígena, perdemos nossa cultura e, junto com ela, nossa essência indígena. Essas transformações, na perspectiva dos não-indígenas, vêm trazendo dúvidas sobre o que é ser indígena na sociedade atual e que isto deveria ser repensado.

Desse modo, decidi realizar essa pesquisa pelo fato de que, aparentemente, a Lei 11.645/08 consta apenas como lei, porque o que realmente deveria ser ensinado tem sido deixado de lado. Na prática, nós, indígenas, temos sido lembrados uma vez por ano, apenas no dia do índio. Por isso, cabe a nós, indígenas, refletirmos sobre a importância do ensino de história indígena, uma condição que se torna indispensável para a representatividade de todos os povos originários do Brasil, na preservação de sua cultura e de sua identidade e exigir que esse conteúdo integre todas as disciplinas da Educação Básica, tal como prevê a Lei.

Por isso, no meu ponto de vista, o ensino das histórias e culturas indígenas, como previsto na lei e considerando o que os povos indígenas entendem por história e cultura indígena, torna-se um importante objeto de estudo, pois a informação, que é resultante de uma construção de conhecimento, contribuirá para desconstruir essa imagem estereotipada de nós, indígenas, considerando que a cultura não é neutra e que ela vem acompanhando todas as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade desde a colonização.

Neste contexto, como já citado anteriormente, é importante tratar da historiografia indígena no âmbito escolar, fator esse que influenciará uma caminhada rumo a um ensino diferenciado e de qualidade e que, ao mesmo tempo, pense o ensino de história do século XXI, sem desconsiderar as identidades e a trajetória histórica de seus povos.

Para isso, é importante frisar que esse processo de ensino é fundamental na formação acadêmica docente, assim como é importante a revisão de todo processo de aprendizagem das futuras gerações, que de tempos em tempos vem sendo esquecida pela historiografia brasileira.

Nossos historiadores têm cruzado os braços para essa temática, desconsiderando também como é importante a valorização das tradições e dos costumes dos povos nativos. Mas para que isso realmente aconteça, precisamos ser considerados sujeitos de nossa própria história, mesmo que durante toda essa caminhada até os dias atuais tenhamos sido muitas vezes silenciados.

Quando nós, povos indígenas, chegamos às universidades, somos obrigados a absorver os conhecimentos de todas as culturas do mundo, sem que, nesses conhecimentos, possamos incluir as nossas próprias histórias, até mesmo as do meu povo. Por isso digo que o ensino de história indígena ainda é muito frágil e são muitos os desafios que ainda temos que enfrentar para ter um ensino diferenciado e de qualidade, um ensino que abranja desde a formação inicial dos professores de licenciaturas dentro da academia e chegue até a Educação Básica.

Ainda hoje, quando se fala em povos indígenas, uma das primeiras perguntas feitas é a seguinte: “Será que ainda existe índio no Brasil?” Para mim, essa pergunta nasce do racismo que muitas pessoas manifestam contra nós, racismo esse que nós, indígenas e não-indígenas, temos que superar a cada dia que passa. Por ser indígena, ao meu olhar, é muito fácil falar sobre o assunto e, ao mesmo tempo, muito difícil, pois para falar sobre a história dos povos indígenas teríamos que ter um bom conhecimento sobre cada povo, cultura e língua. Também é difícil, pois quando queremos ter acesso a mais informações, a leitura a que temos acesso, se for de autoria de não-indígena, não nos traz uma leitura mais profunda, mais crítica. Com base nas leituras feitas para meu TCC e para este trabalho, pude perceber que todos os autores não-indígenas, nos seus escritos, fazem o possível para escreverem um material de qualidade, mas isso não é suficiente para permitir uma leitura completa sobre os povos indígenas do Brasil.

Quando pensamos nos povos indígenas que vivem neste território, precisamos considerar que são várias etnias, várias culturas, várias línguas. Dificilmente será encontrada uma historiografia que abranja todas. Além disso, como já afirmei, muitos dos escritos que existem trazem a visão do não-indígena sobre nós, indígenas, e o homem branco vê com seus olhos, que não são os olhos de uma pessoa indígena. É preciso ter uma visão indígena da história indígena. Além disso, a história indígena é muito complexa. Quando estudamos essas populações, percebemos que muitas coisas são relevantes, por isso não podemos vê-las em um único contexto.

São vários povos com costumes diferenciados. Por essa razão, quando procuramos escritos sobre eles, encontramos apenas pesquisas feitas sobre um determinado grupo. Pela mesma razão, os livros didáticos também não conseguem abranger todos os povos e acabam abordando somente os mais conhecidos. No entanto, como não reforçam esse esclarecimento, dão a entender que é possível nos generalizar.

A principal informação que chega aos não-indígenas, assim como os historiadores têm contado, é que o Brasil foi “descoberto” pelos europeus. Em nenhum momento, esse contexto é alterado e a verdadeira realidade é mostrada. Mas na concepção indígena, o Brasil não foi descoberto, pois o que aconteceu foi uma invasão. Afinal, já havia povos morando nesse lugar. Mas alguns historiadores continuam centrando seus olhares no português como sendo o primeiro habitante do Brasil. Aparecemos na história em meados do século XVII, como escravos.

Em 1500, quando os Portugueses invadiram este território que hoje se chama Brasil, não é possível definir a quantidade exata de etnias e línguas que existiam em *Pindorama*². O que se sabe é que eram línguas e etnias variadas e que entre esses povos havia uma rivalidade muito grande, além do fato de que, nos 500 anos seguintes, esses povos quase foram exterminados, restando poucas etnias. Algumas foram até mesmo extintas e outras estão em extinção. Apesar dos grandes problemas que os portugueses trouxeram para nós, indígenas, ainda restaram comunidades que resistiram e tentam se reerguer. Reerguer no sentido de retomar costumes e a língua materna, mesmo que estes tenham sido adormecidos pela tentativa de aculturação. Esta tentativa quase fez com que deixássemos de lado nossa ancestralidade, mas seguimos nossas retomadas, recuperando nossas culturas, sem nunca termos deixado de ser indígenas. Os não-indígenas imaginavam que tudo o que havia dentro de nossas comunidades indígenas ao longo do tempo se acabaria. Entretanto, mal sabiam que, mesmo tentando nos tirar a língua materna (a língua falada), ela permaneceria presente e ativa até os dias atuais.

Até a década de 70, diziam que seríamos exterminados em pouco tempo, o que faz com que a pessoa que venha um dia a ler essa pesquisa possa se convencer da necessidade de trabalhar a temática indígena, para que a lei 11.645/08 venha se cumprir de fato, não somente porque é uma lei, dando sua aula de qualquer forma, mas que venhamos ter consciência de que existem outros povos, outras etnias, e que cada qual tem sua história, sua cultura, seu modo de vestir, a sua língua materna. Que a leitura deste trabalho nos permita lutar juntos em prol de outros povos, de todos os povos, não somente dos indígenas, por compreendermos que, no Brasil, não existe apenas uma nação, mas várias.

Do ponto de vista metodológico, avaliei em minha dissertação a forma como a temática indígena é trabalhada por um grupo de 5 professores, 4 não-indígenas e 1 indígena. Os dados fornecidos pelos professores foram levantados por meio da aplicação de um questionário sobre a Lei 11.645/08. Escolhi professores que atuam em diferentes disciplinas, como Geografia,

² Para Fleuri (2021, p. 23), “Pindorama (etimologicamente significa “região das palmeiras”) é uma designação para o local mítico dos povos tupi-guarani, que seria uma terra livre dos males (CLASTRES, 1978)”.

História, Artes, Letras e Pedagogia, com o objetivo de verificar que tipo de trabalho eles realizam em relação à temática indígena em suas áreas de conhecimento. Considerando que, para muitos docentes, o principal suporte de trabalho dentro das salas de aulas é o livro didático, mesmo que este não seja um meio seguro no que se refere às populações indígenas, como pude observar pelos resultados do meu TCC, o questionário previu perguntas sobre eles, que suscitaram da parte dos professores uma breve reflexão sobre como eles têm usado o livro, porque nesse material vemos somente a visão do não-indígena, o que para ele é o que parece ser certo a nosso respeito.

Em termos de organização, este trabalho se estrutura da seguinte forma: a dissertação tem 3 capítulos.

No Capítulo I, que se intitula *A TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA KAINGANG E DA PESQUISA*, me apresento como Kaingang, contando minha trajetória pessoal, bem como apresento o povo Kaingang.

No Capítulo II, que se intitula *HISTÓRICO DA LEI 11.645/08: UM DIREITO CONQUISTADO*, amplio um pouco mais a discussão sobre a implantação da Lei 11.645/08, um direito que nós, povos indígenas, conquistamos, mas que, por vezes, tem sido considerado causador de transtornos dentro das escolas, como disse no capítulo anterior.

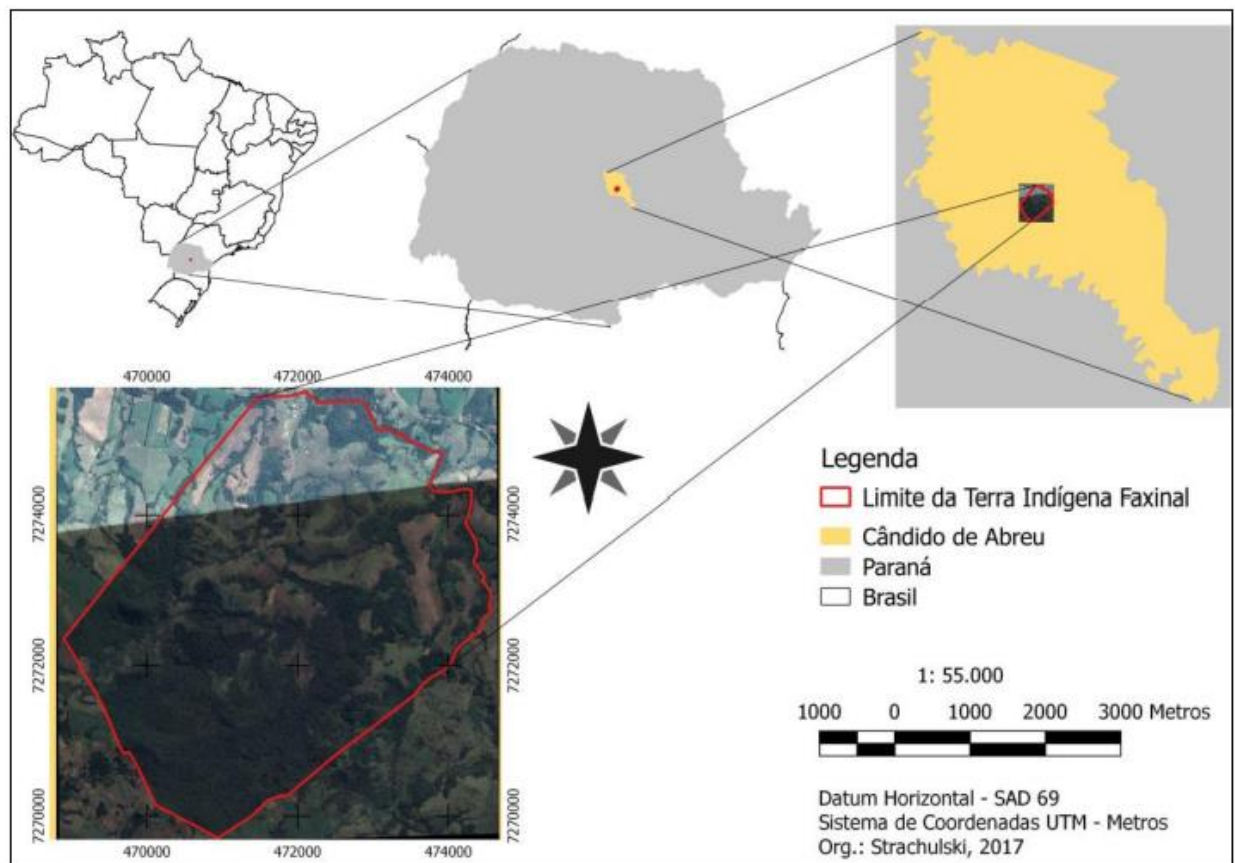
No Capítulo III, que se intitula *DADOS E DISCUSSÃO*, discuto os dados levantados junto aos participantes, os quais puderam ser divididos em 3 categorias temáticas,

Por fim, trago as considerações finais.

CAPÍTULO 1 – A TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA KAINGANG E DA PESQUISA

Como já mencionei, meu nome é Regina Aparecida Kosi Dos Santos, sou natural da Terra Indígena Faxinal, município de Cândido de Abreu. Pertencço ao povo Kaingang, residente na região sul do Brasil. Sou filha de indígenas Kaingang e meus pais falam a língua indígena. Como nasci na terra indígena, desde pequena sempre convivi com meu povo. Morei em quatro aldeias indígenas: a aldeia que nasci, Faxinal; em Palmas; em Rio das Cobras, no município de Nova Laranjeiras e na Terra Indígena de Mangueirinha. Atualmente sou casada com um indígena pertencente à etnia Guarani.

Mapa 1: Mapa de localização da Terra Indígena Faxinal e configuração territorial atual



Fonte: Strachulski (2015 *apud* STRACHULSKI et al. 2018, p. 313).

Imagem 1 - Aldeia Faxinal, vista do centro cultural e escola ao fundo



Fonte: Acervo próprio

Imagem 2 – Aldeia Faxinal



Fonte: Acervo próprio

Imagem 3 – Aldeia Faxinal e a famosa serra da mesa vista à direita da imagem



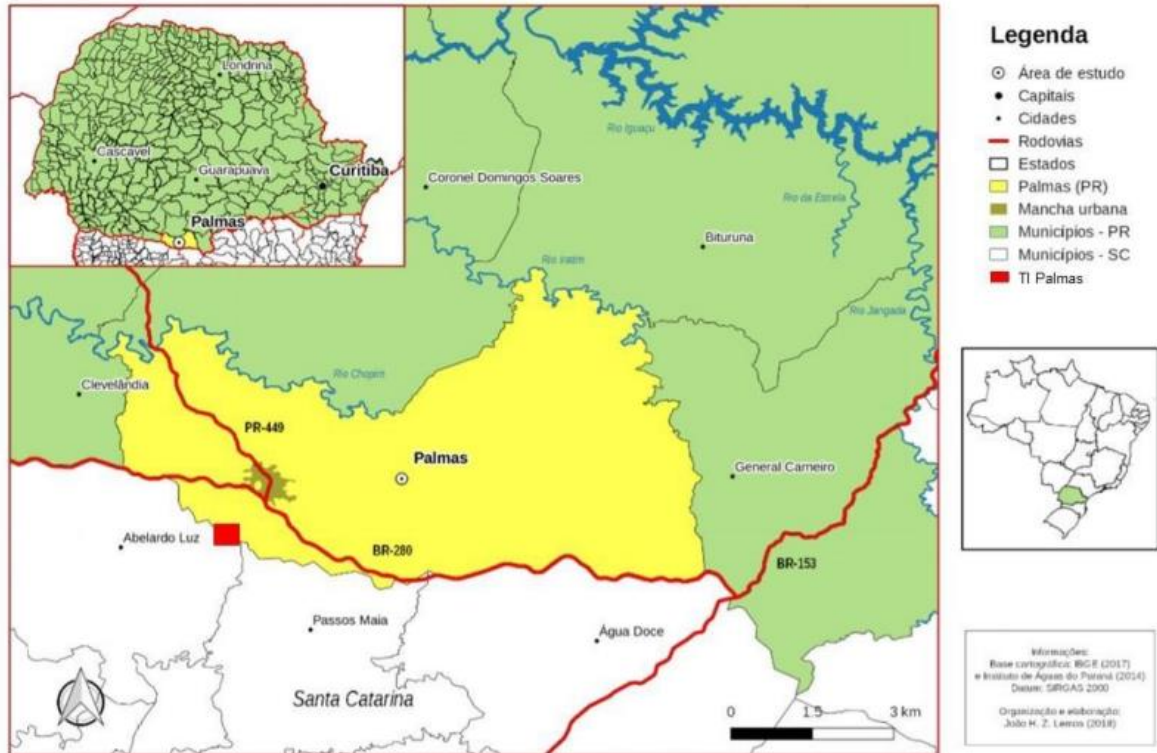
Fonte: Acervo próprio

Imagem 4 - Na foto a pesquisadora e o seu bebê Miqueias



Fonte: Acervo próprio

Mapa 2 – Terra Indígena de Palmas



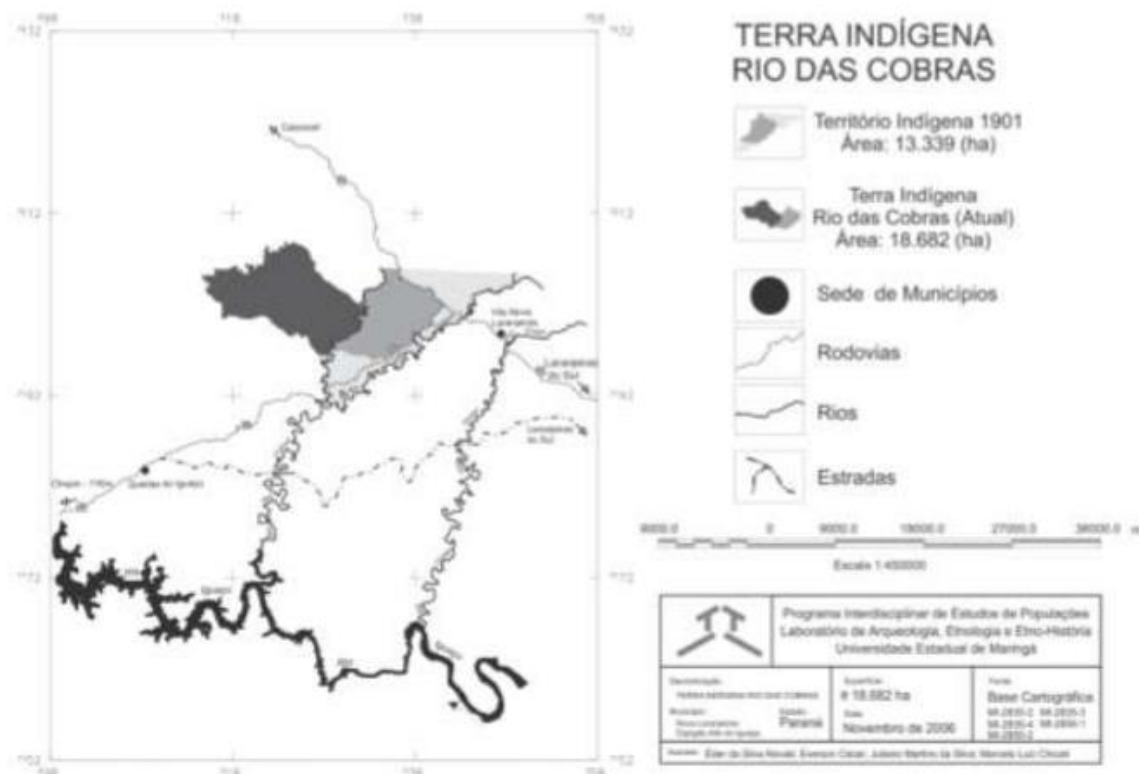
Fonte: Adaptado por Rodrigues (2021) a partir de Carlin (2019 apud RODRIGUES, 2021)

Mapa 3 – Terra Indígena de Mangueirinha, Paraná



Fonte: PROJETO DE PISCICULTURA..., 2023.

Mapa 4 - Terra Indígena Rio das Cobras



Fonte: Novak (2014 apud FREITAS, 2019, p. 12).

1.1 Apresentando meu povo Kaingang

Como eu vivi em diferentes comunidades indígenas e a aldeia indígena na qual eu cresci não se falava mais a língua materna, eu não aprendi a falar Kaingang, mas entendo bem. A minha avó materna era quem sempre quis que eu falasse a língua indígena, era ela que, todos os dias, me contava histórias e depois eu traduzia a história que ela já tinha me contado. Minha avó não falava em português comigo, apesar de ela saber falar o português. Essa era a forma como ela me ensinava a língua materna. Mas depois que ela faleceu, eu tinha uns 8 anos de idade, eu já não tinha quem me ensinasse, porque meus pais sempre me ensinaram a falar o português. Eu não sei até que ponto isso afetou a minha vida, porque hoje sinto falta. Preciso muitas vezes falar com meu povo e eu já não sei falar a língua materna.

A parenta Jaciane Goj Téj Kuitá Fideles (2020) apresenta uma reflexão importante sobre o papel da língua Kaingang para nosso povo:

Sabe-se que as línguas se constituem tendo como base propriedades comuns, no entanto, as mesmas estão sempre em processo de modificação, isso porque estão expostas a fatores de instabilidade e variação. Sendo as alterações linguísticas determinadas socialmente, pode-se pensar na multiplicação de uma única língua em duas ou várias, e isso é comprovado se analisarmos, por exemplo, os troncos e famílias

linguísticas das línguas faladas pelos povos indígenas do Brasil. A vida em determinada comunidade faz com que seus falantes façam acordos sobre as transformações que um idioma sofre, mantendo-se, assim, comunicação entre os sujeitos que dela fazem uso. Porém, quando dois grupos de uma mesma comunidade se separam e deixam de manter contato, não há mais necessidade de atualização das modificações que sofreu a língua que falavam enquanto viviam juntos. É assim que as línguas devem ter se multiplicado em todo o mundo, e assim ocorreu no caso dos idiomas indígenas brasileiros, isso, claro, no decorrer de milhares de anos (RODRIGUES, 1986). Os Kaingang ou Coroados, como eram conhecidos antigamente, são um dos povos indígenas do tronco linguístico Macro-Jê do sul do Brasil. A denominação Kaingang define ao mesmo tempo o povo indígena e a própria língua falada por esse povo. Seu significado é: povo do mato ou povo da floresta. A maioria dos Kaingang do estado do Paraná são bilíngues, ou seja, falam a língua materna e o português. (FIDELIS, 2020, p. 27)

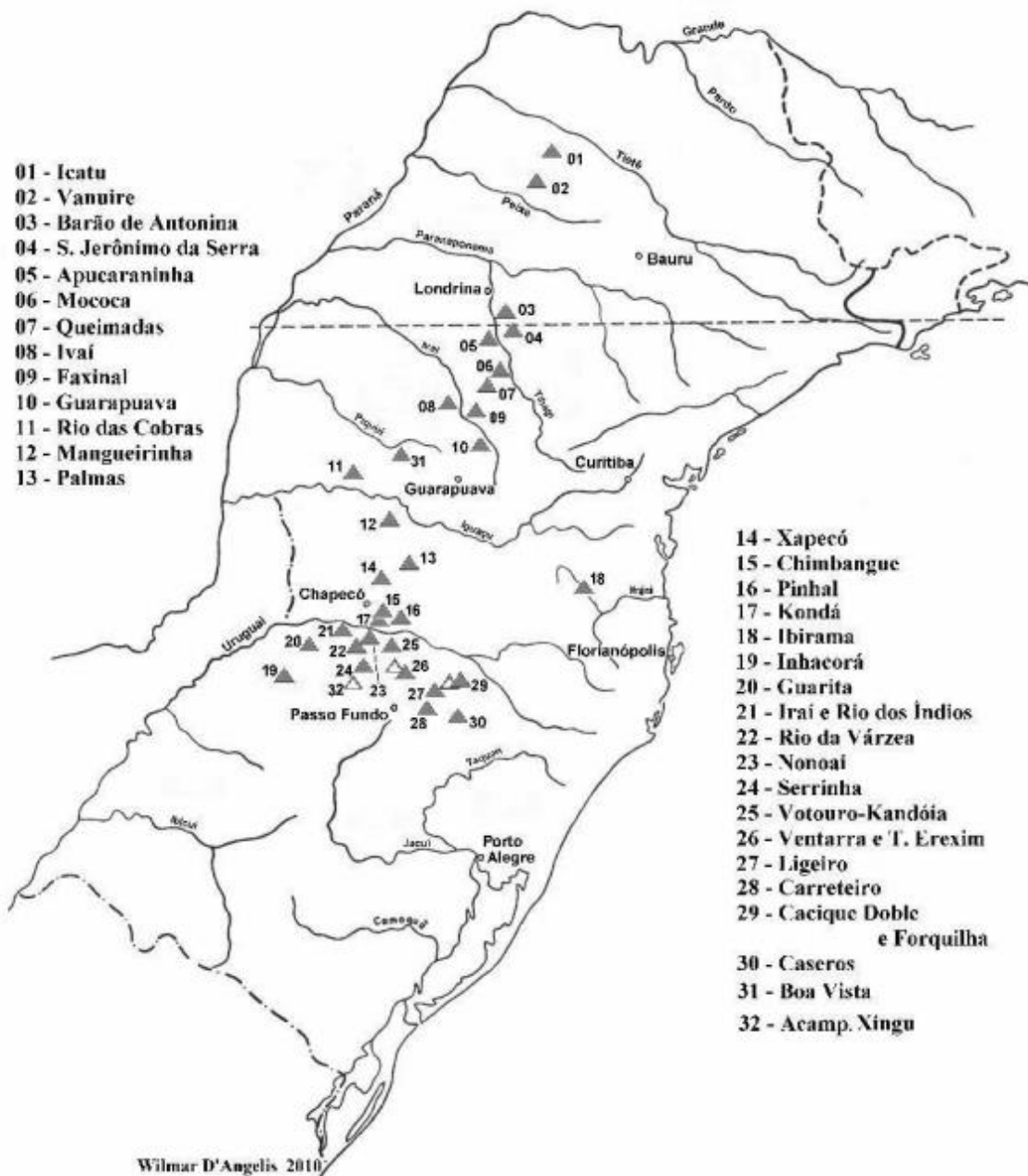
Em termos de classificação linguística:

A língua Kaingang é uma das línguas da família Jê, integrante do tronco Macro-Jê. O Kaingang e o Xokleng (que é uma língua muito próxima do Kaingang, hoje falada apenas no estado de Santa Catarina) formam o conjunto das línguas e culturas Jê do Sul do país. A língua Kaingang é uma das línguas com maior número de falantes entre as línguas indígenas do Brasil. Os Kaingang formam o grupo indígena mais populoso do sul do Brasil, totalizando mais de 25 mil pessoas, vivendo em mais de 30 terras indígenas distribuídas nos três estados do sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e em São Paulo. [...] Como se espalharam por lugares diferentes, os Kaingang desenvolveram vários dialetos diferentes: às vezes diferentes quase só na pronúncia, mas também com algumas palavras diferentes para dizer a mesma coisa. No Paraná se reconhecem pelo menos dois dialetos Kaingang: um nas áreas indígenas ao norte do Rio Iguaçu (Rio das Cobras, Marrecas, Ivaí, Faxinal, Queimadas, Mococa, Apucarantina, Barão de Antonina e São Jerônimo da Serra) e outro nas áreas abaixo do Iguaçu (Mangueirinha e Palmas). (FIDELIS, 2020, p. 28-30) (FIDELIS, 2020, p. 28-30)

Vivemos na região sul, Paraná, Santa Catarina e Rio grande do Sul, além de ter uma parte da etnia que também vive no estado de São Paulo, os Kaingang estão entre os grupos mais numerosos do território chamado Brasil.

Os Kaingang formam o grupo indígena mais populoso do sul do Brasil, totalizando mais de 25 mil pessoas, vivendo em mais de 30 terras indígenas distribuídas nos três estados do sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e em São Paulo. Somente no Paraná, são mais de 10 mil pessoas, segundo o site portal kaingang, habitando 85.264,30 hectares de terras. Esta área está distribuída em 17 terras, abrigando as etnias Guarani, Kaingang e remanescentes do povo Xetá. (FIDELIS, 2020, p. 28-30)

Mapa 5 - Distribuição da Terras Indígenas Kaingang no sul e sudeste do Brasil.



Fonte: ÁREAS KAINGANG (2023)

Ainda vivemos nossa cultura, fazemos nossos artesanatos que é para nossa própria sobrevivência, apesar de termos sido obrigados a deixar para trás parte de nossa história, a qual estamos com muita força e luta tentando resgatar.

Como afirmam os parentes Juliana Teresinha de Oliveira e Marcos Roberto Fernandes (2014), os Kaingang são “um povo do passado, presente e futuro, pois conhecer o passado nos traz sabedoria e riqueza, tudo transforma-se no meio do artesanato, hoje podemos dizer que

somos o que somos [por] respeitarmos as diversidades culturais, cientes de que é uma longa caminhada” (OLIVEIRA, FERNANDES, 2014, p. 10).

Em relação às mudanças que nosso povo sofreu, os parentes afirmam ainda que:

conseguimos superar as dificuldades, e continuamos preservando nossa identidade. Uma das formas de manter essa identidade é através do trançado de nossos ARTESANATOS. Igualmente, se hoje temos histórias é graças aos nossos kofa (pessoas mais velhas e sábias) que ainda preservam a nossa língua e nossa cultura. [o trabalho que fizemos] se propôs a trazer novas reflexões sobre os valores do artesanato cultura kaingáng ao mesmo tempo em que falamos desses artesanatos damos prioridade ao balaio mostrando que precisamos continuar valorizando a arte kaingáng, percebendo como o modo de pensar e produzir o artesanato tem um papel na construção da sociabilidade kaingáng. A arte de fazer balaios pode ser visto como um fator de nossa identidade, pois cada povo tem suas especificidades com relação ao assunto, por exemplo, o modo do trançado, as matérias-primas utilizadas, as cores, e o destino dado a esses artesanatos. (OLIVEIRA, FERNANDES, 2014, p. 10-11)

No artesanato Kaingang se representa uma das histórias mais importantes do povo Kaingang: a que conta como nosso povo se originou a partir de dois grupos que chamamos de Kamê e Kairu. Kame e Kairu foram dois grandes guerreiros que nos deixaram tudo o que sabemos hoje.

Imagem 5 - Metade Kanhru (marca redonda)



Fonte: Oliveira e Fernandes (2014, p. 15)

Imagem 6 - Metade Kamé (marca comprida)



Fonte: Oliveira e Fernandes (2014, p. 16)

Há algum tempo, Kame e Kairu eram muito lembrados durante rituais e danças. O grupo que pertence ao clã Kame se pintava com a marca dos risquinhos e o grupo pertencente a Kairu se pintava com a marca das bolinhas. O grupo pertencente à marca Kame não poderia se casar com a mesma marca Kame e a marca Kairu não poderia casar com a mesma marca Kairu. O casamento era feito entre pessoas de marcas diferentes, entre Kame e Kairu. Não casamos com alguém da mesma marca, porque somos parentes e isso, segundo a história contada pelos nossos antepassados, faria com que o casamento não desse certo, como ratifica a parente Sueli Krengre Cândido (2014):

Os Kaingang dividem sua sociedade, bem como toda a natureza, em duas metades exogâmicas, patrilineares, complementares e assimétricas, chamadas de Kamê e Kairu. Esta divisão baseia-se na mitologia de origem dos Kaingang, em que Kamê e Kairu são os irmãos gêmeos que fundaram o povo Kaingang, sendo assim, os casamentos são realizados apenas entre metades opostas. As divisões Kamê e Kairu são representadas pelas marcas rá téj (comprida ||) e rá ror (redonda ●). Essas

representações das marcas são vistas em pinturas no rosto e no corpo para apresentações de eventos e nos rituais. Também pode ser vista em artesanatos feitos pelos artesãos do povo Kaingang (CANDIDO, 2014, p. 16).

Cada comunidade tem um jeito de contar a história de Kamé e Kairu. No livro intitulado “minhas belas histórias”, Souza et al. (2014, p. 1-10) contam que:

Há muito tempo, os Kamé e Kairu que são os grupos que formam o povo Kaingang, viviam numa terra fértil. Um dia, uma grande chuva chegou. A água caiu por dias e noites, as terras ficaram alagadas e submersas. O único lugar para onde poderiam se abrigar era o monte Crinjijimbé. Mas os kamé e kainru se afogaram e suas almas foram para dentro do monte. Depois de um tempo eles ressurgiram e pela manhã, ao ouvir as saracuras cantando, souberam que a terra já era firme. Quando começou a chuva, além dos Kaingang, havia também naquela região outro povo, os kuruton. Eles subiram em cima das árvores para fugir da enchente e foram transformados em macacos bugios. Os kamé e os kainru saíram de dentro do monte e abriram dois caminhos. Os kainru saíram pela direção oeste, onde havia uma terra plana e macia, por isso são ágeis e seus pés são pequenos. Já os kamé saíram pela direção leste, por uma terra dura e cheia de pedras, por isso são lentos e seus pés se tornaram grandes e fortes. Kamé trabalhava de dia, porque saiu da parte alta da montanha, ao leste, o lado do sol. Os parentes dos kamé se pintam com linhas retas. Já kainru trabalhava de noite, pois saiu do lado de baixo, no Oeste, o lado da lua, a pintura dos kainru tem forma de círculos. Assim, pouco a pouco, kamé e kainru foram refazendo tudo o que a água levou embora. Os irmãos kamé e kainru teciam cestos. Também moldavam o barro em volta da fogueira, recriando os animais e tudo o que tinha perdido, kamé e kainru ensinaram como viver compartilhando tudo e em paz, para povoar a terra que foi recriada. As moças kamé se casaram com os moços kainru, e as moças kainru casaram com os moços kamé, assim surgiu o povo Kaingang, um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil. (SOUZA et al. 2014, p. 1-10)

Essa história do Kamé e Kainru acima é contada por autores indígenas do estado do Paraná. A seguir veremos, na citação abaixo, uma outra versão da história do Kamé e Kainru contada por uma autora indígena do estado do Rio Grande do Sul, para vermos a diferença entre as versões da história.

Resumindo um conto que a minha mãe me contava que essas marcas kamê e kanhru surgiram quando uma índia Kaingang estava grávida de gêmeos e quando foi dar à luz, o levou a marca arredondada, pois fazia lua cheia na noite em que nasceu, o outro menino demorou muito para nascer, quando nasceu o dia já estava clareando e trazendo consigo a cor vermelha, esse por sua vez era kamê, por esse motivo traz a marca como um risco na horizontal. Esse é um conto que eu adorava escutar, imaginando o porquê das cores que me pintavam ao participar das danças culturais. (CRESPO, 2015, p. 25)

Quando analisamos as duas histórias, podemos ver que são contos bem diferentes um do outro, mas que não deixam de ser histórias que têm relação com o lado espiritual dos povos Kaingang. Sempre que ouvir uma história do povo Kaingang, sempre ouviremos falar das duas metades que é o Kamé e Kainru.

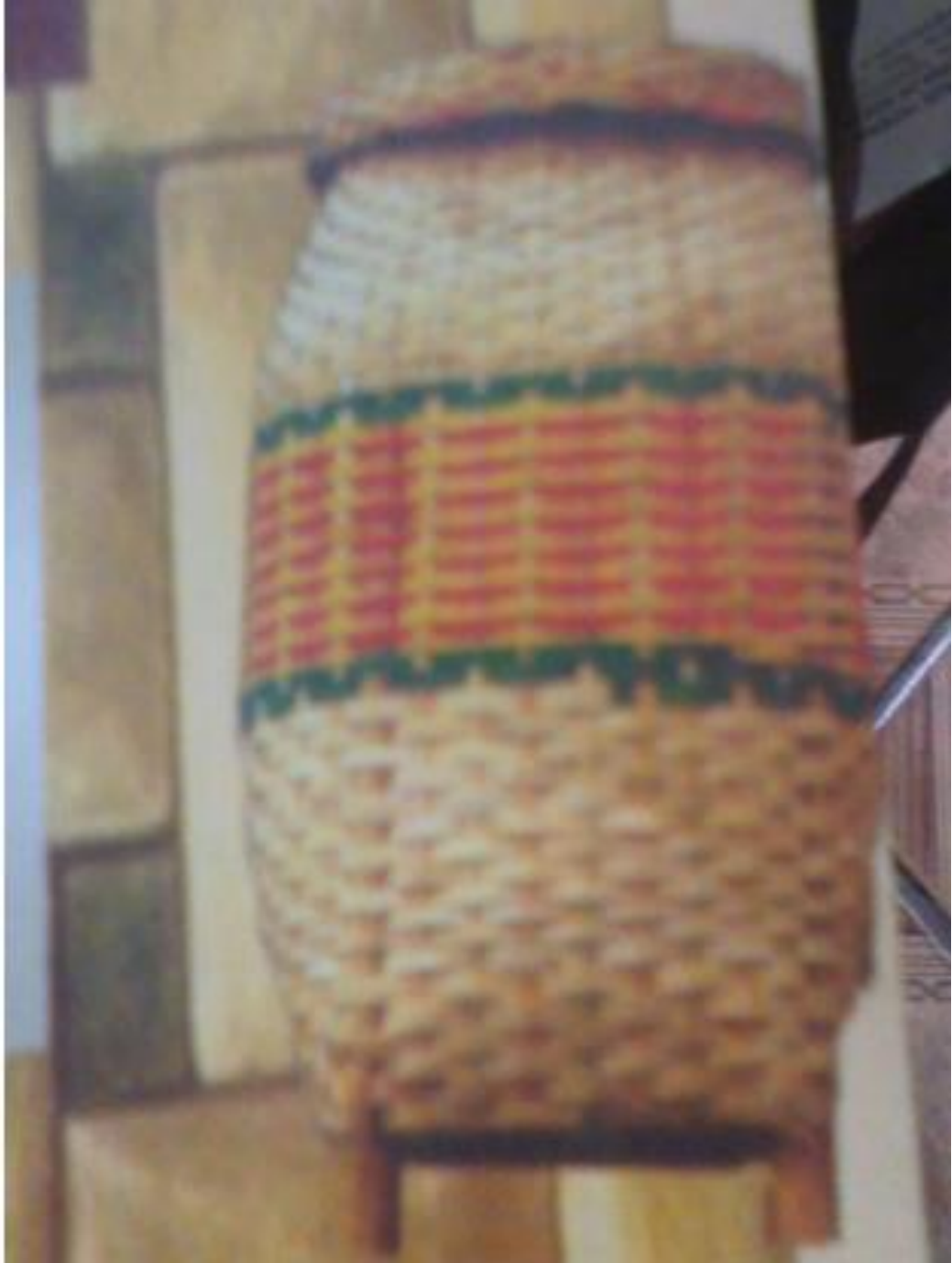
O Kamé e Kainru estão presentes até os dias atuais, mesmo que a juventude de hoje já tenha, um pouco, deixado de lado as marcas e que não siga o costume tradicional de casarem Kamé com Kainru. As marcas continuam estampadas nos artesanatos indígenas, que hoje já não são mais feitos conforme a sua marca, mas são feitos para a sobrevivência do próprio indígena.

Imagem 7 - cestos redondos ou baixos (pertencem a metade Kanhru)



Fonte: Oliveira e Fernandes (2014, p. 18)

Imagem 8 - cestos compridos ou longos (pertencem a metade Kamé)



Fonte: Oliveira e Fernandes (2014, p. 17)

Desde 1500, os povos indígenas têm lutado dia após dia para manter a sua cultura. Podemos ver que os anos que passaram fizeram com que alguns grupos étnicos, deixassem de viver a sua cultura plenamente, como o povo Kaingang que, em partes deixou a cultura, como a língua falada (no caso das comunidades indígenas do estado do Paraná que não falam mais a

língua Kaingang³) e o conhecimento da história de Kamé e Kainru. Por isso que digo que é uma grande corrida contra o tempo, para que possamos resgatar a nossa cultura, algo que tem sido esquecido.

1.2 Quem sou eu, pesquisadora Kaingang?

Os meus primeiros passos na educação começaram na aldeia onde cresci, em Palmas, sudoeste do Paraná, quando comecei a pré-escola. Eu já sabia o alfabeto completo, sabia contar de 1 a 10 e as cores, porque eu tive ajuda dos meus pais em casa. Eles compraram um caderno e um lápis para que eu fosse aprendendo as primeiras letras do alfabeto. Isso facilitou para que eu pudesse aprender a ler e escrever na primeira série e ajudou na leitura. Eu lembro como se fosse hoje: eu tinha um livro do Pinóquio e meu pai me incentivava na leitura. Eu ficava horas no quarto lendo aquele livro, porque meu pai queria ouvir a história lida por mim.

Naquele tempo, a educação escolar indígena era meio complicada. Era década de 90 e nossos professores não eram de fora da aldeia nem tinham educação superior. Geralmente, nossas professoras eram a mulher do chefe do posto ou a mulher do tratorista⁴, ou seja, pessoas não qualificadas e em quantidade insuficiente para todas as crianças em idade escolar da aldeia, razão pela qual a primeira e a segunda séries precisavam estudar juntas na mesma sala. A professora dividia o quadro, primeiro passava conteúdo para uma turma e depois para outra turma. Assim foi até o quarto ano. Quando nós passávamos para o quinto ano, eramos matriculados na cidade, aí começava uma fase difícil para nós. Muitos dos alunos desistiram, por isso chegamos no oitavo ano apenas eu e mais um amigo.

O colégio onde estudávamos não tinha o Ensino Médio e era nosso desejo continuar estudando. Aí o chefe de posto, nesse período, início dos anos 2000, era um indígena hoje já falecido Ari Paliano e mais o cacique daquela época nos matricularam em outro colégio. Era o

³ Mas também existem aquelas que ainda permanecem com a língua materna, como é o caso da comunidade indígena onde eu moro, Terra Indígena Faxinal, em que os habitantes são 100% falantes da língua materna, conforme dados do último Censo (BRASIL, 2012).

⁴ Segundo Silveira (2015, p. 52-53), “Cabe esclarecer que Posto Indígena é distinto de Terra Indígena. Terra Indígena é a área de terras habitação permanente dos indígenas, localidade para desenvolverem “suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”. [Já] Posto Indígena, segundo Sílvio Coelho, “são unidades executivas da política indigenista desenvolvida pelos órgãos de proteção e assistência ao silvícola. São eles que colocam em prática o que foi formulado pelos órgãos central e regionais de proteção” (SILVEIRA, 2015, p. 52-53). Ou seja, o chefe do posto era uma pessoa branca, geralmente um homem militar, que morava no território com sua família. Quando as escolas começaram a ser implantadas nos Postos, quem assumia a função de professora era a esposa do chefe, mesmo que ela não tivesse formação nenhuma para isso. Quando não era a esposa do chefe, era a esposa de algum outro funcionário não-indígena, também homem e militar, que assumia a função, como a esposa do tratorista.

início de uma nova etapa. Naquele tempo, era muito importante ter Ensino Médio. No entanto, na metade do Ensino Médio, fomos embora morar em outra aldeia, em Rio das cobras, uma aldeia em que 100% da comunidade é falante da língua materna. Lá terminei o tão esperado Ensino Médio, mas os sonhos não pararam por aqui, ainda sonhava em ter um Ensino Superior. Foram três tentativas no Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná. Na terceira tentativa, eu fiquei em sétimo lugar e fiquei esperando alguém desistir para que pudesse ser chamada.

No Paraná, em 2001, foi criada uma política para os povos indígenas ingressarem nas universidades do estado, oportunidade essa que não nos era concedida até então.

A Lei 13134 de 18/04/2001, modificada pela Lei 14995 de 09/01/2006 foi a primeira política afirmativa voltada para os povos indígenas que vivem no Brasil, mais especificamente no Estado do Paraná. Seu objetivo era garantir a essa população direito a acessar uma universidade pública para cursar Ensino Superior. Essa lei foi conquistada por meio da luta de caciques, lideranças e dos próprios estudantes daquela época, uma vez que o direito à educação dos povos indígenas foi garantido pela Constituição Federal de 1988, mas na prática permanecia no papel até o final da década de 90. No início dos anos 2000, quando as universidades paranaenses nem sonhavam em ter estudantes indígenas em suas instituições, a luta e a resistência dos povos indígenas Kaingang, Guarani e Xetá alcançavam essa conquista, possibilitando, dessa forma, o surgimento dos novos movimentos sociais que protegem as leis indígenas no Brasil. Foi então que os povos indígenas deram início a uma nova caminhada. O vestibular dos Povos Indígenas no Paraná veio para dar apoio aos estudantes indígenas que queriam prosseguir seus estudos, ter uma carreira acadêmica e ingressar na vida universitária. (QUADROS, 2022, p. 37-38).

Antes dessa lei, vivíamos apenas sonhando em ter uma profissão. Eu, particularmente, nem sabia que havia universidades públicas. Mas como atualmente é difícil nos manter dentro da aldeia, somos obrigados a recorrer ao Ensino Superior, pois a mata já não nos oferece mais aquele conforto em que vivíamos antigamente, com abundância de caça, pesca e coleta de frutas. Quando tudo isso se acabou, tivemos que enfrentar as dificuldades aqui na cidade para conseguir conquistar nossos objetivos, dificuldades que enfrentamos todos os dias, na cidade, na sala de aula, em qualquer lugar. Conforme a Lei 13134 de 18/04/2001, modificada pela Lei 14995 de 09/01/2006, cada Universidade Estadual do Paraná oferece seis (6) vagas suplementares para alunos indígenas e a Universidade Federal do Paraná oferta dez (10) vagas. Foi por esse vestibular que eu entrei para cursar História na Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelas vagas (cotas) suplementares.

Falei anteriormente que estudar com não-indígenas é um desafio muito grande. Desde que entrei na quinta série, eu vivo e conheço a cultura não-indígena ou ao menos tento conhecer. Eu não sabia que começar um Ensino Superior seria um desafio ainda maior, as críticas são ainda maiores. E o pior dos desafios enfrentados por nós, estudantes indígenas, é o racismo que

enfrentamos. Nos deparamos com barreiras que muitas vezes fazem o acadêmico desistir. Muitos acadêmicos se calam diante de tantas dificuldades: enfrentar o preconceito, enfrentar uma cultura diferente da sua e ficar longe da sua família. A graduação, para mim, era algo impossível de se alcançar, pois eu já tinha família, dois filhos que, naquela época, eram pequenos. Mas por eles, pensando neles, eu fui em frente. Eu sabia que os desafios eram enormes e, a cada passo que eu dava, eles ficavam ainda maiores, mas eu fui adquirindo ainda mais conhecimentos e hoje eu posso dizer que concluí a graduação não apenas pelos meus filhos, pela minha família, mas pelos povos indígenas. Lutar pela causa indígena, por nossa sobrevivência e nossa existência faz com que vençamos cada obstáculo.

Ingressar em uma universidade pública foi um dos maiores desafios já enfrentados, mas um dos melhores, pois quanto mais você tem, mais você quer. Entrar no mestrado foi uma loucura, na visão de muitos, mas para mim foi um sonho realizado. Por que uma loucura? Porque um indígena na universidade vai contra todos os preceitos dos não-indígenas. Segundo alguns acadêmicos, colegas de classe, lugar de indígena é no mato, é na aldeia. Não somente colegas de classe diziam isso, mas alguns professores também. Por isso estar em um mestrado, hoje, é ver o quanto nós, indígenas, resistimos até aqui, apesar de 522 anos de muitas perdas, genocídios, territórios tomados. No entanto, a cada passo que damos mostramos nossa resistência, através da educação.

É difícil ser indígena hoje, já que fomos esquecidos com o passar do tempo ou talvez nunca tenhamos sido lembrados. Estar na universidade é um privilégio muito grande, pois aos poucos vamos conseguindo conquistar nosso espaço e aprendizagem também. Assim poderei contribuir com a minha comunidade e também incentivar os demais indígenas a entrarem no Ensino Superior, contando minhas experiências, boas e ruins, difíceis, mas que não são impossíveis de superar.

Quando chegamos na universidade, nós nos deparamos com tudo novo. A escolha do curso é muito difícil para nós, porque entramos com grandes expectativas em relação aos cursos, mas aí vemos que é totalmente o contrário daquilo que imaginamos. Vim para a universidade tendo em mente o que eu queria e quais eram meus objetivos. A escolha do curso de História se deu pelo fato de que eu acreditava que nesse curso eu poderia aprender um pouco mais de mim, pelo fato de ele tratar da História em geral e da história do Brasil. Imaginava que, durante os anos em que fiquei na academia, me seria apresentada a história indígena, afinal não é por ser estudante indígena que tenho conhecimento de todos os povos.

Mas esse pensamento de que conheceria as outras populações indígenas foi um engano, pois em todo o período em que fiquei na universidade não se falou em indígenas do Brasil, a

não ser dos indígenas pré-colombianos. A triste realidade dos dias atuais que estamos vivendo faz com que nem os próprios estudantes conheçam as etnias existentes em seu próprio estado.

Eu vim da minha aldeia para a universidade tendo em mente o que eu queria. Eu sabia que, por ter família, seria difícil para mim enfrentar todo esse processo. Não seria um sofrimento somente por ter família, mas também pelo fato de ser indígena o racismo de qualquer forma iria aparecer. De fato, foi o que mais me fez sofrer, porque é difícil para um não-indígena aceitar alguém de outra raça, aceitar outra cultura. A aprendizagem foi um pouco mais complicada. Além de enfrentar tudo novo, a linguagem acadêmica é difícil de compreender. Quando se fala em curso de licenciatura, vem em nossos pensamentos que é algo mais fácil, mas independentemente do curso que vamos cursar, tudo é difícil.

Como já disse, quando eu entrei na graduação, eu não tinha conhecimento sobre a Lei 11.645/08. Eu não sabia que existia essa lei e que a temática indígena é obrigatória dentro da sala de aula. Mas ao longo da minha trajetória estudando com não-indígenas, eu tinha a plena convicção que era o curso de História o responsável por ensinar sobre povos indígenas, mesmo passando meio por cima do que realmente é, pois tenho poucas lembranças do que estudei sobre a temática indígena, nos livros didáticos e lembro muito bem de não ter outra disciplina, tanto no fundamental, quanto no ensino médio que falasse sobre as culturas indígenas, a não ser a disciplina de história.

Sem saber o que me aguardava pela frente, eu escolhi o curso de História, no intuito de conhecer e trabalhar com a história indígena. No começo do primeiro ano, por haver muito preconceito por parte de alunos e professores, eu comecei a trabalhar com a temática indígena para tentar desconstruir a ideia que os próprios professores têm sobre os povos indígenas. Sempre que, em seminários, o tema era indígena, ninguém queria falar sobre ele, não sei se por falta de conhecimento sobre o assunto. Então quem ficava com o tema era nada mais nada menos que minha pessoa. Mas foi apenas quando iniciei a minha pesquisa de TCC que tive conhecimento sobre a Lei 11.645/08 e vi o quanto ela é importante, razão pela qual decidi começar pesquisando os livros didáticos, para ter um pouco mais de informação sobre o que vem sendo ensinado sobre a temática indígena e como os livros didáticos têm se organizado para tratar desse assunto.

Uma das melhores experiências que eu vivi e vou levar para a vida, que foi uma das razões que me fez refletir sobre os temas que abordei no TCC e no Mestrado, foram as palestras que comecei a ministrar nas escolas. De começo, como alguém que não tem muito conhecimento e até mesmo não sabe falar em público, eu achei que era algo em vão, por isso pensei: “é uma simples palestra”. Depois fui estudando mais sobre as culturas indígenas, as

línguas faladas, os nossos alimentos. Isso fez com que eu fizesse a análise dos livros didáticos, como TCC e agora, no Mestrado, trabalhasse com a lei 11.645/08.

Trabalhar dentro das salas de aula com a temática indígena tem sido de fato algo preocupante. Como existe uma lei que torna obrigatório o ensino da temática indígena, ela faz com que os professores busquem socorro para a realização desse trabalho junto a alunos indígenas. Sim, foi uma experiência boa e triste, ao mesmo tempo, porque pudemos ver, eu e meu marido⁵, que ainda falta muito para se aprender sobre os povos indígenas. Há muitos professores que têm um grande interesse em se aprofundar ainda mais nos conteúdos sobre indígenas, mas que não foram preparados para trabalhar essa temática. Nem os próprios cursos não se aprofundam na temática indígena. No curso de História, por exemplo, nos voltamos para uma história Europeia e esquecemos que, no Brasil, temos grandes histórias indígenas, que não foram escritas, mas que foram contadas na oralidade. Cada povo, cada etnia tem sua história, na mente de cada indígena. Era isso que as escolas nos chamavam para contar, a nossa vivência, a nossa história, que não está em nenhum livro didático.

Foram várias idas a colégios estaduais e também em escola municipal. O que mais entristece a nós, indígenas que estamos em cursos de formação para professores, é que estamos adquirindo conhecimento não-indígena, para mais tarde voltar para nossa comunidade e ensinar aquilo que já aprendemos em nossas comunidades. Por outro lado, quando temos que tratar da temática indígena, momento em que vamos falar sobre nossa cultura, sobre nossa etnia, há uma lacuna que precisa ser preenchida: como de fato essa cultura é? Como a história desse povo realmente ocorreu? Ou seja, os livros didáticos não tratam da temática indígena adequadamente, pois trazem uma história ou uma mistura de histórias em que ninguém mais se entende, o que acabou abrindo espaço para aquele indígena selvagem, que vive pelado, que ainda vive da caça e pesca. Isso acabou fazendo com que os alunos do Fundamental e do Ensino Médio não soubessem que ainda existem povos indígenas.

Sempre que iniciamos uma palestra, antes de falar sobre a cultura, as línguas e etnias, fazemos questionamentos aos alunos sobre o que eles sabem dos povos indígenas. Alguns falavam “eu já vi na TV” ou “eu vi no livro”. Então eles nos perguntavam se ainda existem *índios* (que é um termo ainda usado pelo não-indígena). Aí então começávamos a palestra nos apresentando como indígenas da etnia Kaingang e Guarani. Foi por ver essa falta e ver que algo precisa ser preenchido, que decidi trabalhar com os livros didáticos e a Lei 11.645/08, porque

⁵ Eu e meu esposo, Alexandre Kuaray, egresso da licenciatura em Geografia pela UEPG, começamos, a partir do nosso segundo ano de graduação, a trabalhar com palestras sobre a temática indígena dentro de escolas. Esse foi um dos motivos que me levaram a trabalhar sobre a lei 11.645/08 e com professores não-indígenas.

se os alunos têm esse pensamento de que já não existem mais indígenas, eu imagino como deve estar o pensamento dos professores não-indígenas. Antes da lei, a temática indígena só era trabalhada dentro das salas de aula se o professor quisesse, mas com a lei, que agora torna isso obrigatório, como os professores agem diante de tudo isso?

Ao me deparar com toda essa situação, eu me coloquei no lugar dos professores não-indígenas e pude perceber o quanto é difícil tratar de uma temática da qual não se tem conhecimento. Como os alunos já estão acostumados àquele indígena do livro didático, é difícil para nós, professores indígenas, desconstruir essa ideia do indígena selvagem, que vive na mata pelado. A título de exemplificação, em um dado momento, quando demos uma palestra em uma escola municipal, no final da palestra quando deixávamos alguns minutos para as perguntas, que eram muitas, fomos questionados por uma criança sobre como trouxemos a nossa roupa da aldeia para cidade, quando iniciamos a graduação. Respondi que foi em uma mala, mas não entrava na cabeça da criança que nós usamos uma mala para colocar nossas roupas, isso foi um choque para aquela criança.

É isso que tem nos preocupado muito, em pleno século XXI. São 523 anos da invasão ao nosso território, de povos que existem há milhares de anos e ainda tem aluno que não sabe quantas etnias existem no seu próprio estado. Ficamos no passado, paramos no tempo. Por isso que, quando falamos que indígena usa mala, usa celular, usa computador, isso se torna algo quase inacreditável.

Analisando tudo isso que vem acontecendo em salas de aula, com os próprios alunos, já podemos imaginar como estão os professores nesse processo em que a lei 11.645/08 nos colocou. Muitas vezes, eles ficam de mãos atadas sem saber o que fazer. E por que tudo isso está acontecendo? Porque as universidades não têm preparado seus acadêmicos para trabalhar com várias temáticas, não somente a temática indígena. Estamos acostumados a trabalhar a partir de um mesmo modelo. Quando chegam momentos como esse, em que são aprovadas leis que tornam obrigatório o ensino de temas que fogem do tradicional, como a temática indígena e da história e cultura africana e afro-brasileira, nós não estamos preparados para lidar com essa situação. Me passa pela cabeça até se de fato em algum momento foi desejo da universidade lidar com isso, porque demandaria revisão de todos os parâmetros nos quais ela se apoia.

Isso é o que tem acontecido dentro das salas de aula, com as experiências que tivemos com professores e alunos. Um fato inusitado que ocorreu também, durante esse tempo das palestras, foi quando nos chamaram para dar uma palestra sem nos dar maiores detalhes de como seria o evento, que tinha sido divulgado. Fomos na expectativa de que iríamos encontrar mais uma turma de alunos, mas dessa vez ocorreu o contrário, era um grupo de professores, que

souberam que fariam uma formação com dois indígenas que tratariam das culturas indígenas e viram nessa oportunidade uma chance de conhecer um pouco mais a história indígena.

A situação era triste de se ver, alguns professores nos diziam que se sentiam despreparados para essa temática, que não conseguiam trabalhar essa temática, porque não há materiais necessários para serem utilizados dentro da sala de aula. Quando falamos sobre a falta de materiais didáticos é ainda mais constrangedor para nós falar sobre o assunto, mas é necessário discuti-lo. Quando adentramos uma sala de aula pela primeira vez, parece que não conseguimos fugir do velho modelo, que é usar os livros didáticos. Não é que não tenhamos capacidade para mais, somos preparados da melhor forma possível, mas ficamos com aquela velha história do livro didático que, como disse anteriormente, é uma lacuna que precisa ser preenchida quando se trata da temática indígena – os materiais não são suficientemente adequados para que possam atender as necessidades do trabalho a ser feito.

Ainda há outra questão em relação aos materiais didáticos, que é a importância de se ter contato com materiais produzidos pelos próprios indígenas. Não que o material escrito pelo não-indígena não seja útil, mas é importante ter acesso a algo escrito por nós mesmos, indígenas, para que o não-indígena venha ter um olhar diferenciado, que parta de um ponto de vista indígena, como uma história indígena contada por alguém daquela etnia específica. Conforme citado acima, pudemos ver a dificuldade dos professores não-indígenas para trabalhar com a temática indígena. Sempre há relatos de que existem materiais, mas voltados para a literatura indígena. Não que isso não seja eficaz, é importante termos vários materiais que auxiliem nossos professores, como relativos à demografia Brasileira, ao espaço, às quantidades de etnias existentes, às línguas existentes, que são várias, mas os não-indígenas desconhecem.

Como aluna indígena licenciada em História, vivenciei experiências dentro do contexto acadêmico: quando se trata da temática indígena, a situação se torna um pouco mais complicada, porque até mesmo os professores da universidade desconhecem as culturas e etnias existentes no Brasil. Cito como exemplo uma fala de um professor que me entristeceu muito, quando eu já estava no quarto ano da graduação. No curso, temos uma disciplina de História do Paraná. Como sou indígena da etnia Kaingang, quando alguém fala sobre o Paraná, já penso vamos estudar sobre os Kaingang, Guarani, Xetas, mas não foi o que aconteceu. Na primeira aula de História do Paraná, o professor falou em sala que não iríamos estudar sobre os povos indígenas, mas se quiséssemos saber algo, era para perguntar para um professor que também dava aulas no curso e tinha um conhecimento a mais sobre os povos indígenas.

Analisando toda essa situação, tanto dentro das salas de aula, nas séries iniciais do fundamental e no ensino médio, como também dentro da universidade, dentro do meu próprio

curso, foi uma batalha imensa permanecer no curso, razão pela qual insisti em trabalhar sobre a Lei 11.645/08 na minha pesquisa de mestrado.

1.3 Como realizei este trabalho?

Nessa seção, vou descrever como foi feita esta pesquisa, desde 2019, quando fiz planos para ingressar no Mestrado.

Em primeiro lugar, preciso dizer que concordo com o que a parenta Linda Tuhiwai Smith afirma: para nós, indígenas, “o termo “pesquisa está indissocialmente ligado ao colonialismo e ao imperialismo europeu. [...] quando mencionada em diversos contextos, provoca silêncio, evoca memórias ruins, desperta um sorriso de conhecimento e de desconfiança” (TUHIWAI SMITH, 2018, p. 11).

Por essa razão, assim como meu esposo Alexandre (QUADROS, 2022)

me preocupei em não repetir os mesmos erros que cometem pesquisadores brancos quando se propõem a fazer pesquisas sobre nós, pois muitos “podem presumir que conhecem tudo que é possível sobre nós, com base em um breve encontro com alguns indivíduos de nossa comunidade” (TUHIWAI SMITH, 2018, p. 11). Quando um pesquisador chega para conversar conosco, contamos tudo que sabemos da nossa cultura, mas o que acontece é que o pesquisador às vezes escreve tanto que esquece que somos pessoas. Nós somos a verdadeira história do território brasileiro, mas ainda estamos longe de fazer parte da história real, porque nos livros didáticos aparecemos como índios sem evolução, do passado, mas não somos só isso, somos a resistência de muitas lutas por sobrevivência e ainda estamos aqui. Para que possamos aparecer na história oficial, temos que lutar ainda mais. Mas há quantos anos de luta estamos resistindo e quanto mais precisaremos resistir? Quantos massacres, genocídios vencemos e quantos mais precisaremos vencer? A população indígena é como coluna que estrutura a população brasileira, já que sem a história indígena o Brasil não é Brasil, mas continuamos invisíveis. Por isso concordo com a parente Tuhiwai Smith (2018) quando ela afirma que, quando os brancos falam de nós, eles falam mais de si mesmos do que qualquer outra coisa. (QUADROS, 2022, p. 26-27)

Do ponto de vista metodológico, também segui Grada Kilomba (2021), centrando minha pesquisa em minhas experiências e nas dos docentes parceiros neste trabalho “resguardando nossa condição de pessoas, em razão de que nas dinâmicas do racismo nós somos tratados como objetos, porque somos tornados sujeitos incompletos (KILOMBA, 2021), não considerados iguais aos completos” (QUADROS, 2022, p. 27)

Por esta pesquisa partir de um interesse meu, como já afirmei inúmeras vezes, o tema da dissertação vai ao encontro do que defende a parenta Tuhiwai Smith (2018), quando afirma que a noção de pesquisa, para nós, povos originários, deve se referir às nossas prioridades e problemas. “Em outras palavras, a pesquisa [para nós] não é um exercício acadêmico inocente

ou distante, mas uma atividade que tem algo em jogo, subsidiada por um conjunto de condições políticas e sociais” (TUHIWAI SMITH, 2018, p. 15).

Assim como ocorreu no estudo de Kilomba (2021)

defendo a necessidade de guiar meu estudo como uma pesquisa centrada em sujeitos (Mecheril, 1997, 2000), utilizando entrevistas narrativas biográficas com [docentes] que recordam suas histórias pessoais dentro de estruturas racistas e através de narrativas de experiências da vida real. A pesquisa centrada em sujeitos como argumental Paul Mecheril (1997, p. 33) [...] examina as experiências, autopercepções e negociações de identidades descritas pelo sujeito. Tem-se o direito de ser um sujeito – político, social e individual [...] Se [os docentes], bem como outros grupos marginalizados, têm o direito capital, em todos os sentidos do termo, de ser reconhecidos como sujeitos, então também devemos ter esse direito reconhecido dentro de processos de pesquisa e de discursos acadêmicos. Esse método de focar no sujeito não é uma forma privilegiada de pesquisa, mas um conceito necessário. (KILOMBA, 2021, p. 81-82)

Do ponto de vista da organização, desenvolvi minha pesquisa em três partes: a parte teórica, o levantamento de dados e o exercício de devolução dos resultados aos docentes (ainda em processo), como estratégia de efetivamente colocar em prática a Lei 11.645/08, num processo contínuo de compartilhamento de conhecimentos, compromisso levado muito a sério por nós (TUHIWAI SMITH, 2018).

Na parte teórica, realizei uma pesquisa qualitativa que contou com um levantamento bibliográfico sobre a Lei 11.645/08, os povos indígenas no Brasil, e a formação de professores.

Em relação ao levantamento de dados, preciso dizer que passei momentos muito difíceis no mestrado, assim como meu esposo, que também ingressou no Mestrado junto comigo. Montar o projeto já foi muito difícil. Eu sabia o que realmente gostaria de trabalhar: sempre gostei de trabalhar com análises de livro didáticos, então agora eu gostaria de realizar um trabalho sobre a Lei 11.645, para dar continuidade na desconstrução daquilo que os livros nos trazem.

Mas o problema não era saber escrever o projeto, o problema era lembrar de tudo o que passei durante a graduação com o preconceito. Então cada vez que eu tentava fazer algo que iria me colocar no Mestrado, eu lembrava de uma frase que um professor me disse, quando eu ainda estava na graduação. Eu já estava no quarto ano e último ano e comentei com esse professor que eu iria me inscrever para o mestrado e o que esse professor me disse me entristeceu muito. Ele disse: “*Mestrado não é para índio, é muito difícil passar em um mestrado, você não vai conseguir*”. Essas palavras me entristeceram muito. Era meu objetivo, meu sonho ingressar em um Mestrado, mas aí eu pensava “nunca vou conseguir, esse professor tem razão no que ele me disse”.

Tem coisas que acontecem em nossa vida que fazem com que não acreditemos mais em nós mesmos, como por exemplo quando alguém nos diz que jamais vamos chegar no lugar que tanto almejamos. Mesmo assim me inscrevi, sem contar para ninguém. A única pessoa que sabia que tínhamos nos inscrito no Mestrado era nossa orientadora e mais algumas pessoas que nos ajudaram na inscrição. Mestrado era uma coisa que estava muito longe de ser alcançada. O planejamento de como eu iria trabalhar a pesquisa já estava tudo no esquema, mas tudo mudou quando chegou a pandemia.

Tudo parecia correr bem, um novo ciclo se iniciava, novos conhecimentos, novas amizades, ano em que tive a minha formatura e entrei para o mestrado. Aí de repente surge a corona vírus, uma pandemia, e somos obrigados a nos recolher dentro de casa, para que esse vírus não se espalhasse tanto, como já vinha acontecendo no restante do mundo. Então tudo muda, é momento de fazer novos planos, pois o que fora planejado para aquele ano, já estava seguindo outros rumos. Eu tive que replanejar toda minha pesquisa, para que pudesse alcançar os meus objetivos. Quando montei meu projeto, desde o começo, a ideia era realizar uma entrevista, presencialmente, com os participantes. Montei meu projeto com a intenção de trabalhar com professores não-indígenas, mas naquele momento eu ainda não havia escolhido os professores com quem eu trabalharia e nem o colégio onde realizaria as entrevistas. A única certeza que eu tinha até aquele momento antes da pandemia é que escolheria um colégio que fosse próximo de casa, para facilitar o meu trabalho.

Mas como todos fomos pegos de surpresa com a chegada da pandemia, eu mudei meu planejamento. Como era obrigatório permanecermos dentro de casa, eu decidi trabalhar em outro formato. Pensei em algo que pudesse ser viável tanto para mim, como para os professores que eu ainda iria escolher. Então como eu não conhecia muitos professores na cidade, optei por não trabalhar em nenhum colégio específico, mas trabalhar com docentes com quem eu tinha alguma ligação, amizade, uma vez que precisaria conversar com eles provavelmente mais de uma vez. Em função desse critério, os professores que escolhi trabalham com as seguintes disciplinas: História, Letras, Artes e uma docente de Educação Infantil que eu já conhecia. Todos são professores com quem em algum momento da minha vida já tive contato e sabia que teriam disponibilidade para uma conversa, caso fosse necessário, durante a realização da pesquisa. Enquanto selecionava esse grupo de docentes, decidi também que seria importante que meu esposo, licenciado em Geografia, participasse, uma vez que é professor indígena. Entendi que suas respostas poderiam servir de contraponto às respostas dos professores não-indígenas. Desse modo, o grupo com quem trabalhei tinha 5 participantes no total.

Como todos são professores que eu já conhecia, já havia comentado sobre a minha

pesquisa e que meu objetivo era trabalhar com professores não-indígenas, então iniciei os contatos perguntando a cada um se aceitaria participar da minha pesquisa, participando de uma entrevista com um roteiro semiestruturado que ainda estava em produção.

O roteiro de entrevista foi montado com nove perguntas relacionadas à lei 11.645/08 e quais os conhecimentos que o professor participante tem sobre a temática indígena. Ainda considerando o contexto pandêmico, a entrevista foi realizada por e-mail. Todos disseram que era uma forma mais fácil para eles responderem às perguntas, uma vez que estavam com muitos compromissos e teriam tempo para responder com calma. Estipulei um prazo para cada professor me devolver o questionário respondido. Quase todos me devolveram as respostas antes do prazo estipulado. Somente um dos participantes não me devolveu e eu tive que entrar novamente em contato com a pessoa, mas passando alguns dias me devolveu as respostas, alegando que o motivo do atraso da entrega tinha relação com a sobrecarga de trabalhos no colégio no qual a mesma leciona.

Tirando esse contratempo com o atraso da devolução do roteiro da entrevista, não tive nenhum problema em trabalhar com os professores, todos foram ótimos em suas respostas. No momento que eu recebi as respostas, eu já fui lendo todo o material. Conforme chegava no meu e-mail, eu já fazia a leitura e as respostas foram surpreendentes. Depois que recebi as respostas salvei todas em uma pasta no meu computador e então comecei a escrever a minha tese.

O roteiro de entrevista foi enviado ao conjunto de participantes na data de 05/03/2021 e a devolução não levou cinco dias. Como já disse, apenas uma participante levou mais de um mês para me devolver o roteiro respondido. Mas considero que isso não causou problema nenhum, pois enviei com uma certa folga no meu cronograma de trabalho. Todos responderam a todas as perguntas do roteiro, nos mínimos detalhes, o que facilitou a minha compreensão e também colaborou para a análise dos dados.

Não escolhi participantes que ministram outras disciplinas pela razão que já descrevi (pelo fato de ter amizade com os escolhidos), mas também por outro motivo: quando eu e Alexandre éramos chamados para dar palestras nas escolas, os professores que nos convidavam ministravam essas disciplinas: português, geografia, artes, história e educação infantil. Os professores dessas disciplinas eram os únicos que nos chamavam para tirarem suas dúvidas e aprender um pouco mais sobre as culturas indígenas.

Para fazer a análise do questionário, pensei qual seria a melhor forma de fazer isso para não confundir o leitor e então decidi que a melhor forma seria partir da pergunta e analisar todas as respostas e assim por diante.

Na análise das respostas usei citações dos textos que li, especialmente de autores

indígenas, que me ajudaram muito a compreender cada resposta dada, porque, muitas vezes, a fala de algum autor indígena cabia perfeitamente com a análise.

Por fim, vou definir a melhor forma de dar retorno da pesquisa tanto aos participantes, quanto aos demais docentes que entendem que é preciso se comprometer com a Lei 11.645/08, mas imagino que a devolutiva vá se dar no formato da elaboração de um material que possa ajudar os docentes nesse trabalho.

CAPÍTULO 2 – A LEI 11.645/08: UM DIREITO CONQUISTADO

A finalidade deste capítulo é ampliar um pouco mais a discussão sobre a implantação da Lei 11.645/08, um direito que nós, povos indígenas, conquistamos, mas que, por vezes, tem sido considerado causador de transtornos dentro das escolas, como disse no capítulo anterior. Essa lei teve início em 2008, ou seja, é muito recente se comparada aos 508 de opressão que vivemos antes de ela existir, sem falar que não deixamos de sofrer depois da sua publicação. Ou seja, ela tem pouco tempo, não faz nem 20 anos que essa lei existe, especialmente quando levamos em conta a existência indígena. Sabemos que nossa luta, existência e resistência já passam de 520 anos. Por outro lado, em termos de política pública, é preciso considerar que estados, municípios e União ainda não esforçaram de forma suficiente para colocá-la em prática.

O capítulo ainda vai analisar as perspectivas da Lei 11.645/08 no contexto da escola não-indígena, os conceitos que ela propõe e quais são seus objetivos para ela ser colocada em prática, sem considerar a falta de materiais (convencionais, como livros didáticos) que tratem adequadamente da temática indígena, ao mesmo tempo em que falar da importância de analisar os materiais adequados que existem produzidos por indígenas, em meio a este grande desafio que é justamente fazer juntos com que a Lei seja cumprida, não somente em escolas não-indígenas mas também dentro das universidades, nos cursos de formação de professores.

2.1 A Lei 11.645/08

A LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008 (BRASIL, 2008), tem o seguinte texto:

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 26-A.** Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.
(BRASIL, 2008).

Vou iniciar esse capítulo problematizando a redação da lei 11.645/08. Começo pela expressão *história indígena*. Quando estudamos a chamada *história indígena*, podemos perceber que existem várias etnias, culturas e diferentes línguas indígenas, de modo que não podemos mencioná-la no singular, como se fosse uma história única (ADICHIE, 2019). Há, sim, histórias indígenas que, durante todo o processo que enfrentamos desde 1500, quase foram totalmente apagadas, o que faz com que apenas nós, indígenas, conheçamos nossas histórias.

Outro termo bastante complicado é *índio*. Para Baniwa Luciano (2006),

falar hoje de índios no Brasil significa falar de uma diversidade de povos, habitantes originários das terras conhecidas na atualidade como continente americano. São povos que já habitavam há milhares de anos essas terras, muito antes da invasão européia. Segundo uma definição técnica das Nações Unidas, de 1986, as comunidades, os povos e as nações indígenas são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos. (BANIWA LUCIANO, 2006, p. 27).

Já Daniel Munduruku (DIA DO ÍNDIO É DATA 'FOLCLÓRICA...', 2023) defende que a palavra "*índio* remonta a preconceitos - por exemplo, à ideia de que o indígena é selvagem e um ser do passado - além de esconder toda a diversidade dos povos indígenas".

Por isso, na visão do parente, não se deve comemorar o dia do *índio*, porque se trata de comemorar algo que parte de preconceito. Se a palavra índio não deve ser usada, qual seria a palavra adequada? Para o parente a palavra correta é indígena, pois ela

diz muito mais a nosso respeito que a palavra 'índio'. Indígena quer dizer originário, aquele que está ali antes dos outros [...] Talvez o 19 de abril devesse ser chamado de Dia da Diversidade Indígena⁶. As pessoas acham que é só uma questão de ser politicamente correto. Mas, para quem lida com palavra, sabe a força que a palavra tem [...] Quando a gente usa a palavra índio, estamos nos reportando a duas ideias. Uma é a ideia romântica, folclórica. É isso que se comemora no dia 19 de abril. Aquela figura do desenho animado, com duas pinturas no rosto e uma pena na cabeça, que mora em uma oca em forma de triângulo. Há a percepção de que essa é uma figura que precisamos preservar, um ser do passado. Mas os indígenas não são seres do passado, são do presente. A segunda ideia é ideologizada. A palavra índio está quase sempre ligada a preguiça, selvageria, atraso tecnológico, a uma visão de que o índio tem muita terra e não sabe o que fazer com ela. A ideia de que o índio acabou virando

⁶ Lembro aqui que, finalmente em 2019, houve a revogação do Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943 e a instituição do Projeto de Lei nº 5466, de 2019, que institui o Dia dos Povos Indígenas (BRASIL, 2019).

um empecilho para o desenvolvimento brasileiro. (DIA DO ÍNDIO É DATA 'FOLCLÓRICA...', 2023)

Ainda em relação à escola, Daniel Munduruku defende que o 19 de abril deve ser um dia de reflexão e não de comemoração, para que possa auxiliar no trabalho que as escolas devem fazer de cumprir a Lei 11.645/08.

Trago ainda a reflexão do parente Coelho Tacariju (2021) sobre o uso da palavra índio:

O Estado-Mercado chama todos os nossos povos de “índios”, para tentar classificar, esvaziar e controlar de maneira genérica nossa pluralidade singular de povos, mas nós não somos “índios”, somos indígenas originários. Não por postura de identidade e cultura, mas por relação diferencial com a vida. Cada povo tem sua singularidade coletiva, todos são diferentes e plurais. (COELHO TACARIJU, 2021, p. 81)

O parente chama, assim como Baniwa Luciano (2006) e Daniel Munduruku (2023), a atenção para o fato de que o uso da palavra *índio* tinha o objetivo de generalizar os diferentes povos que habitavam este território antes da invasão e depois seguiu tendo esse poder, por isso o Estado segue usando o termo. Daí a importância de cada povo lutar para garantir sua singularidade, que vai se dar em primeiro lugar pelo uso específico do nome de cada povo.

Por fim, ainda em relação à redação da lei, gostaria de chamar atenção para o fato de que ela, ao mesmo tempo que afirma que os conteúdos sobre histórias e culturas indígenas devem fazer parte de todas as disciplinas, chama a atenção de que isso deve ser feito em especial nas disciplinas de História, Artes e Literatura. Na minha visão, isso é problemático, porque esses conteúdos compõem todas as disciplinas. Quando se afirma que, *especialmente, História, Artes e Literatura* devem abordar esses conteúdos, pode dar a entender que outras disciplinas, como matemática, geografia, biologia etc. não têm responsabilidade em atender a Lei 11.645/08. Além disso, reforça ainda mais a “disciplinarização” dos conhecimentos que acontece na escola, o que vai na contramão em relação à forma como os povos indígenas organizam seus saberes, de forma holísticas, relacionais e complementares.

Falo que a Lei 11.645/08 causa transtornos dentro das salas de aulas pelo que vejo no trabalho que realizei e ainda realizo junto a professores não-indígenas. Tenho visto as dificuldades deles e percebido a falta de uma discussão adequada sobre a temática indígena dentro das salas de aula. Mas só perceberemos essa falta se estivermos verdadeiramente empenhados no processo de conhecer as etnias indígenas. Por que falo conhecer os povos indígenas? Porque até então temos visto os indígenas apenas pelos olhos de alguém. E quem é esse alguém? É o próprio não-indígena, que muitas vezes romantiza nossas histórias indígenas.

Foram muitas empreitadas exitosas. Mas também muitas frustrações, a maior delas está associada ao enorme e persistente poder que o pensamento colonial anti-indígena exerce sobre os próprios povos indígenas e sobre o imaginário nacional de um modo geral que continua subalternizando, marginalizando e negando saberes, fazeres e direitos indígenas. Isso tem tudo a ver com a contra-história e cultura indígena imposta a toda a sociedade Brasileira, inclusive aos povos nativos, desde o início da conquista, que a Lei 11.645 tenta superar. (LUCIANO BANIWA, 2017, p. 17)

A lei 11.645 é, portanto, uma conquista dos povos indígenas, que cumprem o seu papel⁷ na educação dos não-indígenas a entenderem que não temos apenas uma história, contada de uma única forma, o que dá a ideia de que somos um único povo, homogêneo, ou seja, que temos uma história única (ADICHIE, 2019). A implementação da lei serve para que superemos essas limitações e tentemos preencher as lacunas em relação ao ensino da temática indígena, que ainda são enormes e parecem tão difíceis de alcançar. É ela que nos ajudará a desconstruir essa história contada somente de um ângulo não-indígena.

Além de sermos roubados e ter nossas histórias contadas de um ângulo que não é o nosso, nós, indígenas, sabemos que muitas coisas a nosso respeito não são contadas. Como indígena e como pessoa que viveu e ainda vive dentro da comunidade, vejo tudo isso acontecendo. Posso dizer que quase tudo foi tirado de nós, tivemos que passar por mudanças que fizeram com que quase esquecêssemos de nossa própria identidade. Quem fomos? Quem somos? Como afirma Gersem Baniwa (2017), no passado houve tempos difíceis, em que éramos proibidos de falar nossa(s) língua(s) materna(s), assim como os rituais e cerimônias também foram proibidos e os saberes indígenas eram considerados inadequados, pois tudo o que fazíamos era considerado desumano e tínhamos que nos tornar civilizados.

Essa violência foi tão forte, pois tinha o intuito de que perdêssemos grande parte da nossa cultura. Por incrível que pareça, nas minhas séries iniciais eu estudei a língua Kaingang, a minha língua materna. Dentro da sala de aula, nosso professor indígena nos ensinava a falar e a ler na língua Kaingang, porque nós já havíamos perdido a língua materna. Era difícil ver nossos pais falar a língua indígena. Olha a que ponto chegamos. Ritual, então, nem se falava mais. Eu ouvi falar uma só vez sobre o *kiki*⁸, que é um ritual Kaingang, mas não cheguei a

⁷ Publicando livros, promovendo *lives*, ou seja, oferecendo material suficiente para estudo.

⁸ Segundo Silva (2011, p. 15-16), “Antigamente, houve uma guerra entre os índios e os não-índios, onde dois índios se perderam na mata, um Kamé e um Kairu. Cansados, os dois índios resolveram descansar e ouviram um aviso de que um deles iria morrer. Não tardou muito “(...) até que o mig fer (cobra de asas) veio e grudou no Kairu e o devorou deixando só seus ossos”. O Kamé prometeu vingança. Confeccionou um cesto para levar os restos mortais de seu amigo e, depois, construiu uma casa de folhas de palmeiras, deixando uma fresta no teto. Após algum tempo, o mig fer apareceu, recebeu as flechadas do Kamé e morreu. O Kamé enterrou seu amigo e acendeu uma fogueira. Na volta à aldeia, ele teria convidado todo seu povo para rezar em memória do Kairu, e “após as rezas e cantos originou-se a festa do Kiki ou ritual dos mortos”.

presenciar. Naquele tempo uma aldeia era escolhida para fazer a cerimônia e buscavam os pajés de cada aldeia para juntos fazerem a cerimônia.

É por isso que digo que falar sobre a Lei 11.645/08, relacionando-a com as realidades vividas pelos povos indígenas, se torna meio difícil e complicado, porque somos considerados um atraso para que o Estado alcance o progresso do país. Faz pouco tempo que passamos a ser considerados cidadãos. E para alcançar a condição de cidadão, tivemos que renunciar a muitas coisas que a sociedade não considerava úteis. Por muito tempo, era como se fôssemos menores de idade, havia uma tutela sobre nós, não tínhamos condições de responder por nós mesmos, não tínhamos voz, não tínhamos visibilidade.

Era sempre o chefe de posto, juntamente com a Funai, que decidia o que era melhor para nós, para nossa comunidade, para as escolas. Vivíamos tão rodeados de pessoas não-indígenas, que tentavam nos *tornar bons cidadãos* e fazer mudanças em nós, que acabamos esquecendo a nossa verdadeira identidade. Por isso que me pergunto: quem sou eu?

Engraçado que sempre que me perguntam por que eu optei por cursar licenciatura em História a minha resposta era a seguinte: eu gostaria de aprender mais sobre os povos indígenas, eu gostaria de aprender sobre a minha história. No entanto, quando falo sobre isso em meu trabalho, e é muito triste ter que reconhecer isso, dá um nó na minha garganta, porque eu não conheço nem minha própria história, do meu povo, de quem sou, de onde vim. É por isso que, olhando para esse processo que enfrentamos todos os dias, desde que nascemos, vivendo o que alguém nos diz ser melhor, e vendo todas as perdas que já tivemos, desde as demarcações de terras, até as línguas faladas, já podemos pensar, imaginar e analisar como ficam aqueles que nunca tiveram contato com os povos indígenas. Eu imagino isso e chego a ficar péssima com essa situação, só de imaginar o quanto deve ser difícil para essas pessoas/professores/as quando entra em vigor a Lei 11.645/08 e elas/eles têm que lidar com o desconhecido. Não é uma tarefa fácil para um/a professor/a, ainda mais quando não se tem o material necessário.

Desde 1500, para poder *civilizar* os povos indígenas, foram criados vários órgãos que, no decorrer do tempo, só mudavam de nome, mas tinham os mesmos objetivos. O último grupo formado foi o SPI, que logo depois virou a FUNAI, que existe até os dias de hoje e tinha as mesmas características dos outros. A chamada tutela a que estávamos sujeitos estava prevista no código civil brasileiro, que estabelecia que os indígenas eram incapazes.

De toda forma, o SPI deveria conduzir os povos indígenas ao seio da nação Brasileira até que todos eles fossem integrados. A partir de então, a função do órgão estaria cumprida e os povos indígenas não mais existiriam. (KAYAPÓ, BRITO, 2015, p. 46).

Só de pensar o que a Lei 11.645/08 tem proporcionado aos povos indígenas, é preciso reconhecer que, sim, ela realmente foi uma conquista enorme para nós. Só de imaginar, ver e sentir o quanto é bom ser livre para falar sobre a cultura, a língua. Agora não é apenas em nossas escolas indígenas que podemos mostrar nossa cultura, isso também é possível e obrigatório em todas as escolas. É um privilégio para quem, um dia, não poderia falar a sua própria língua materna. A Lei 11.645/08 proporcionou isso a nós, indígenas. Aí surge a pergunta mais importante deste trabalho: será que, como professores, estamos preparados para falar sobre a temática indígena dentro das salas de aula? Fomos preparados dentro das universidades para cumprir a Lei 11.645/08?

A Lei 11.645/08 é um assunto muito sério, para ser levado de qualquer forma, de qualquer maneira. A história indígena, no sentido em que mencionei, por exemplo, é muito mal abordada nos livros didáticos e isso tem a ver com o fato de ela ser contada por alguém que não é sujeito de sua própria história. Por ser contada por alguém de fora, sua visão é estereotipada e por que não dizer preconceituosa, pois é isso que os livros têm nos trazido até os dias de hoje. Nós somos povos que precisamos ter visibilidade a partir de nossas próprias vozes e não tem outra maneira de fazer com que tenhamos a visibilidade se não for através da educação, através do ensino. Precisamos ensinar aos nossos alunos que a História do Brasil, a nossa história como nação, ela não é única, mas, sim, é uma nação construída através de outros conhecimentos, outros saberes, que são tão importantes quanto os ocidentais, para construção da história Brasileira.

O que Kayapó e Brito (2015) expõem na citação a seguir é o que claramente acontece dentro das escolas. Anteriormente, já falei sobre as experiências que vivi nas escolas, as palestras dadas a convite dos professores, o quanto esses eventos me mostraram como é difícil desconstruir essa ideia, que o próprio livro didático vem desencadeando sobre os povos indígenas dentro das escolas, como, por exemplo, a de que há datas específicas, para sermos lembrados, como citado pelo parente Edson Kayapó e Brito (2015)

As escolas e seus currículos, por sua vez, sutilmente vêm acompanhando a ação genocida do Estado Brasileiro, seja no silenciamento desses povos na história e no estudo da História, na transformação de suas culturas em folclore nacional, ou ainda condenando-os a um passado longínquo da História Nacional. Os povos indígenas são oportunamente lembrados nas aulas de História que tratam da “descoberta do Brasil”, da montagem do sistema colonial e, eventualmente, em momentos pontuais da recente história brasileira. (KAYAPÓ, BRITO, 2015, p. 39)

Por essa razão, a problemática deste trabalho não foca apenas no trabalho dos professores não-indígenas. Pelo relato de parentes, vemos o quanto é difícil quando temos que

retomar aquilo que já foi perdido, a nossa identidade. Por essa razão, afirmo que a Lei 11.645/08 não apenas proporcionou que se desse visibilidade aos povos indígenas pelos não-indígenas, como também possibilitou que nós, indígenas, pudéssemos retomar nossa verdadeira identidade, com afirma o parente Luciano Baniwa (2016).

O curioso dessa história é que o que faço hoje aos ensejos da Lei 11.645/08, ao falar, divulgar e ensinar sobre as histórias e culturas indígenas para os não índios à época fazia isso aos parentes índios que, por força repressiva de séculos de colonização, haviam abandonado suas principais tradições e estavam em reta final de abandono de suas identidades, línguas e modos próprios de vida. (LUCIANO BANIWA, 2016, p. 16)

É triste constatar, mas essa não é a realidade de apenas uma comunidade, uma etnia, é, sim, a de todos os povos indígenas, como relatado pelo parente Luciano Baniwa (2016). São 522 anos de genocídio, de luta, de resistência e o principal: da morte de nossa identidade. No entanto, em meio a todo esse processo, podemos observar também a resistência dos povos indígenas, que aos poucos tentam recuperar a sua identidade. Quando você diz *não* a uma Lei proposta pelo Estado ou avalia que a temática indígena não é importante, saiba que com essa atitude você apaga uma identidade. São povos, são etnias que você exclui. Por isso, insisto em dizer: a temática indígena é um assunto que deve ser tratado com muito cuidado e, acima de tudo, respeito.

2.2 Lei 11.645/08 e formação de professores

A Lei 11.645/08, desde seu início, tem se pautado na obrigatoriedade do ensino da temática da história e cultura indígena no Ensino Fundamental e Médio, garantindo a esses alunos o conhecimento sobre os povos indígenas, sua cultura e sua língua, a contribuição que esses povos têm na construção da nação brasileira. Só que essa Lei não garante que haja uma aprendizagem de boa qualidade para professores em formação, ou seja, dentro das universidades.

Já vimos que o desafio em dar visibilidade a esses povos é enorme. Como alguém pode estar preparado para lecionar aquilo que não conhece, se a Lei não é obrigatória para aqueles que precisam estar preparados? Quando analisamos a Lei, podemos ver que, de um lado, ela tem ajudado de alguma forma, mas de outro, em relação às universidades, podemos ver que a Lei é negativa.

Quando olhamos a Lei 11.645/08 de frente, pensamos “nossa, uma grande conquista, é algo a ser comemorado”. Realmente foi uma grande conquista para nós, indígenas, mas quando

olhamos em torno da Lei e o que ela nos propõe, pois ela propõe algo que está muito distante daquilo que aprendemos na graduação. Quando perguntamos para os professores se conhecem a lei 11.645/08, penso eu que talvez não exista nenhum professor que não conheça a Lei. Para alguns, talvez essa Lei não faça nenhum sentido, pois há pessoas que não querem contribuir com aprendizagem dos alunos, quando o assunto é envolver outras culturas.

A lei, na minha visão, está muito longe de cumprir o que promete. Nós precisamos da colaboração de todos ou daqueles que realmente queiram estar junto aos povos indígenas, autores indígenas e professores indígenas, dispostos a batalhar por isso. Todos sabem e conhecem a nossa luta, que não de hoje. Estamos prontos para enfrentar este grande desafio. Agora quanto à outra parte do contexto, que são os não-indígenas, eu não sei qual resposta te daria nesse momento. Pela minha perspectiva de mundo e o enfrentamento que tivemos, nesses últimos anos, quando a humanidade mostrou mesmo o seu racismo e preconceito, não sei se posso dizer que estamos engajados em um mesmo sentido.

Como todos conhecem a Lei, até mesmo os professores universitários, será que não é hora de olharmos e vermos que na educação básica tem um currículo para cumprir, e há uma Lei que não chegou até nós, mas que precisamos de uma formação voltada para essa temática, e preparar os nossos alunos das licenciaturas? Segundo a Lei, são as licenciaturas que precisam estar engajadas nesse âmbito para que essa Lei venha realmente se cumprir. Eu vejo como um preconceito eu, como professora, tentar silenciar esses povos, não dando créditos à Lei que foi imposta a nós, ou seja, praticamente foi jogada em nossas mãos e temos que correr atrás.

No entanto, inserir os povos indígenas na história/ciência e nos currículos escolares é um desafio que pressupõe uma mobilização em termos de pesquisa e da produção de outras histórias que confrontem a versão da história que silencia e generaliza esses povos. É necessário avançar, rompendo, o silêncio, lacunas e preconceitos que permanecem atualmente. (BRITO KAYAPÓ, 2019, p. 70)

É algo que precisamos construir juntos, para que possamos romper todas as barreiras que não nos permitem chegar até aos nossos objetivos. É um desafio, como ressaltam o parente Edson Kayapó e Brito (2014). No primeiro momento, pode ser difícil, porque podemos pensar “como vou conhecer todas as etnias e culturas existentes no Brasil?” Mas como eu sempre falo em minhas palestras, conheça as etnias do estado em que você vive, já é um grande começo. Muitas vezes existem professores que não sabem da existência de indígenas e a situação só piora quando se fala em quantas etnias. Não vamos deixar passar em branco, quando temos oportunidade de falar sobre a temática indígena.

Eu passei um fato curioso na minha formação, como alguém que estava em formação e que estava feliz em conhecer novos horizontes, apesar de não ter tido a aprendizagem sobre aquilo que eu realmente queria, que era conhecer mais sobre os povos indígenas, sobre a minha cultura, a minha história, meu povo, ou seja, conhecer um pouco mais sobre o povo Kaingang. Eu já estava no quarto ano da graduação, até então tinha ouvido poucas coisas sobre a temática indígena. No quarto ano, tivemos uma matéria chamada *Paraná*. Eu entrei para o quarto ano com muitas expectativas, sonhando alto: enfim, vamos falar sobre as etnias existentes no Paraná, Kaingang, Guarani e Xetá.

Mas a surpresa foi grande, quando o professor apresentou a ementa, a proposta das aulas e nos disse que iríamos pular a história indígena. Se quiséssemos saber alguma coisa sobre as culturas indígenas, era para perguntar para um outro professor, que trabalha/pesquisa, sobre os povos indígenas. Eu não sei qual seria o motivo pela qual o professor não quis trabalhar a temática indígena. O motivo pode ser a falta de conhecimento sobre as culturas indígenas. Como já falei anteriormente, a proposta da Lei 11.645/08 é somente para o Ensino Fundamental e Médio e é obrigatória para o ensino superior por analogia.

Enquanto estive na graduação, não estudei temática indígena em si, com o professor. Mas de todas as formas, uma coisa positiva que eu levo para a vida é que eu pude contribuir com as aulas, falando sobre a minha cultura indígena. Eu me formei, tive que achar outros rumos e continuar estudando. Com certeza a turma que estudou comigo aprendeu alguma coisa, a ponto de, quando derem suas aulas, lembrarem daquilo que eu falei. Mas o curso continua. Quem ficou, quem ainda vai entrar, como fica? Será que continuaremos pulando a história indígena e estudando algo que não levará a aprendizagem nenhuma?

O currículo do curso mudou, já não é mais o currículo que estudei. Para minha grande surpresa, hoje tem a tão sonhada e esperada *História Indígena*⁹, como disciplina obrigatória.

⁹ Dentre as disciplinas de formação básica geral, a Disciplina 504551 - HISTÓRIA DO BRASIL I - Introduzir o conhecimento dos processos e estruturas que constituem a história do Brasil do período colonial, desde a formação do império português e a colonização do Brasil a partir do século XVI. *A história indígena e a colonização*. (p. 71). DISCIPLINAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO, 504612 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA IV - Análise reflexiva de práticas de produção e difusão do conhecimento histórico, em espaços escolares ou não escolares (museus, espaços de memória), em situações especiais de ensino como as de inclusão de alunos com necessidades especiais, as de alunos integrados a projetos de inclusão social ou medidas socioeducativas, em classes de jovens e adultos, assentamentos, comunidades indígenas, dentre outras (p. 73) E dentre as disciplinas de diversificação ou aprofundamento, 504569 - HISTÓRIA INDÍGENA - Estudo das populações indígenas no Brasil e das políticas indigenistas, bem como sobre as diferentes abordagens historiográficas relativas à representação dessas populações entre os séculos XVI e XXI e suas perspectivas teóricas e de ensino. (p. 75) (UEPG, 2019).

Diante de tudo isso que foi falado sobre a Lei, nós vemos pontos positivos e pontos negativos: por um lado a Lei nos propõe que tenhamos conhecimento sobre outras culturas e suas diversidades, mas não nos dá um preparo para trabalhar com o tema proposto, não tem como falar sobre uma coisa que não temos conhecimento nenhum, é assustador. Até mesmo eu fiquei assustada quando dava as minhas palestras juntamente com meu esposo e via que o negócio era como um emaranhado de fios, são muitas coisas para se aprender, mas são poucos os que se dispõem a ensinar.

Nem sempre a universidade aproveita os alunos indígenas que estão dentro da sua instituição, como falado anteriormente. Mesmo tendo um aluno indígena dentro da sala de aula, no ensino superior, o professor prefere deixar a temática indígena de lado. Quando vamos ver que precisamos aprender cada vez mais, principalmente sobre as culturas indígenas e negras, que contribuíram muito para formação da nação brasileira?

Eu não tive a aprendizagem que eu esperava ter dentro da universidade, com relação às diferentes culturas. Mas em compensação eu tive uma aprendizagem muito grande com os meus colegas indígenas, com autores indígenas que tenho lido. Parece que tudo o que eu escrevo vai ao encontro do que eles estão falando. Uma pessoa que me ajudou muito sobre as etnias é meu esposo, que é da etnia Guarani Mbya. Quando eu o conheci, eu não fazia ideia de que a etnia Guarani se dividia em quatro grupos, um diferente do outro. Até mesmo a língua falada é diferente, a etnia Guarani Mbya, Guarani Nhandeva e Guarani Kaiowá.

São etnias completamente diferentes uma da outra, e nós não conhecemos. Isso eu não aprendi no Ensino Básico ou no Ensino Superior ou em leituras. Isso eu aprendi conversando com meu esposo. A minha aprendizagem sobre as culturas acontece todos os dias, na oralidade. Há muitos materiais que talvez você nunca vá encontrar em livros, mas você encontrará se conversar com alguém que já conhece sobre os povos indígenas, ou seja, os próprios indígenas. Tem certas coisas que você não encontrará na universidade, mas encontrará com indígenas. Há saberes indígenas que nunca foram revelados à sociedade, ou quem sabe um dia quiseram contar, mas nos calaram. Tudo o que sabemos sobre as culturas indígenas é porque os nossos antepassados nos contaram e isso não está em um livro.

Quando falamos sobre o que a Lei 11.645/08 nos coloca, ela parece ser difícil de ser alcançada, mas não é impossível. Basta ter interesse e não deixar as oportunidades escaparem, quando estiver um indígena dentro da universidade. Até agora, dentro da UEPG, não foi preparado um curso de formação de professores em relação à temática indígena, mas aos poucos vamos seguindo, até alcançar os objetivos da Lei. Nós, indígenas, somos a resistência.

Desde 1500, nós, povos indígenas, tivemos nossa história contada de vários ângulos, sempre foi uma história contada pela visão não-indígena. Também perdemos tudo o que nos pertencia com a chegada dos europeus que invadiram o nosso território. A própria história de *descobrimento* é uma invenção do não-indígena quando não quer falar a verdade sobre a história do Brasil. Aqui já existiam vários povos indígenas de diferentes culturas, línguas e costumes. Como alguém descobriu algo, se aqui já havia pessoas? Por isso que, para nós, indígenas, nunca houve um descobrimento ou uma conquista dos portugueses, mas, sim, uma invasão, uma invasão de terras, de culturas, de línguas, de costumes, de moral. Houve invasão da identidade dos povos indígenas.

Depois de mais de 500 anos da invasão dos nossos territórios, em março de 2008 entra em vigor a Lei 11.645/08, Lei que, como já disse, torna obrigatório o ensino e o estudo da história e Cultura indígena e afro-brasileira em escolas de Ensino Fundamental e Médio. Portanto, esta Lei só entra em vigor para esses níveis de ensino: fundamental e médio, ou seja, essa Lei é obrigatória para os estabelecimentos de ensino superior, nível de ensino voltado para a formação de professores, ou seja, as licenciaturas. Na graduação, precisamos ter, em nossa formação de professores, disciplinas voltadas para ensino da temática indígena e afro-brasileiras, já que temos uma Lei que nos obriga a trabalhar essas temáticas dentro das salas de aula.

Quando entra em vigor a Lei 11.645/08, começam as novas diretrizes curriculares para o estudo da temática/história indígena. Como já dissemos, a Lei foi criada com o intuito de promover a visibilidade desses povos e para que aprendamos que eles compõem a formação do chamado povo brasileiro. Isso é importante, porque a História oficial do país parte de princípios enraizados na cultura branca europeizada, causa principal do racismo existente contra negros e indígenas em nosso país, pois não damos créditos a essas culturas que fazem parte do país e que são a base da nossa nação, até em maior quantidade que a parcela que se reconhece como branca.

Diante de tudo isso, a educação Brasileira tem um difícil desafio, que é o novo currículo em que possa então incluir a temática indígena. Diante de todo esse desafio, além de a Lei contribuir com os povos indígenas, ela contribui para que possamos dar visibilidade aos autores indígenas, que têm um importante trabalho para colocar essa Lei em prática, uma vez que ajuda professores não-indígenas nesse grande obstáculo que é incluir a temática indígena em suas aulas. A Lei já está posta, agora como autores indígenas, nosso grande trabalho é ajudar no desconhecido, aquilo que já existia, mas se invisibilizou. Precisamos colocá-lo na existência novamente. Aquilo que está no livro, nós temos que desconstruir e a identidade perdida precisamos recuperar novamente.

A Lei 11.645/08 abre espaços a autores indígenas que são muito importantes para a construção de ensino da temática indígena dentro das escolas. Até então, saberes indígenas eram considerados inadequados para o alcance do progresso da nação. Com a Lei, os saberes indígenas são vistos de forma diferenciada, ou seja, precisamos desses saberes e será com a ajuda de autores indígenas que aprenderemos a importância do ensino das Histórias indígenas. O autor Carlos José Ferreira dos Santos, mais conhecido como Casé Angatu (2020), afirma que

Acreditamos que os avanços notados na constituição de 1988 e a Lei 11.645/08, bem como nas novas abordagens teóricas sobre os povos originários, foram frutos das mobilizações e ações do Movimento Indígena Brasileiro, Indígenas que, por vezes, pagaram até mesmo com a vida ao lutarem por seus direitos. (ANGATU, 2020, p. 45)

A Lei nos dá a liberdade para falarmos sobre a nossa cultura, como citado pelo autor. Houve e ainda há tempos difíceis para os povos originários, sangue dos nossos antepassados foi derramado para garantir os direitos que temos hoje e todos os dias temos que lutar para que nossos direitos não sejam tomados de nós.

O parente Edson Kayapó e Brito (2014) nos fazem pensar, ou talvez sonhar, com aquilo que, para nós, indígenas, um dia seria possível. Eles em seu contexto nos lançam um convite.

Está lançado o convite para emprendermos um caminho docente que repense a natureza e o lugar da nossa atividade de professor na educação básica, assumindo o compromisso social e político próprio do ofício, buscando avançar na produção de outras histórias, baseadas em outras memórias dos povos indígenas, ancoradas na relação temporal presente-passado e presente-futuro, já que nossa inspiração é a nossa vontade de buscar a utopia, fundada nos princípios da igualdade e da liberdade que se perderam no caminho da história. (KAYAPÓ, BRITO, 2014, p. 41)

Se nós, como professores, repensarmos nossa forma de trabalhar e colocarmos em prática a lei 11.645/08, aos poucos vamos desconstruindo aquilo que já foi colocado até mesmo na cabeça dos povos indígenas. Falo isso porque durante 500 anos de catequização ou *civilização* quiseram nos transformar em outras pessoas, quiseram nos colocar novas identidades, novas culturas e uma nova língua.

Isso prova que o ensino das histórias e das culturas indígenas e afro-brasileiras não pode ser apenas voltado às escolas não indígenas, mas também e principalmente às escolas indígenas e quilombolas. Do contrário, corremos riscos generalizados de termos no futuro indígenas bem escolarizados, mas com pouca ou sem nenhuma consciência de si mesmos, sem consciência de suas histórias, de suas culturas, de seus direitos e de seu papel no mundo. (LUCIANO BANIWA, 2016, p. 17)

Essa é a importância que a Lei 11.645/08 nos traz: resgatar o que nos foi tirado. Conforme descrito pelo parente Gersem Baniwa (2016), a catequização a que os jesuítas nos submeteram, como algo que para eles era importante, afetou não somente um povo, uma cultura, mas todos os povos originários. Quando lemos os textos e artigos produzidos por autores indígenas, podemos ver que isso não ocorreu somente em uma comunidade, mas, sim, em todo o território brasileiro. Os materiais produzidos por autores indígenas nos ajudam a pensar como é a vivência dos povos indígenas. É uma forma de os professores não-indígenas entenderem e compreenderem que a Lei 11.645/08 é um desafio e que está em nossas mãos, como professores, reunir todos esses materiais de autores indígenas para dar visibilidade aos povos originários, mesmo que a tarefa não seja fácil.

Outra atividade pedagógica criativa é o trabalho com os livros didáticos de história. De um lado é possível e necessário desmontar os dispositivos ideológicos que geram os preconceitos contra os povos indígenas, contidos no interior dos livros didáticos, e esse é um exercício simples, pois a maioria desses manuais está repleta de preconceitos evidentes, equívocos grosseiros, generalizações e uma completa falta de informações precisas sobre os povos indígenas. (KAYAPÓ, 2009, p. 65)

Como professora indígena que trabalhou com muitos professores não-indígenas, muitas vezes eu critiquei os livros didáticos pela forma como eles tratavam os conteúdos voltados à temática indígena. Quantas vezes dei dicas de como trabalhar a temática indígena, mas nunca tinha pensado como o parente Edson Kayapó em usar o livro para desconstruir a ideia equivocada sobre os povos originários.

São apenas 15 anos da lei e tenho visto dentro das salas de aula a dificuldade dos professores não-indígenas, porque, sim, a temática indígena está em Lei e os anos estão se passando e ainda estamos estereotipando as culturas indígenas. A Lei entrou em vigor, para que houvesse mudanças, com relação aos povos indígenas, para que possamos ver os estragos que foram feitos lá no passado e possamos mudar, conforme a Lei determina. Para que possamos mostrar aos nossos alunos que o indígena não é aquele indígena que está no livro didático. Aquilo que está nos livros é algo que não tem nenhum sentido. Há muitas formas de trabalhar a temática indígena, mas, como mencionei anteriormente, quase não há materiais de qualidade para trabalhar a temática, como ressalta Edson Kayapó (2009).

No caso específico das histórias dos povos indígenas, que quase sempre não tem registros escritos e estão ocultadas pela história oficial, o ensino de história pode colaborar nessa construção, tendo os próprios indígenas como protagonista dessas atividades, através de um trabalho pedagógico de reconstituição das memórias locais, envolvendo alunos, professores e a comunidade indígena em geral. (KAYAPÓ, 2009, p. 64)

No caso do Paraná, ainda são poucos autores indígenas, quando falamos da necessidade de materiais. Precisamos de mais indígenas que tenham interesse de escrever suas histórias, pois precisamos ser protagonistas da nossa própria história. Sempre que estava dentro das salas de aula falando sobre as culturas indígenas, falava que, para falar sobre as culturas indígenas, os professores não-indígenas precisam conhecer ao menos as etnias existentes em seu próprio estado. No entanto, sempre que perguntava isso aos alunos e professores – *quantas etnias temos no estado do Paraná?* – eles não sabiam dizer quantas etnias existem em seu próprio Estado. Sem contar que há professores e alunos que não sabem da existência de indígenas, como a professora que disse: *“eu pensei que só tinha indígenas no livro”*. De acordo com o parente Casé Angatu (2020):

Constantemente, quando palestramos e/ou lecionamos sobre as Histórias e Culturas Indígenas, ficamos com a impressão de que perdura a concepção que assinala os indígenas como populações em extinção por causa do extermínio e da “aculturação”, restando alguns “índios puros”, isso quando não aparece a noção de que só é possível pensar em índios no período colonial e mesmo assim sem relevância para o estudo da história. (ANGATU, 2020, p. 53)

Olhar a Lei, nos propondo trabalhar uma temática desconhecida para muitos, nos leva a pensar e repensar o nosso modo de trabalhar. Se está difícil para os professores não-indígenas, imagina para os autores indígenas e professores indígenas que têm a responsabilidade de ter que desconstruir toda uma história que já está enraizada na sociedade.

Mas mais uma vez falando sobre a importância e o significado da Lei 11.645/08, essa Lei vem com o objetivo de resgatar aquilo que fora perdido lá no passado, então a importância desse trabalho é analisar como está sendo trabalhada a temática indígena dentro da sala de aula. A temática indígena é dada somente porque está em uma Lei ou de fato temos analisado o contexto no qual vivemos e observado a forma como os indígenas têm superado suas perdas até aqui e temos tentado contribuir com o pouco de conhecimento que temos sobre os povos originários?

A Lei nos permite e nos dá a liberdade de mostrar novas culturas e discutir diferenças. Ela mostra que a construção da nação brasileira não é pautada em apenas um grupo social, mas se baseia em vários grupos étnicos, assim como os povos indígenas são distribuídos em várias culturas e línguas, os afro-brasileiros também são constituídos por vários grupos.

Conforme a leitura feita sobre os autores indígenas, podemos ver o quanto é importante garantir a visibilidade desses povos. São os autores indígenas que têm nos ajudado e que irão

nos ajudar a cumprir a Lei 11.645/08, é a produção desses materiais que nos ajuda a pensar a temática indígena de uma forma diferenciada.

Nesse sentido, realizamos um breve levantamento bibliográfico de teses e dissertações sobre a lei 11.645/08 na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). As palavras-chave usadas na busca foram: “11.645/08” combinada com “indígena” e “formação de professores”. Dos 145 trabalhos encontrados inicialmente, selecionamos 5, que foram lidos parcialmente, pois tinham relação com as seguintes temáticas: lei 11.645/08, povos indígenas e formação de professores. O que este levantamento mostrou é que as pesquisas sobre lei 11.645/08 e povos indígenas são poucas e recentes e são mais afetas, respectivamente, às áreas da História, Educação e Políticas públicas.

Quadro 1 – Levantamento bibliográfico teses e dissertações sobre a Lei 11.645/08

Título	Autor/a	Área	Ano	Tipo	Instituição
1. Entre Ajuricaba(s) e Zumbi(s): currículo e diversidade cultural – a inclusão das temáticas culturais de matrizes indígenas e africanas na área de artes em escolas públicas da zona leste da cidade de São Paulo	Marinês Viana de Souza	Educação	2010	Tese	PUC-SP
2. Inclusão obrigatória da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo oficial: vozes e tensões no projeto curricular do estado de Pernambuco	Geonara Marisa de Souza Marinho	Educação	2014	Dissertação	UEPB
3. A obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena na rede de ensino: um estudo sobre a implementação da lei nº 11.645/08 no conteúdo programático das escolas públicas de Caucaia	Renata Cordeiro Rodrigues	Políticas públicas	2016	Dissertação	UECE
4. A lei 11.645/08: história, movimentos sociais e mudança curricular	Giovana de Cássia Ramos Fanelli	História	2018	Dissertação	PUC-SP
5. O ensino de História e Cultura Indígena nas escolas municipais de São Paulo – 2008 a 2016	Fernanda Borsatto Cardoso	História	2018	Tese	PUC-SP

Fonte: elaborado pela própria autora

A tese *Entre Ajuricaba(s) e Zumbi(s): currículo e diversidade cultural – a inclusão das temáticas culturais de matrizes indígenas e africanas na área de artes em escolas públicas da zona leste da cidade de São Paulo* tem proximidade com o trabalho que desenvolvo pelo fato de envolver a área de Artes e se propor a investigar o processo de inclusão das temáticas culturais de matrizes africanas e indígenas no campo do ensino de arte em escolas públicas situadas na zona leste da cidade de São Paulo. No entanto, se diferencia quanto às escolhas teóricas, que se situam na confluência de três campos conceituais: Currículo, Diversidade Cultural e Arte.

Já a dissertação *Inclusão obrigatória da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo oficial: vozes e tensões no projeto curricular do estado de Pernambuco* se aproxima do meu trabalho no sentido em que se propõe a compreender como vem acontecendo, desde 2003, o processo de reinterpretação das Leis na educação básica do Estado de Pernambuco pelos docentes. No entanto, a abordagem teórico-metodológica é completamente diferente, pois tem aporte em Santos (2007, 2008, 2010); currículo (Giroux, 1986, 1999); Apple (2008, 2011); Arroyo (2007, 2011) e diálogo em Freire (1980, 1981, 1987, 1996, 2003, 2012).

A dissertação *A obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena na rede de ensino: um estudo sobre a implementação da lei nº 11.645/08 no conteúdo programático das escolas públicas de Caucaia* se aproxima deste trabalho por discutir questões inerentes à aplicabilidade da referente Lei nos ambientes escolares, buscando a compreensão das conquistas relativas ao processo da formação de identidade cultural da sociedade nacional, no entanto se distancia no sentido em que volta sua pesquisa aos alunos, ao passo que neste trabalho os participantes são docentes.

A dissertação *A lei 11.645/08: história, movimentos sociais e mudança curricular* buscou compreender historicamente como se deu o processo de formação da Lei 11.645/08, o que colaborou bastante com este trabalho no sentido de fornecer informações para que compreendesse o processo de criação da Lei. Os procedimentos metodológicos na análise de toda a documentação oficial que se refere ao projeto de lei, a identificação dos sujeitos envolvidos através das fontes escritas, assim como os áudios dos debates nas comissões da Câmara e Senado federais, tiveram como referencial teórico Goodson (2001, 2008), Thompson (1987), Faria Filho (1998) e Ginzburg (2002)

Por fim, a tese *O ensino de História e Cultura Indígena nas escolas municipais de São Paulo – 2008 a 2016* tem em comum com esta dissertação o objetivo de investigar como o ensino de História e Cultura Indígena está sendo implementado nas escolas de Educação Básica (no caso, na Rede Municipal de Educação de São Paulo). Assim como nós, analisa diversas experiências de implementação da Lei nº 11.645/08, no entanto restringe-se a professores de História, enquanto nesta dissertação trabalhamos com docentes de 5 áreas distintas.

Esse levantamento mostrou que não há, na plataforma pesquisada, nenhuma pesquisa que seja idêntica à que estou desenvolvendo por dois fatores: a) ser desenvolvida por uma pesquisadora indígena e que b) utiliza como referencial teórico a produção de outros/as pesquisadores/as indígenas.

2.3 O ensino da temática indígena no Ensino Superior

Como já mencionei, a Lei 11.645/08 não entra em vigor somente para que a disciplina de História se responsabilize por ensinar a temática indígena. Ela também exige que, em todas as disciplinas, se abra esse espaço dentro da sala de aula. A Lei é obrigatória para o Ensino Fundamental e Médio. Por isso, temos que pensar também em como fica o Ensino Superior, onde somos preparados para virar professores/as. A Lei 11.645/08 foi pensada de forma que pudéssemos dar visibilidade aos povos indígenas, como forma para que os estudantes possam conhecer novas culturas, porque somos um país com várias etnias. Só que, se esquecemos da preparação de nossos professores, como vamos trabalhar uma temática, que desconhecemos ou da qual abrimos mão, quando temos oportunidades para falar sobre esse assunto?

Talvez as pessoas não queiram falar sobre o assunto por não conhecer o tema, mas hoje há muitas possibilidades que nos levam a poder preparar uma aula prazerosa sobre a temática indígena. Isso é visível para mim. Quando estava na minha graduação e os professores entravam em temas indígenas, os próprios professores me faziam perguntas, mas eu era/sou uma pessoa em fase de aprendizagem e assim como já relatei em relação sobre as experiências das palestras, há assuntos que estão dentro da temática indígena para os quais eu não tenho respostas. Na graduação, os seminários sobre a temática indígena ficavam sob minha responsabilidade e é claro que eu amava essa parte, mas eu fico me perguntando como teria sido o seminário se fosse apresentado por um acadêmico não-indígena.

Até esse momento em que estou escrevendo minha dissertação, quando já não me encontro mais na cidade grande, pois estou morando na aldeia onde nasci, ainda recebo convites de professores para dar palestras ou pedido de ajuda de algum acadêmico que sente dificuldades ao ter que discutir a temática indígena em algum seminário. Eu me sinto feliz em saber que posso contribuir para a aprendizagem dessas pessoas, principalmente quando encontro professores que têm interesse em saber, em conhecer outras culturas. Mas quando recebo esses convites, logo me vem uma dúvida: será que estou preparada para isso, será que vou conseguir dar conta de ensinar, de desconstruir aquilo que já está colocado na cabeça da criança, do aluno e do próprio professor? São tantas as dúvidas que quero sanar, por isso quero saber como foi a aprendizagem daquele professor, por isso resolvi desenvolver esta pesquisa e aplicar o questionário.

Eu vejo que há uma responsabilidade muito grande em nossas mãos, como professores. Esta Lei não pode ser aplicada de qualquer forma, precisamos olhar com mais calma, porque pressupõe que a gente desconstrua crenças que não estão somente em um lugar ou localidade,

estão em todo território. A nação brasileira acredita naquilo que já foi imposto a ela e, como já falei, são 15 anos da existência da Lei. Precisamos urgentemente, como universidade, preparar os nossos acadêmicos para lidar com as diferentes culturas, línguas e histórias, para que, quando chegarem em sala de aula, não venham topar com o estranho, com algo que não sabe o que é, ou que não sabe o que fazer, como nos disseram professores em situação de formação de professores “*eu não sei como dar a temática indígena para meus alunos*”. Por isso afirmo com certeza que essa aprendizagem tem que vir desde a graduação.

A graduação deve partir do princípio de que a escola é o lugar onde construímos o respeito à diversidade cultural e às tradições dos povos originários. Nela, podemos não acabar, mas enfrentar o preconceito que a sociedade tem em relação a esses povos desde a invasão, quando os povos originários passaram a ser considerados animais selvagens. Nada pode ser feito se não houver professores preparados para trabalhar com a temática indígena, por isso o começo de tudo vai se dar na universidade.

A importância da temática indígena não existe apenas quando há algum aluno indígena na academia, ela deve ser levada em consideração porque temos uma Lei. Há uma necessidade de que esses povos tenham o seu espaço reconhecido, como afirma o parente Edson Kayapó e Brito (2014): “*A problemática indígena no Brasil teve início com a chegada dos portugueses em 1500, e a sucessiva política de destruturação das tradicionais formas de organização dos povos originários*” (EDSON KAYAPÓ, BRITO, 2014, p. 38). Os problemas enfrentados pelos povos indígenas não surgiram ontem. Por isso, quando temos uma Lei, isso facilita para que possamos juntos, indígenas e não-indígenas, superar esse obstáculo que é a falta de conhecimento, e juntos construir uma aprendizagem de boa qualidade.

Até o momento, na universidade onde fiz minha graduação e faço meu mestrado, nunca presenciei a oferta de formação de professores não-indígenas em temática indígena. (cursos específicos). Para que nós, professores, tenhamos uma formação de boa qualidade essas formações precisam acontecer, até porque a Lei prevê isso, não apenas uma e depois outra formação dentro de 5, 6 anos, mas uma formação de professores que pudesse ser contínua, anual. Isso nos ajudaria muito a achar em que mundo estamos, isso poderia ser uma luz. Por que falo anual? Porque todos os anos pessoas se formam nas áreas da licenciatura, que precisam se enquadrar nessa lei que foi nos imposta a cumprir, tanto para temática indígena e como a temática negra.

A Lei 11.645/08 é muito recente em relação aos 523 anos de colonização, ou seja, já devia ter sido proposta há mais tempo, mas o que tem nos motivado e nos alegrado nos últimos

anos são os/as escritores/autores indígenas¹⁰ que, aos poucos, nos permitem ter acesso a alguns materiais que nos ajudam a colocar a lei em prática, para que possamos preencher as lacunas deixadas pelos não-indígenas. São livros diversos, de literatura, de narrativas de origem. Já há material acadêmico também, de pesquisadores/as indígenas que estão concluindo suas graduações e pós-graduações, em âmbito de mestrado e doutorado, tudo disponível na internet. Como sempre tenho dito em minhas palestras, esses materiais produzidos por indígenas são um avanço importante em relação à importância de os indígenas terem materiais escritos. Isso tem colaborado cada vez mais para que tenhamos tanto professores como materiais adequados para realizar nosso trabalho dentro da sala de aula e, assim, possibilitar que os alunos também tenham uma aprendizagem de qualidade.

Tratar de um assunto que demanda tanta responsabilidade, como é o caso da temática indígena, às vezes me parece impossível, mas se não houver um movimento por parte de professores indígenas, acredito eu que a lei 11.645/08 está longe de se cumprir, especialmente porque agora muitos professores não-indígenas estão focados na nova demanda que surgiu da parte do governo estadual do Paraná, como é o caso do *projeto de vida*, que está relacionada ao novo Ensino Médio. Este projeto faz com que nós, professores do ensino básico, tenhamos em mãos algo para fazer, mas que muitas das vezes não temos saída.

Como citei logo acima sobre a importância de termos autores indígenas, quando trata do projeto de vida os materiais sobre assuntos que necessitamos de torna ainda mais escasso.

Nesse sentido, a participação das comunidades indígenas na construção dos Itinerários Formativos do NEM se tornou uma prerrogativa para que as especificidades da Educação Escolar Indígena sejam respeitadas, principalmente nas questões relativas à cultura, aos saberes, à cosmologia e epistemologia, próprias de cada povo indígena do território paranaense. (caderno de itinerários formativos, 2023, p. 12)

A citação acima mostra que a demanda do governo estadual é propor a temática indígena no ensino básico, visando prevalecer as etnias respectivas do próprio estado do Paraná. Além disso, propõe aos professores a necessidade de construir propostas pedagógicas em que esteja pautado o ensino voltado àquela comunidade.

O resultado da pesquisa apontou para a necessidade de construir as propostas pedagógicas das escolas indígenas pautadas nas epistemologias e culturas próprias de cada comunidade, bem como considerar as demandas particulares dos estudantes jovens. (caderno itinerários formativos 2023, p. 12)

¹⁰ Além de outros/as produtores e divulgadores de conhecimento tradicional, como artistas plásticos, audiovisuais etc. É possível ter acesso a essas pessoas na dissertação de Fonseca Junior, que discute ativismo indígena. (FONSECA JÚNIOR, 2023)

Com essa proposta lançada pelo governo estadual, podemos ver que nos foi proposto algo, sem nos dar um amparo de como faremos para dar as nossas aulas, lembrando que o acesso a materiais que contemplem a necessidade de cada professor é muito difícil.

Ao questionar colegas de trabalho sobre o acesso a materiais sobre a temática indígena, ou de autores indígenas nesse processo de implantação do novo ensino médio, eles concordam que não existem materiais, ou seja, todo o dia temos um desafio para enfrentar dentro da sala de aula, com a falta de materiais. A única saída é a produção de materiais feita pelo próprio professor, que exige que o professor faça pesquisa com os próprios alunos, pois não há materiais produzidos dentro daquela comunidade. O amparo que eu tenho, falando da minha própria pessoa, é das leituras sobre autores indígenas, que são de outro estado. Por exemplo, eu tenho acesso a TCCs ou teses de pessoas indígenas, que têm seu trabalho vinculado a alguma comunidade indígena, mas que muitas vezes não são autores do estado do Paraná, mas do Rio Grande do Sul, ou Santa Catarina, como já mencionei, em outros parágrafos, sobre a história Kaingang.

Muitas vezes, dependendo do lugar ou estado, a história muda, como a do Kamê e Kainru. Como já foi citado sobre o caderno dos itinerários, a demanda que vem para nós é que nós construamos algo pautado naquela comunidade e isso é muito difícil para nós, professores. O desafio é ensinar o próprio aluno indígena sobre a sua identidade, sua cultura, seu bem viver, que eles próprios alunos indígenas desconhecem.

E quando se trata da própria Lei 11.645/08, os professores que trabalham com a comunidade indígena não têm o conhecimento sobre essa lei, não sabem o que é. Sobre a formação de professores, muitos deles, com os quais tirei minhas dúvidas sobre o assunto, disseram que não têm formação voltada para temática indígena, mas que foram lançadas algumas formações. Eles acreditam que vai do interesse do professor buscar conhecer a temática e participar desses encontros.

Por parte do governo estadual do Paraná, não há uma preocupação voltada para esse sentido, o governo só tem lançado as suas propostas para as escolas, e nós, professores, temos que aceitar, mesmo que muitas vezes não tenhamos conhecimento algum. Se formos falar em materiais, a situação fica pior ainda: os materiais existentes de autores indígenas – que, como tenho dito, são um grande avanço para a população indígena – não têm chegado até as escolas. A demanda para a construção de materiais de autores indígenas é muito grande e não temos ajuda financeira para a produção de nossos materiais. Se há alguma ajuda, é de universidades,

e depois que todo aquele material é distribuído, não tem mais uma ajuda financeira para que aqueles materiais possam ser reimpressos ou renovados.

Não é igual aos livros didáticos das escolas convencionais, que a cada 3 ou 4 anos tem novas coleções de livros. Então eu continuo batendo na mesma tecla: não há materiais para que possamos utilizar para ensinar a temática indígena. Se tem, onde estão?

CAPÍTULO 3 – DADOS E DISCUSSÃO

Depois de ter me apresentado como pesquisadora Kaingang, ter discutido o surgimento da Lei 11.645/08 e a relação que ela tem com a formação de professores e falado um pouco sobre como podemos colocá-la em prática, por exemplo, pela utilização de obras de autores indígenas, agora vamos para o último capítulo, em que vou relatar os resultados da pesquisa realizada.

Como já falado na metodologia, o roteiro de entrevista continha nove (9) perguntas voltadas à Lei e buscava levantar o conhecimento de cada professor participante em relação a ela (a Lei), além de questioná-los sobre como cada um trabalha a temática indígena. As perguntas do questionário foram as seguintes.

- 1) *Você conhece a Lei 11.645/2008? Quando tomou conhecimento do seu texto?*
- 2) *Na sua opinião, quais são os seus objetivos? A que a lei se propõe? Acha a lei importante/necessária? Por quê?*
- 3) *Você já trabalhou a Temática indígena dentro da sala de aula? Se sim, quais foram os materiais que você utilizou?*
- 4) *Você acha que na sua disciplina há conteúdos que possibilitam um melhor trabalho na perspectiva da Lei? Caso sim, que conteúdos são esses? (exemplificar).*
- 5) *Na sua opinião, o livro didático é uma fonte de confiança para se abordar a temática indígena? Por quê? (qual livro didático usa)*
- 6) *Quais outras fontes de informação e material você usa além do livro didático? (anotar os nomes)*
- 7) *Na sua graduação, quais foram as questões discutidas sobre a temática indígena que te prepararam para trabalhar o tema com seus alunos? Essas questões têm te ajudado no seu dia a dia dentro da sala de aula?*
- 8) *Você se sente um profissional preparado para falar sobre a temática indígena? Por quê?*
- 9) *Caso não se sinta, o que você acha que ajudaria você a se preparar mais? (Cursos, materiais, exemplifique).*

Como também mostrei na metodologia, a escolha dos participantes se deu da seguinte forma: em razão da pandemia, tive que me adaptar a novas condições, tanto de estudo, como trabalho, tive que mudar o meu planejamento, mas quando estamos empenhados em alcançar nossos objetivos encontramos a melhor forma de trabalhar. Posso afirmar que tudo ocorreu bem, da melhor forma possível. Escolhi participantes que já eram próximos de mim, com quem eu tenho contato sempre que preciso. Como as condições não eram favoráveis para realizarmos

encontro presencial para aplicar o roteiro de entrevista pessoalmente, então escolhemos o email, como forma de nos comunicar, o que funcionou muito bem. A seguir, apresentarei os participantes:

Participante/ codinome	Raça/ Etnia	Gênero	Formação	Atuação	Conclusão da graduação
Professora de letras	Não- indígena	Feminino	Licenciatura em Letras	Ensino Superior	1999
Professora de história	Não- indígena	Feminino	Licenciatura em História	Ensino Superior	2006
Professor de artes	Não- indígena	Masculino	Licenciatura em Artes Visuais	Educação Básica (EJA)	2006
Professora das Séries Iniciais	Não- indígena	Feminino	Licenciatura em Pedagogia	Educação Básica (séries iniciais)	2012 Pedagogia/ 2016 Letras
Professor de Geografia	Indígena	Masculino	Licenciatura em Geografia	Educação Básica	2018

Todos são professores com formação em cursos de Licenciatura, principalmente na grande área de Humanidade. Somente Geografia pertence à área das Ciências Exatas e Naturais.

As respostas dos participantes possibilitou dividir a análise em 3 categorias temáticas, para melhor organização da discussão dos dados.

Categoria 1 – Participantes conhecem a Lei 11.645/08? (perguntas 1 e 2)

Categoria 2 – Participantes trabalham na direção de atender a lei? Quais materiais utilizam para isso? (perguntas 3, 4, 5, 6)

Categoria 3 – Participantes se sentem preparados/as em relação às exigências da lei? (perguntas 7, 8, 9)

3.1 Participantes conhecem a lei 11.645/08

Em relação à primeira questão, se os participantes conhecem a Lei 11.645/08 e a situação em que tomaram conhecimento do seu conteúdo, os participantes responderam da seguinte forma:

1) Sim, eu conheço esta Lei. Tomei conhecimento em 2011 (professora de Letras)

2) Conheço a Lei 11.645/08. Tomei conhecimento por meio de formação continuada da SEED-PR, tendo em vista a participação nas Equipes Multidisciplinares das unidades escolares a partir de 2014 (professora de História)

3) Sim, conheço a lei, tomei conhecimento de sua existência já em 2008, pois como faço parte de professores que trabalham com inclusão acompanhávamos o movimento desde as primeiras propostas (Professor de Artes)

4) *Em 2008, quando cursava pedagogia (professora das séries iniciais)*

5) *Já ouvi falar dessa Lei acima, mas nunca me aprofundei a estudar o que realmente essa lei traz, mas com o passar do tempo foi muito discutido essa questão em escola, nas palestras e em outros eventos, atualmente sei o que é, o que significa essa lei (professor de Geografia)*

As respostas à primeira pergunta mostram que todos os participantes conhecem a Lei 11.645/08, alguns desde o início, como o professor de Artes, que conta que já vinha acompanhando as discussões desde o começo, por fazer parte da equipe de professores que trabalha com inclusão. Outros conheceram mais tarde, como professor de Geografia, que é indígena, mas que desde então afirma que insiste em trabalhar em cima dessa questão. Ou seja, como podemos observar nas respostas de cada professor, mais cedo ou mais tarde, a Lei 11.645/08 chegou ao conhecimento de todos, seja na graduação ou em sala de aula. De alguma forma, todos já ouviram falar sobre a Lei.

Comigo aconteceu da mesma forma, eu também só soube da existência da Lei depois que entrei para universidade e só fui saber um pouco mais quando comecei a trabalhar em meu TCC. Quando iniciei a análise dos livros didáticos é que fui compreender a importância da lei 11.645/08. Mas mesmo sem saber sobre essa Lei, eu já estava desde o início da minha graduação lá no primeiro ano disposta a desconstruir toda história que o livro didático traz sobre os povos indígenas.

Conhecer e trabalhar sobre a importância da Lei 11.645/08 é ajudar na desconstrução não somente dos livros didáticos, mas da História oficial que o Estado construiu sobre os povos originários.

A viabilização do ensino de história indígena e cultura indígena nas escolas brasileiras de nível básico, como determina a lei 11.645/08, é um esforço de reconhecimento e valorização da diversidade cultural indígena, e é também uma maneira de realizar o diálogo da cultura dos povos indígenas com a cultura nacional não-indígena, possibilitando aos não-índios o acesso aos saberes milenares desses povos. (BRITO KAYAPÓ, 2009, p. 67)

Conforme afirma o parente Edson Kayapó, conhecer a lei 11.645/08 é promover diálogo entre as culturas não-indígena e indígenas. É através do que a lei nos propõe que vamos conseguir construir conhecimento, como eu disse uma vez no curso de história: “eu estou saindo da graduação, mas estou levando o conhecimento que adquiri, dentro da universidade. Mas e os meus colegas que se formaram juntamente comigo o que estão levando de saberes indígenas?” Uma coisa complementa a outra, eu preciso do conhecimento não-indígena, assim como o não-

indígena também precisa conhecer os saberes indígenas.

Em relação à segunda pergunta, sobre os objetivos da lei 11.645/08 e se os participantes acreditam que a lei é importante/necessária, os participantes responderam o seguinte:

6) *Na minha visão, o objetivo da Lei é que os currículos da Educação Básica contemplem os conhecimentos, saberes e culturas indígenas nas diferentes disciplinas. Há o destaque, na lei, para algumas áreas em específico, mas entendo que todas as disciplinas precisam atentar para a história, cultura, conhecimentos e saberes dos povos indígenas ao longo da educação escolar. Certamente, acho a lei importante. É mais do que necessária para ampliar nosso conhecimento a respeito de nós mesmos (porque não somos europeus, mas insistimos em reconhecer somente essas heranças), para conhecermos as culturas, conhecimentos, pensamentos dos povos indígenas que são riquíssimos e base de nossas identidades, para reescrever nossa história, para combater visões preconceituosas, para lutar contra a perspectiva colonial. Enfim, a Lei nos permite ter acesso a conhecimentos que são essenciais para repensar nossos modos de viver, ser, sentir, que nos foram roubados pela colonização (professora de Letras)*

7) *O objetivo da Lei é inserir história e cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial escolar, destacando a obrigatoriedade do ensino do tema, bem como algumas disciplinas/componentes curriculares prioritárias para a inclusão da temática (Artes, Literatura, História). A proposta da lei é enfatizar aspectos histórico-culturais brasileiros a partir das etnicidades indígena e negra, apontando a luta desses povos na trajetória histórica brasileira, e como contribuem nas áreas social, econômica e política da nação. A referida lei e sua proposta são de fundamental importância para o aprofundamento e permanência do estudo da história e cultura Afro-Brasileira e Indígena como integrantes do currículo prescrito e do currículo em ação. Além disso, provoca a movimentação e atualização de toda uma gama de profissionais e iniciativas que preconizam a ampliação de pesquisas, multiplicação de materiais, elaboração de percursos formativos, entre outros, voltados para a temática (professora de História)*

8) *Na minha opinião, essa é a das leis mais importantes que já tivemos para a rede de ensino no país para a garantia de conteúdo que contemple as temáticas indígenas e afro-brasileira. Objetiva incluir nas escolas de forma obrigatória, conteúdos históricos culturais importantes na formação desse país por um viés menos eurocêntrico, dá oportunidade de se conhecer e aprender sobre e a respeitar culturas que foram tão importantes para nosso desenvolvimento mas que ficaram minimizadas, aviltadas, apagadas, assassinadas e escravizadas durante a exploração dessa terra. Ela trás no seu texto, a tentativa de minimizar a segregação causada pelo pensamento arrogante e preconceituoso do europeu e de superioridade diante de outros povos (professor de Artes)*

9) *A lei garante ao aluno acesso à informação e reconhecimento da cultura indígena. Muitos professores não trabalham ainda com a proposta pois tem uma linha racista de Educação (professora das séries iniciais)*

10) *Sim porque o conteúdo programático a que se refere este artigo inclui diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e indígena na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. E essa Lei proporciona vários aspectos da sociologia brasileira com a luta e o direito dos povos indígenas, dentre esses é necessário estudar e apoiar as atividades sociais do território*

nacional, umas críticas do professores indígenas é que não podemos ficar somente na história antiga, precisamos adotar essa lei como uma saída para mostrar-se que o indígena não existe somente nos didáticos, mas sim no contexto atual (professor de Geografia)

Conforme a resposta dos participantes, podemos ver que eles realmente estão cientes do que a Lei nos propõe, sua importância, seus objetivos. Afirmam também que é necessário trabalhar a temática indígena dentro das salas de aula. Podemos ver na fala da professora de Letras a sua preocupação, quando ela diz que é necessário que todas as disciplinas contemplem a Lei 11.645.08, mesmo que haja destaque para algumas disciplinas. A professora entende a importância de aprender mais sobre os povos indígenas.

A fala da professora de história deixa clara a importância que esses dois grupos têm na história brasileira, a indígena e negra, mas considera que, além do que a Lei 11.645/08 propõe, precisa-se de profissionais que estejam realmente interessados em trabalhar, além de que é necessário ampliar as pesquisas sobre a temática, bem como a produção de materiais relativos a ela.

Já o professor de Artes aborda em sua fala que essa foi a Lei mais importante da educação, assim como eu mesma mencionei anteriormente. Como foi uma conquista para os povos indígenas, o professor também menciona a importância da história indígena no contexto do desenvolvimento do país, apesar de os indígenas terem ficado apagados na história oficial do país, justamente por valorizarmos mais o contexto eurocêntrico, como se o desenvolvimento desta nação não tivesse envolvimento de outros povos, línguas e culturas, para além da Europa.

A professora das séries iniciais nos diz que a Lei garante o acesso às informações e ao reconhecimento das populações indígenas, mas ainda há professores que não trabalham com a Lei, porque há racismo na educação.

A professora das séries iniciais chegou ao ponto que eu gostaria: o fato de existir racismo na educação. O leitor já deve estar cansado de tanto ler sobre a lei 11.645/08 neste trabalho, mas como citado no questionário, esta foi uma das leis mais importantes desses últimos tempos, pois tem o objetivo de trazer aos povos indígenas a visibilidade e a sua importância para o progresso do País e a sua contribuição para a sociedade. Mesmo assim, ficamos quase 500 anos parados no eurocentrismo em nossa formação acadêmica, razão que faz com que muitos professores não trabalhem a temática indígena, não por falta de conhecimento, mas por causa do racismo.

Na fala do professor de geografia, podemos ver que a Lei 11.645/08 nos proporciona consciência em relação à formação da população brasileira, que tem traços indígenas, que ficaram apagados pelos livros (didáticos), mas como professor indígena, o professor reforça que

não devemos ficar somente no passado, devemos nos atualizar, em relação a tudo o que vem acontecendo.

Para o parente Luciano Baniwa (2016),

A Lei 11.645 fortalece as políticas públicas voltadas para os povos indígenas já existentes, e em médio e longo prazo pode ampliá-las, aperfeiçoá-las e mesmo qualificá-las na medida em que torna as questões indígenas e afro-brasileiras mais visíveis e adequadamente mais conhecidas. O desconhecimento ou o falso conhecimento, assim como a indiferença com relação a esses segmentos sociais e étnicos vigentes na sociedade brasileira, sempre foram as principais causas da ausência de políticas públicas coerentes e adequadas a eles. Cidadãos, planejadores e gestores mais bem informados acerca das realidades e demandas dos referidos segmentos sociais terão mais sensibilidade e compromisso com os seus direitos e mais qualificados para pensar, criar e implementar políticas públicas para eles. É importante destacar que, particularmente no caso dos territórios indígenas que representam 13% do território nacional, trata-se de últimas fronteiras do Brasil em que o Estado ainda não chegou, ou se chegou ainda não consegue estar presente com as políticas públicas coerentes, suficientes, com qualidade diferenciada. E isso só vai acontecer a partir do momento em que essas realidades, com suas histórias, demandas, potencialidades e fragilidades forem conhecidas e fizerem parte da mesa de prioridades dos governos e da sociedade como um todo. Mas não se pode valorizar, muito menos priorizar o que não se conhece. (LUCIANO BANIWA, 2016, p. 20)

Como já citei, na minha formação não tive a oportunidade de ter estudado a temática indígena, porque quando chegou o momento de o professor trabalhar as culturas indígenas, o professor simplesmente pulou/passou para outro conteúdo, então não pude estudar nem o mínimo.

3.2 Os professores trabalham na direção de atender a lei? Quais materiais utilizaram para isso?

Com relação à pergunta sobre se o participante já tinha trabalhado a temática indígena e, em caso afirmativo, quais materiais utilizou, os participantes responderam o seguinte:

11) *Sim, trabalhei. Na disciplina de estágio, apresentei a Lei 11.645/08 às turmas a partir do ano de 2012 e sempre orientei para trabalhar com a temática indígena nas aulas de língua espanhola nas escolas. Não tornei o tema obrigatório, mas expliquei sobre a importância das culturas indígenas na relação com o ensino de espanhol. No ano de 2018, lecionei língua espanhola para o 1º ano do vespertino. O curso se iniciou com a problematização do contato dos povos indígenas com o colonizador e a imposição da língua espanhola a esses povos. Lemos o capítulo de “Diários de Motocicleta” em que Ernesto “Che” Guevara relata suas vivências e visão dos povos indígenas do Peru. Estudamos um pouco sobre as línguas indígenas faladas na América Latina e convidei um ex-aluno do curso de espanhol, que é peruano, para tratar sobre a cultura de seu país e ele explicou um pouco sobre a cultura inca. No ano de 2019, trabalhei com uma disciplina flexibilizada, “O texto literário na sala de aula”. Nesta disciplina, fizemos uma discussão sobre o trabalho com textos literários na vertente decolonial e a produção de indígenas e*

negros ganhou destaque. Os alunos estudaram a Lei 11.645/08 e elaboraram sequências didáticas para se trabalhar literatura em língua espanhola considerando esses autores. Em 2020, na disciplina “Formação e Prática Docente no Ensino Superior” que ministrei no PPGEL, trouxe alguns aspectos relacionados à constituição de universidades indígenas na América Latina. Em 2021, na disciplina “Pesquisa em Linguagem”, estamos discutindo o fazer da pesquisa nesta área, contemplando inclusive a leitura de autores indígenas e a pesquisa desenvolvida por indígenas (professora de Letras)

12) *Sim, já trabalhei com a temática indígena em sala de aula. Geralmente utilizo: mapas de livros didáticos e de sites (localização dos povos nativos da América antes da chegada dos europeus, indicação de reservas indígenas no Brasil e Paraná etc.), narrativas de mitos de origem de alguns povos indígenas (formatos em vídeo ou em texto), reportagens e notícias jornalísticas (sobre ataques aos direitos dos indígenas e também sobre a vida cotidiana nas reservas indígenas e no meio urbano atualmente) (professora de História)*

13) *Sim, sempre trabalhei com essas temáticas mesmo antes da lei, no início por inexperiência utilizava os materiais disponíveis na escola como livros didáticos, mas logo me pareceram muito limitados para abordar as temáticas da maneira como a lei exigia. Posteriormente fui criando meus próprios materiais que através de outros trabalhos, projetos e interações fui acumulando e passando ao power point. A minha prática também se desenvolveu graças a essas experiências de utilização tais como, cerâmica, materiais plásticos para pinturas e modelagens, utensílios e artefatos indígenas, fotografias, filmes, palestras, participações e tudo mais que pudesse de alguma forma ampliar as percepções e criticidade de meus alunos (professor de Artes)*

14) *Sim, sempre trabalho. Utilizo a literatura, autores Indígenas, relatos, procuro os alunos acadêmicos indígenas para que contribuam com as aulas (professora das séries iniciais)*

15) *Na sala de aula nunca trabalhei, sou professor recém-formado, ou seja, ainda não atuo na área. Mas gostaria muito de trabalhar o contexto dessa Lei por que todos os educadores precisam remeter a ideia da formação de diferentes culturas no Brasil, quando eu estiver trabalhando com certeza irei trabalhar essa Lei por que conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar; em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (professor de Geografia)*

Analisando as respostas à pergunta de número três, podemos ver que todos afirmaram ter trabalhado com a temática indígena, ou seja, já estão colocando em prática a Lei 11.645/08. Isso, para mim, me deixa menos preocupada, pois como a Lei surgiu há pouco tempo e os livros didáticos continuam inadequados nos conteúdos que trazem, deixando-nos, povos indígenas, longe da atualidade ou invisíveis, eu fico mais tranquila em saber que há pessoas engajadas em relação à Lei 11.645/06. Até mesmo em relação aos materiais que esses professores utilizam, podemos ver que não estão atrelados somente aos livros didáticos, pois mencionaram que

procuram outros materiais a fim de contribuírem com suas aulas.

O professor de Artes nos relata que, antes mesmo da Lei 11.645/08, já trabalhava com conteúdo voltados à temática indígena e que procura de todas as formas materiais que possam ampliar os conhecimentos de seus alunos. Na área da literatura, há muitos materiais de autoria indígena que podem contribuir com o trabalho dos professores, como os materiais mencionados e utilizados pela professora de Letras. Esses materiais ajudam tanto alunos do ensino básico, como da graduação e pós-graduação, não sendo obrigatório, portanto, o uso dos livros didáticos que, na minha visão, são um grande risco para quem não tem visão crítica a respeito deles.

A professora das séries iniciais foca em literatura de autores indígenas que ela usa para complementar em seu trabalho, assim como conta com a participação de acadêmicos indígenas da universidade, que a ajudam em suas palestras, levando assim ainda mais conhecimento sobre os povos indígenas.

O professor de Geografia afirma que, como ainda não atua em sua área de formação, mas gostaria de trabalhar e garante que irá trabalhar a Lei 11.645/08, assim como todos deveriam fazer, pois é através dessa Lei que os estudantes saberão que não existe uma única nação brasileira, mas várias, que têm várias culturas, línguas e etnias.

Com base na leitura das respostas dos participantes, podemos ver que todos estão cientes do que a lei propõe, todos têm trabalhado a temática, cada um em suas respectivas áreas. E é assim que vamos, cada um contribuindo com o seu conhecimento, para que, enfim, possamos, quem sabe um dia, dar fim ao racismo, que se enraizou desde o início da colonização. Se encontrarmos pessoas dispostas a trabalhar a temática indígena, podemos reconstruir a história oficial, trazer à tona novamente a história indígena, dando visibilidade a nós.

Mas é importante não perder de vista o que observa o parente Luciano Baniwa (2016), quando diz que a Lei 11;645/08 tem potencial, mas poderia ter muito mais se

antropólogos, sociólogos, historiadores, arqueólogos, educadores e outros pesquisadores e estudiosos [fizessem mais]. Devem disponibilizar adequadamente à sociedade brasileira, em geral e em particular, às escolas do país e aos próprios povos indígenas e afro-brasileiros, os resultados de seus estudos e pesquisas, inclusive como contrapartida a tanta ajuda e apoio que recebem das comunidades pesquisadas e estudadas há muito tempo. Essa devolução deve ser feita de forma adequada, por meio de materiais produzidos e disponibilizados em linguagens igualmente adequadas. Os antropólogos, por exemplo, apresentam enormes dificuldades para fazer isso, pois seu foco é sempre para dentro da disciplina, nem mesmo é para a Academia. Esse tipo de esforço dos pesquisadores e estudiosos seria extremamente útil e importante para maior efetividade da Lei 11.645, uma vez que a antropologia (apenas para citar como exemplo) acumulou ao longo de sua história um vasto acervo de conhecimentos sobre as histórias e culturas indígenas e afro-brasileiras que poderiam, quando disponibilizados adequadamente, suprir a principal fragilidade na implementação da Lei 11.645, que é a carência de materiais didáticos qualificados para subsidiar o ensino. (LUCIANO

BANIWA, 2016, p. 18)

Em relação à questão sobre se o participante acha que na disciplina que ministra há conteúdos que possibilitam um melhor trabalho na perspectiva da Lei 11.645/08, os participantes deram as seguintes respostas:

16) *Eu acho que, ainda que venha trabalhando com a Lei desde 2012, é somente a partir de 2017 que eu começo a me aprofundar nessas questões. Principalmente pela possibilidade de parceria com a profa Leticia Fraga, ela foi me introduzindo a pensadores indígenas, a leituras que eu não tinha acesso antes. Com a pandemia, eu comecei a acompanhar lives de pensadores/as, estudiosos/as indígenas e fiz muitas leituras que estão me ampliando a compreensão do que seriam os conteúdos, na área da linguagem e ensino, que me possibilitariam trabalhar a Lei de uma melhor forma. Então, analisando criticamente a minha prática, quando explorei a Lei 11.645/08 na área de estágio, no período de 2012-2017, foi de maneira muito superficial. Eu mencionei e estudei a Lei com os alunos, no entanto, não trouxe pensadores indígenas para problematizar o debate. Não mostrei nenhum material didático ou sequência didática elaborada por indígenas contemplando a Lei em questão. Em 2018, eu consegui dar um passo adiante, que foi inserir as culturas indígenas nas aulas de língua espanhola mais intensamente. Durante todos os bimestres, esta temática se fez presente. Mas ainda sem ler um/a escritor/a ou pensador/a indígena. É só a partir de 2020 que entendo que comecei a trazer pensadores/as e estudiosos/as indígenas para as minhas aulas. Pra mim, nos cursos de Letras Espanhol, os conteúdos seriam: a) A própria Lei. O estudo da Lei, numa licenciatura em letras, seria o início da discussão a respeito da necessidade de inserção da cultura, história, etc. Dos povos indígenas nas aulas de línguas e literaturas; b) Trabalhar as políticas linguísticas e reconhecer que o Brasil e os diversos países hispano falantes não são monolíngues. Estudar os países hispano falantes com políticas linguísticas diferenciadas para o tratamento das línguas indígenas, como o Paraguai e Bolívia; c) Conhecer sobre os povos indígenas na região em que você mora (por exemplo, quem são os povos indígenas no Paraná e as línguas indígenas que eles falam), em seu país e nos países hispano falantes: quantos são, números de línguas indígenas ainda faladas, existência de países ou regiões bilíngues, destaque a algumas línguas indígenas como quechua, guarani, etc.; d) Ser introduzido ao conceito de literatura indígena brasileira e fazer leitura de escritores e escritoras indígenas; e) Trabalhar com referenciais indígenas na área da linguística, literatura e ensino; f) Ler e discutir os documentos referenciais e diretrizes para a educação escolar indígena, principalmente para a área de línguas (professora de Letras)*

17) *A disciplina de História possibilita os estudos sobre história e cultura indígena de modo facilmente integrado, ainda que seja preciso pesquisar muito para realizar abordagens contextualizadas, evitando assim que a temática seja colocada como apêndice. Os conteúdos já foram em alguma medida apontados na questão anterior (Professora de História)*

18) *Sim, minha disciplina é privilegiada em termos de possibilidades de trabalho e representações. Vejo que o maior impedimento para que haja um trabalho na direção das proposições da lei seja a falta de entendimento dela e a formação deficitária dos*

professores. Conteúdos: Arte indígena – a arte indígena de modo geral é tratada apenas como o conhecimento das variantes da sua manufatura tais como cerâmica, plumárias, pinturas corporais, etc. Há outras abordagens que são também importantes como a culinária e festividades em algumas regiões. Para que esse conteúdo vá ao encontro da lei 11.645/08 é preciso uma abordagem que permita a discussão da importância dessas práticas para cada etnia, diferenças culturais e das manifestações religiosas. Ressaltar e discutir a importância dessas culturas para a cultura que praticamos hoje em nossas cidades como também, as questões fundamentais de direitos humanos. Arte afro-brasileira – da mesma forma que a indígena tem questões importantíssimas de respeito e direitos humanos. No Brasil está muito mais viva nas cidades do que a indígena por questões históricas de genocídios, invisibilidade e a sua quase extinção. Graças ao sincretismo, muitas das manifestações religiosas, musicais e festejos de origem africanas resistiram muito próximas, entre outras manifestações artísticas e culinárias, além do fato de que no Brasil, cerca de 54% da população é afro descendente (professor de Artes)

19) *Sim, trabalho com a literatura eu consigo garantir que a Lei se cumpra no estabelecimento de ensino onde atuo. Porém sei que sou um caso isolado (professora das séries iniciais)*

20) *No meu caso como acima citado, durante a graduação não houve uma disciplina sequer que trabalhasse com conteúdos referentes a essa lei que regulamenta a perspectiva de ensino ao âmbito da natureza corpórea, nesse caso a Lei possibilita uma sociologia e historiografia da aprendizagem dentro do ensino à língua indígena brasileira muito forte (professor de Geografia)*

Em relação a essas respostas, podemos ver que as disciplinas a que a Lei se refere como preferenciais para o trabalho com temática indígena, por mais que se possa ter esse espaço nelas para trabalhar a temática, o tempo ainda é curto. Entre o ano de promulgação da Lei, houve poucos debates sobre o assunto ou mesmo nenhuma formação de professores. Caso tenha havido alguma coisa relacionando a Lei 11.645/08 e formação de professores, ainda foi muito pouco diante de tudo que precisa ser feito. Por mais que nós nos dediquemos ao máximo, ainda estamos longe de alcançar o objetivo que a Lei 11.645/08 nos impõe.

Conforme o relato dos participantes, ainda há muito que se alcançar. A professora de Letras nos fala que, por mais que trabalhe a Lei, desde o momento em teve conhecimento dela, ainda percebe lacunas que precisam ser preenchidas e foi em parceria com outras pessoas que ela teve mais conhecimento. A partir desse momento, começou a trazer autores indígenas para a disciplina, o que é muito importante para nossa construção de conhecimento, pois é a visão do indígena sobre sua própria história. Somente com a ajuda uns dos outros é que vamos preencher as lacunas deixadas pelos não-indígena ou pelo próprio livro didático, de autoria não-indígena.

A professora de história aborda em sua fala que a sua disciplina facilita e muito a

abordagem sobre histórias e culturas indígenas, mesmo que isso leve a muitas pesquisas sobre o assunto. É eu o que tenho dito deste o começo: não sou contra o livro didático, mas os livros não abordam o que precisamos. Ensinar histórias e culturas indígenas exige de nós, professores, um pouco mais trabalho, se queremos realmente atender o que a lei propõe. Para facilitar o trabalho, pesquisar sobre os povos existentes em seu próprio estado já um grande começo.

A fala da professora vai ao encontro do que pensa o parente Edson Kayapó (2009), que considera que:

O estudo da história, nesta perspectiva, abará também as noções de tempo, espaço, meio ambiente, terra, saúde e outras temáticas complementares que se desdobram em conceitos e problemáticas sócio-ambientais intimamente relacionadas ao cotidiano indígena. Pensado dessa maneira, o estudo e o ensino da história pode aglutinar os diversos campos do conhecimento numa perspectiva pedagógica multidisciplinar, rompendo com o modelo de ensino disciplinar que compartimenta a ciência e isola os campos de conhecimento. (KAYAPÓ, 2009, p. 64)

Falando do estado do Paraná, este é um lugar privilegiado para os professores, tem comunidades indígenas, que não são poucas. Claro que realizar um bom trabalho vai exigir um pouco mais de esforço. Mas quando se trata de povos originários, eu não me sinto bem em dizer que é aceitável fazer qualquer coisa ou de qualquer jeito. Não só em relação à minha cultura, mas não se deve fazer qualquer coisa, é minha etnia, meu povo, não é qualquer coisa. Não é só porque se trata de cumprir uma Lei que as coisas têm de ser feitas de qualquer jeito, são povos, línguas, culturas.

O professor de Artes nos relata que sua disciplina é a que mais tem possibilidade para trabalhar as culturas indígenas e as suas representações. O que impede para que haja um bom trabalho é a falta de conhecimento sobre o que realmente é a Lei 11.645/08. De alguma forma, falta preparação dos próprios professores.

A professora das séries iniciais relata que trabalha com literatura e que ela consegue fazer com que a Lei 11.645/08 se cumpra no seu estabelecimento de ensino, só que sente que é um caso isolado.

O professor de Geografia nos diz que não teve nenhum conteúdo referente à Lei na sua formação, o que ela é, o que ela nos proporciona e muito menos foi orientado a como trabalhar com ela na área da Geografia.

Posso ver, conforme as respostas dadas pelos professores, que as suas disciplinas possibilitam realmente adentrar a Lei 11.645/08, mesmo que em alguma disciplina ou outra seja um pouco mais difícil. Posso ver a preocupação de cada um, tanto com a falta de material, a falta de conhecimento por parte de alguns professores e com suas formações. A maior parte dos

participantes não teve a felicidade de ter em sua graduação formação em relação à temática indígena. Mas voltando para a perspectiva da Lei, é preciso que todos se engajem juntos, buscando ajuda de quem realmente queira trabalhar com a temática indígena.

Mesmo que seja obrigatório por lei, nem todos querem trabalhar com a temática, muitos preferem não trabalhar com as culturas indígenas. Como disse a professora das séries iniciais, realmente parece que esses professores que discutem histórias e culturas indígenas são casos isolados.

Em relação à pergunta sobre os livros didáticos serem fonte de confiança para abordar a temática indígena, os participantes se manifestaram da seguinte forma:

21) *Não. Na área de língua espanhola, que é o meu campo mais atuante de trabalho, a temática indígena ainda é pouco abordada e, por vezes, há muitos estereótipos (professora de Letras)*

22) *Os livros didáticos têm melhorado quanto à qualidade e variedade das fontes (imagens, mapas, depoimentos, textos narrativos etc.) disponíveis sobre a temática indígena, o que os torna cada vez mais úteis. Contudo, o espaço e tempo para o tema dentro das sequências didáticas ainda aparece bastante limitado (poucas páginas), e tem um grande caminho a percorrer no que diz respeito à integração com os recortes tradicionalmente propostos. Nos anos de 2020 e 2021 tenho usado o livro didático disponível aos estudantes da rede pública estadual do Paraná, que é “História: Sociedade e Cidadania”, de Alfredo Boulos, da Editora FTD (Professora de História)*

23) *Não, o livro didático vem melhorando em seu conteúdo mas principalmente na sua forma mais atraente visualmente tendo que competir com mídias interativas mas a abordagem ainda guarda um viés bem eurocêntrico, utilizando o olhar branco para a construção desse texto o que permite a manutenção de preconceitos e informações distorcidas. Não uso mais livro didático como referência de trabalho, às vezes, utilizo como auxiliar para turmas com dificuldades na construção de textos e algumas imagens com muitas ressalvas e cuidados (professor de Artes)*

24) *Ainda não, tem muito o que melhorar nos livros didáticos (professora das séries iniciais)*

25) *Em geral podemos até confiar nos livros didáticos, mas falando em história geográfica da cultura indígena é uma grande farsa, os livros didáticos trazem uma atitude muito competitiva, ou seja, uma forma de contar a história dos povos indígenas em um só pensamento do escritor, de muitas verdades não contadas, os povos indígenas ainda estão no passado vivendo caça e pesca, vivem pelados e em oca. Mas a verdade é que todos os povos tradicionais estão em constante revolução, com mundo da tecnologia, ciência e outros. Essa lei possibilita muitos na questão da visão da cultura indígena no Brasil (professor de Geografia)*

As afirmações dos docentes vão ao encontro do que o parente Angatu (2020) afirma em relação à presença indígena nos livros didáticos

É comum ouvirmos entre as objeções apresentadas pelos educadores para a implementação do estudo das Histórias e Culturas Indígenas a argumentação de que: “não existe material didático relativo à temática indígena”. Outros profissionais da área de ensino apontam que “os índios só aparecem nos dois primeiros capítulos dos livros didáticos como antes e depois do ‘descobrimento’ e em seguida submergem”. Existem educadores que assinalam a permanência do imaginário apontando “os indígenas apenas como vítimas, sendo exterminados e/ou integrados à sociedade nacional”. Deste olhar decorre a idealização dos “índios como os bons selvagens do século XVI”. Deriva também a leitura de que os mesmos não “adaptaram-se à sociedade, sendo substituídos pela ‘mão-de-obra’ escrava negra e, posteriormente, pelos imigrantes europeus, existindo índios somente na floresta amazônica”. Por fim, aparece a constatação da falta de formação acadêmica durante a graduação sobre Histórias e Culturas Indígenas levando muitos a indagarem: “o que devo mesmo lecionar sobre os Povos Indígenas?” (ANGATU, 2020, p. 56-57)

Com relação à pergunta cinco, três professores afirmaram que não usam livro didático ou não confiam no livro didático, pois seus conteúdos têm estereotipado os povos indígenas. Ou seja, não usam os livros, pois além de eles não ajudarem, não trazem os conteúdos que eles precisam para as suas aulas ou, como nos fala a professora de Letras, o tema é pouco abordado em sua área de atuação, que é língua espanhola.

O professor de Artes afirma não usar mais o livro didático, mas reforça que os livros didáticos vêm melhorando em seus conteúdos, principalmente na forma, que passa a ser mais atraente para competir com mídias interativas. No entanto, mesmo com essa melhoria, o livro ainda é voltado para uma visão eurocêntrica.

A professora de História ainda usa o livro didático em suas aulas, a atualização recente de Alfredo Boulos, que seria o livro didático que mais teria opções para trabalhar a temática indígena. Na visão da professora, os conteúdos têm sido úteis, assim como ela exemplifica em sua resposta, mas também considera que os livros são limitados e tem poucas páginas quando se trata dos povos indígenas.

A Professora das séries iniciais diz não usar o livro, porque ainda tem muito o que melhorar em seus conteúdos.

Já o professor de Geografia afirmou que até podemos confiar nos livros didáticos, mas com relação à temática indígena eles têm sido uma farsa, além de serem carregados de um pensamento único por parte do escritor. Os livros ainda trazem aquele indígena lá do passado, que vive da caça e pesca e pelado no meio da natureza, desconsiderando que nós, indígenas, com o passar do tempo, mudamos e temos nos atualizado.

No meu ponto de vista, o livro didático não é uma fonte confiável, piora ainda mais se

estamos falando em temática indígena. Há livros didáticos, principalmente da disciplina de história que, quando vai abordar os povos indígenas, não cita se são indígenas do Brasil. É claro que vai falar “índios do Brasil”, na maioria das vezes “Tupi Guarani”. Se o livro retratar isso, vai embaralhar a cabeça do professor, pois como o professor vai falar de uma etnia, se não conhece nem mesmo as etnias do seu próprio estado. Geralmente quando entra no conteúdo da temática indígena, fala sobre indígenas da América e nesse contexto entram os Incas, Maias e os Astecas. Não que não sejam etnias importantes, mas aqui estamos falando de uma lei que é uma própria do Brasil.

Então seria importante se focássemos nessa Lei e que propuséssemos falar de povos indígenas do Brasil, para conhecer primeiro as etnias do estado no qual você reside, e depois passar para outras etnias e, por fim, os Incas, Maias e Astecas. Pois estamos falando da construção ou formação do estado brasileiro como nação, em que os povos indígenas brasileiros e suas culturas têm contribuição. Não somos um país eurocêntrico e precisamos estar ligados nisso.

Percebe-se uma movimentação interessante e cada vez maior por um lado, de pesquisadores, autores, artistas e professores indígenas e não indígenas na produção de livros e materiais didáticos de apoio docente ou mesmo de apoio discente nas universidades, e por outro lado, um interesse crescente do mercado editorial. Isso é muito bom, pois, representam raras possibilidades e oportunidades que precisam ser valorizadas, potencializadas e adequadamente aproveitadas. O problema é que os indígenas ou mesmo não indígenas interessados na questão ainda são poucos e enfrentam gigantescas dificuldades para se dedicarem a esse trabalho. Não existe linha de financiamento público para isso, o que é uma pena, pois isso fragiliza e põe em xeque o futuro da Lei. Além disso, entre os poucos autores, pesquisadores e professores indígenas não há experiência acumulada de produção de livros e materiais didáticos voltados para esse público das escolas não indígenas. Toda experiência existente no campo da produção literária indigenista está focada em produção de material didático para a alfabetização de crianças indígenas por meio das famosas “cartilhas bilíngues”. Nunca se produziu livros e materiais didáticos para além disso, para as séries finais do ensino fundamental e ensino médio, muito menos para os iniciantes dos cursos superiores de graduação, é claro, com raríssimas exceções. (BANIWA, 2016, p. 20-21)

Em relação à questão sobre quais outras fontes de informação e material os participantes usam, os professores responderam o seguinte:

26) *Eu busco os textos de autores/as indígenas: Daniel Munduruku, Julie Dorrico, Ailton Krenak, Davi Kopenawa, Aline Pachamama, etc. (professora de Letras)*

27) *Costumo acessar e utilizar alguns sites em especial sobre a temática indígena, com os respectivos materiais disponíveis (textos, atividades, mapas, tabelas, imagens, vídeos etc.):*

https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%Algina_principal

<https://mirim.org/pt-br>

<https://www.dicionariotupiguarani.com.br/>

<https://studhistoria.com.br/> (professora de História)

28) *Livros de autores indígenas e negros, estudiosos, pessoas indígenas e negras, sites de arte de artistas indígenas e negras(os) (professor de Artes)*

29) *Livros de Literatura, contato com os acadêmicos indígenas, documentários produzidos por organizações não governamentais (professora das séries iniciais)*

30) *A Lei 11.645/08 traz como suporte metodológico, que utilizamos o método quantitativo, para verificar a presença de textos cuja temática determinada pela Lei seja contemplada. Ou seja, o método qualitativo nos auxiliou para examinar os textos em relação à origem e às formas de abordagem da temática em questão, a partir, sobretudo, do apoio teórico de alguns autores como Bessa e outros trazem referência, dessa forma eu trabalharia com os textos que representem os livros didáticos analisam a abordagem superficial e minimamente a história e a cultura dos afrodescendentes e indígenas (professor de Geografia)*

Pelas respostas à pergunta seis, posso ver que os participantes da pesquisa têm utilizado ferramentas úteis para colocar em prática o que a Lei 11.645/08 nos propôs e que não têm ficado apenas no que o livro didático oferece, eles têm buscado outras informações/fontes que têm sido úteis para seu trabalho.

Quando não temos conhecimento de algo, por muitas vezes trabalhamos com aquilo que a própria escola nos proporciona, mas com o passar do tempo, vamos nos aperfeiçoando em relação à temática inicialmente desconhecida e vamos abrindo espaço para novos recursos, que aperfeiçoem ainda mais o nosso trabalho. No entanto, nós mesmos, de alguma forma, vemos que não conseguiremos preencher totalmente as lacunas, ou que não recuperaremos o que foi apagado ou silenciada pela sociedade/Estado.

Mas posso ver pelas respostas dadas a essa pergunta o quanto esses professores têm se esforçado para melhorar seu trabalho em relação ao ensino da temática indígena, buscando outras fontes, que sejam relacionadas a autores indígenas ou também acessando sites que contêm trabalhos disponíveis sobre a temática indígena, o que é uma forma de aperfeiçoamento.

Analisando a resposta dada pela professora das séries iniciais, ela tem buscado também conversar com estudantes indígenas, os quais têm trabalhado juntamente com ela para tirar dúvidas não somente dela, mas também dos seus próprios alunos.

O professor de Geografia chama a atenção para o que a Lei 11.645/08 nos proporciona, a quantidade de textos que abrangem a temática indígena e a qualidade de informação que os

textos nos trazem. Ainda enfatiza a forma que os livros didáticos abordam a temática indígena, nos dizendo que os livros abordam superficial e minimamente a história e a cultura dos afro-descendentes e indígenas.

Pude ver pelas respostas dos participantes que eles estão empenhados para que se cumpra a Lei 11.645/08. No meu ponto de vista, vejo a temática indígena como um assunto complicado para trabalhar, mesmo eu conhecendo algumas etnias. Me parece que o assunto é meio embaraçoso quando é para trabalhar com alunos não-indígenas, porque na cabeça deles já está construído certinho (no caso aqui, para o aluno), o que é o “índio”. Então não se trata apenas de desconstruir o que está errado, mas também de corrigir falas que muitas vezes são racistas em relação a nós, indígenas.

Temos muito o que aprender juntos. Novamente volto à importância dos autores indígenas que, no meu ponto de vista, são o único caminho para que possamos fazer com que a Lei se cumpra nos estabelecimentos de ensino, porque em um material de autoria indígena, não vamos encontrar uma visão eurocêntrica, mas o indígena sendo o protagonista da sua própria história.

3.3 O professor se sente preparado em relação às exigências da lei?

Em relação à pergunta sobre a formação dos participantes em relação à temática indígena, eles afirmaram o seguinte:

31) *Não houve nenhum trabalho na graduação. Todo o trabalho que tenho desenvolvido com esta temática é por meio de minha formação continuada e meu aprendizado em parceria com a profa Letícia Fraga e o grupo do CEAI-UEPG (professora de Letras)*

32) *Minha graduação ocorreu na primeira metade da década que inaugurou os anos 2000, e as questões indígenas eram trabalhadas nitidamente em dois recortes: pré-colonial ou atualidade. No contexto pré-colonial estudamos de modo mais amplo aspectos ligados ao imaginário dos europeus sobre os indígenas, e com mais ênfase as formações citadinas de Astecas, Maias e Incas, com pouquíssimo material sobre nativos do território brasileiro. Já no que diz respeito à atualidade, os estudos voltaram-se para princípios gerais ligados à diversidade étnica, vivências culturais X aculturação, entre outros tópicos. Penso que, de modo geral, todos esses estudos ajudaram e ainda ajudam para compreensão da importância de se ensinar e aprender sobre história e cultura indígena na educação básica, bem como para apontarem a vastidão do tema. Contudo, sem dúvida, são insuficientes, uma vez que a temática indígena não esteve presente nos demais recortes espaço-temporais de estudos da Licenciatura em História, deixando lacunas na historicidade dos povos indígenas na trajetória de nossa nação (professora de História)*

33) *Não tive essa felicidade (professor de Artes)*

34) *Quando a lei foi assinada eu estava na faculdade, por este motivo estudamos e vimos a tentativa da implementação. Mas faltou formação (professora das series iniciais)*

35) *Não tive nenhuma discussão acerca de livros didáticos, somente no terceiro ano da graduação teve uma disciplina que discutia muito a questão indígena na sala mas nunca uma lei que estamos falando, senti falta disso, mas além da disciplina totalmente distante do parâmetro da justificativa da questão indígena, muita questão foram feitas durante o tempo da disciplina, como a origem dos nomes de lugares, cidades, vilas, rios e etc... mas profundamente estudado sobre a lei nunca tivemos, mas se fosse hoje com certeza iria questionar muito sobre esse fato. Mas não tive oportunidade de mostrar um pouco mais da minha origem e minha história de indígena Guarani M'bya. Isso implica a necessidade de abordar a temática em questão no ensino de todas as disciplinas do currículo da educação básica, que inclui o ensino fundamental e médio. Consequentemente, essa temática aparece também no livro didático, uma vez que ele é um dos instrumentos mais utilizados pelos professores e alunos nos processos de ensino e aprendizagem (professor de Geografia)*

Compreendo totalmente cada professor que, assim como eu, não teve a oportunidade de estudar a temática indígena na graduação e nenhuma explicação teve sobre a lei 11.645/08. O que sabem sobre os povos originários é porque tiveram contato com alunos indígenas, ou alguém não-indígena que já estudava os povos indígenas. Como nos fala a professora de Letras, o que ela conhece sobre os povos originários é pela sua parceria com outra professora, que já vem estudando a temática indígena há mais tempo.

A professora de história teve a temática indígena na sua formação. Ela fez sua graduação em meados do ano de 2000, isso significa que a temática indígena não era obrigatória no ensino básico. Os assuntos abordados eram os Astecas, Maias e Incas. Quando se chegava aos povos indígenas brasileiros, não havia material suficiente para trabalhar a temática.

A professora das series iniciais afirmou em sua resposta que a Lei 11.645/08 foi aprovada quando ela estava na graduação. Ela acompanhou a tentativa de implementação, mas diz que faltou formação.

O professor de artes não teve a temática indígena na sua graduação, assim como o professor de Geografia, que disse que também não teve a oportunidade de falar sobre a sua cultura Guarani Mbyá e que isso se deve ao fato de a universidade não abordar a temática indígena nos cursos de graduação.

Por outro lado, o professor de Geografia, indígena, diz que não pode contribuir com o curso compartilhando a história do seu povo, pelo fato de que, nós, indígenas, quando ingresamos no ensino superior, geralmente não somos aceitos, já damos de cara com o racismo. Aos

poucos vamos tentando expor a nossa cultura. Quando falo que não somos aceitos é tanto por alunos como por professores não-indígenas. Só conseguimos falar sobre nossa cultura indígena quando um professor abre espaço para nós. Senão, nós apenas estudamos e aprendemos aquilo que o não-indígena nos ensina e podemos até nos formar, mas a contribuição que poderíamos dar em relação à nossa cultura acaba sendo quase nada. É lá no terceiro e quarto ano, quando estamos mais firmes e fortes, já passamos por muitas coisas dentro da universidade, já conseguimos bater de frente com professores e não deixamos passar nada sem colocar a cultura indígena junto.

Quantas vezes eu confrontei o professor de história do Brasil II, quando ele falava que os indígenas não estavam na história. Eu falava para ele “mas eu estou aqui”.

Pude ver pela resposta dos entrevistados que a maioria não teve temática indígena em sua formação. Os que tiveram viram poucas coisas. Na história, quando se vai falar sobre os povos originários, como aconteceu comigo, quando entra uma parte sobre os povos indígenas, no último ano de graduação, a disciplina de América vai falar muito sobre a cultura dos Astecas, Maias e Incas e não fala nada sobre os povos originários do Brasil.

Quando estudamos os povos originários da América, de alguma certa forma o Brasil fica de lado, assim como a disciplina de Brasil não fala nada sobre a temática indígena, mas fala sobre o contexto do “descobrimento” do Brasil, as formas de reinado da classe branca sobre os povos indígenas e negros e a visão do europeu sobre os povos indígenas.

Uma parte vai falar sobre os jesuítas, a sua forma de catequização em relação a nós, indígenas, sua enorme vontade de converter nossos povos ao cristianismo e aí os povos indígenas somem do contexto da historiografia, dando uma sensação de que não existem indígenas no Brasil.

Como suprir essa lacuna? Nas palavras do parente Angatu (2020)

A escola tem o dever de se adequar aos “tempos de direitos” e abrir o diálogo sobre as histórias indígenas silenciadas por séculos. No entanto, é necessário que os professores estejam preparados para lidar com tal realidade, o que pressupõe o empenho na produção de pesquisas e fontes sobre a temática indígena. Por sua vez, o Estado, em parceria com instituições públicas, privadas e Organizações Não Governamentais, deverá promover cursos de formação dos professores da rede de educação básica, sendo que tal formação não poderá prescindir da participação de grupos indígenas entre os formadores. Os cursos de licenciatura, por sua vez, devem realizar o debate de forma profunda nas instituições de Ensino Superior, realizando reformulações em suas estruturas curriculares a fim de contemplar a história e a cultura indígena, seja com a criação de disciplinas específicas ou na organização transversal da temática nos conteúdos curriculares. (ANGATU, 2020, p. 77)

Em relação à questão que pergunta se o participante se sente preparado

profissionalmente para discutir temática indígena, os professores afirmaram o seguinte:

36) *Eu sinto que estou em aprendizado e focada em problematizar estas questões no ensino, extensão e pesquisa. Tenho bastante cuidado em fazer propostas e elaborar as discussões em respeito aos conhecimentos indígenas, aos pensadores e estudiosos indígenas. Não me sinto totalmente preparada, mas busco, junto com a profa Leticia Fraga e grupo CEAI, me preparar para inserir essas temáticas na graduação, na pós-graduação, na extensão e na pesquisa. Sinto que é uma grande responsabilidade para se assumir e que precisa ser assumida com urgência. Por isso, mesmo não me sentindo totalmente preparada, eu me coloco no planejamento de ações de ensino, extensão e pesquisa para tratar desta temática (professora de Letras)*

37) *Penso que pesquisar, ler, selecionar materiais, criar sequências didáticas etc. São tarefas inerentes ao planejamento de ensino, portanto, amplio meus conhecimentos sobre a temática indígena em todos os tópicos de conteúdos em que há espaços curricular para o tema. Assim, não me sinto plenamente preparada, pois se trata de um constante e contínuo processo formativo. Mas, me sinto apta em acessar produções sobre o tema e estudá-los como professora-historiadora, visando a didatização dos procedimentos de ensinar e aprender (professora de História)*

38) *Apesar de ter tido uma criação próxima à cultura indígena guarani e estar atualmente em contato com várias etnias, estudiosos, pessoas indígenas, livros, artistas, não me considero preparado completamente para não cometer erros ou estar sempre aprendendo. A temática indígena é extremamente abrangente, possui questões políticas, antropológicas, históricas, de direitos, de cultura(as). É muito complicado e demanda uma grande dedicação e paixão. Trabalhar esses conteúdos sem se envolver com as pessoas, não me parece honesto como educador, sem querer criticar meus colegas ou de outras disciplinas que abordam esse tema, hoje não consigo mais ver a arte indígena sem que seja **ativismo** de resistência indígena. Neste exato momento enquanto respondo esse questionário, me questiono sobre minhas práticas e se estou escrevendo algum equívoco, sempre atento e mesmo assim é provável algum erro (professor de Artes)*

39) *Não, muitos não dominam o conhecimento e outros não querem por motivos raciais (professora das séries iniciais)*

40) *Posso dizer que como indígena que tem uma profissão na área da educação, hoje devo responder que sim estou preparo para dar uma boa aula de aprendizagem sobre esse tema, até por que eu próprio não conhecia essa regulamentação sobre essa perspectiva da cultura trazido pelos livros didáticos, por isso é muito importante essa lei que traz uma visão totalmente discriminada. Mas com uma luta incansável podemos mudar isso e colocar a realidade aqui no nosso espaço e conquistar o nosso lugar. Professor de Geografia*

Estar preparado(a) para ensino, dependendo do tema que iremos abordar, é muito complicado, por isso responder a um questionamento como esse é um desafio, já que nós, professores, sempre vamos estar em fase de aprendizagem e conhecimentos.

Como pude analisar na resposta da professora de Letras, ela diz que não se sente totalmente preparada, mas busca uma forma de poder incluir na disciplina que ministra a temática indígena. De toda forma, toma cuidado quanto a fazer proposta em que serão incluídos

conhecimentos indígenas, pensadores e estudiosos indígenas. Além disso, tem buscado apoio junto a colegas professores que há mais tempo estudam populações indígenas e que têm contato com alguns grupos de indígenas e o CEAI (coletivo de estudo de ações indígenas), que é um grupo formado por professores e acadêmicos indígenas e não-indígenas que têm feito um importante trabalho, de divulgação do pensamento indígena, inclusive de divulgação de autores indígenas. A professora sente que é uma grande responsabilidade assumir esse trabalho, mas ele precisa ser assumido com urgência.

A professora de história afirma em sua resposta que ler, pesquisar, buscar sobre o tema que nos é proposto como professores é tarefa já dada, para colocar em prática aquilo que o currículo escolar nos propõe, mas que não se sente totalmente preparada, pois estamos em contínuo aprendizado. Se sente apta a acessar as produções relacionadas à temática indígena e estudá-las, como professora/historiadora.

O professor de Artes afirma que, por mais que tenha tido criação próxima aos Guarani e ainda conviver com outras etnias, não se sente preparado, quando o assunto é abordar as temáticas indígenas, pois quando abordamos esse tema demanda muito envolvimento da pessoa. Como a temática indígena é muito complexa, mesmo se dedicando somente a esse tema, poderá ocorrer alguns equívocos e mesmo sempre pesquisando e estudando autores indígenas, pesquisadores, estudiosos, o professor não sente preparado, por estar em contínuo aprendizado. O professor também diz que estudar/trabalhar com esses assuntos/conteúdos, sem se envolver com as pessoas não lhe parece honesto, razão pela qual hoje não consegue mais ver a arte indígena sem ser ativismo de resistência indígena. Afirmou também que, quando estava respondendo a esse questionário, se fazia perguntas sobre suas práticas e se não estava escrevendo algum equívoco. Procura se manter sempre atento, mesmo ainda assim é provável que aconteça algum erro.

A professora das séries iniciais afirma que não se sente preparada e que muitos não dominam o conteúdo ou não querem discuti-los por motivos raciais.

O professor de Geografia afirma que, por ser indígena e ter a sua formação voltada para a área da educação, se sente preparado para dar uma boa aula sobre a temática. A diferença é que antes não conhecia essa regulamentação. Sobre o que os livros têm abordado, ele tem visto como uma discriminação. Por isso a Lei 11.645/08 é importantíssima para desconstruir todo o equívoco que trazem os livros. Acredita que se lutarmos incansavelmente podemos mudar e isso e colocar as realidades vividas pelos povos originários e conquistar o nosso espaço.

As respostas dos professores sobre esse questionamento se tornam preocupante: dos cinco entrevistados, quatro, os não-indígenas, disseram não se sentirem preparados para

trabalhar temática indígena, conforme o que a Lei 11.645/08 nos propõe. Somente um dos participantes disse estar preparado, que é o professor de Geografia, professor indígena. Em relação aos professores que disseram não estar preparados, digo que é preocupante porque esses professores que foram selecionados por mim, são professores da minha confiança, que eu sei que, em algum momento de sua vida, já tiveram contato com algum indígena.

Para o parente Luciano Baniwa (2016), a insegurança dos

professores formadores, ainda todos não indígenas com raríssimas exceções, além de serem resistentes a mudanças, inovações e revoluções curriculares mais profundas, quando alcançam algum nível de sensibilidade para as mudanças não sabem o que e como fazer, porque também não foram preparados para fazer diferente do que sempre fizeram. É uma questão, portanto, estrutural e histórica de difícil superação, por tratar-se de uma mentalidade e prática consolidada que o Bourdieu chamaria de *habitus*. Nesse sentido, o problema de formação de professores e a carência de material didático formam dois difíceis entraves para o êxito da Lei 11.645. Mas é importante reconhecer alguma se ainda frágeis experiências que estão indo na direção de alguma flexibilidade curricular dos cursos de formação de professores que ensejam alguma esperança. Pelo menos percebemos crescentes esforços localizados e assistemáticos de cursos complementares de formação continuada de professores que visam ampliar suas capacidades para lidar com os temas das histórias e culturas indígenas e afro-brasileira no dia a dia de seus trabalhos em suas salas de aulas com os seus alunos. O impacto satisfatório da Lei só se tornará realidade com forte investimento na formação de professores e na produção de material didático para esse fim. (LUCIANO BANIIWA, 2016, p. 22)

Quando falo sobre o conhecimento da temática indígena, os professores não podem deixar de estar atentos em relação às etnias de seu próprio estado. Esses professores que foram escolhidos já tiveram contato com duas etnias, Kaingang e Guarani, exceto ao professor de Artes que teve sua criação próximo aos Guarani.

Então vem o meu questionamento em relação a essas respostas: se eles não se sentem preparados, mesmo tendo contato com indígenas, estudando a realidade dos povos indígenas, como ficam aqueles professores que não têm conhecimento nenhum sobre os povos originários e ainda têm que cumprir a lei 11.645/08?

Em relação à pergunta sobre como o participante poderia se preparar mais para tratar da temática indígena, os participantes responderam o seguinte:

41) *No momento em que estou da carreira, eu gostaria de fazer uma complementação de minha formação para estudar a temática indígena na área da literatura. Neste sentido, um pós-doutorado, mas com um(a) professor(a) indígena. Tenho pensado bastante sobre como conseguiria aprofundar meus estudos e gostaria de ter a oportunidade de estudar de maneira mais próximas com indígenas, que se voltam à temática indígena na área literária (professora de Letras)*

42) *Uma vez que ensinamos com base no conhecimento especializado de cada*

ciência de referência, aliando aos conhecimentos pedagógicos, considero fundamental a contínua produção de especialistas e pesquisadores da temática indígena em seus diversos enfoques e recortes, bem como a ampla divulgação de suas produções (acadêmicas, didáticas ou paradidáticas), para assim atualizarmos e aprofundarmos referências que instrumentalizem e qualifiquem ainda mais nossa formação e atuação docente. Por isso mesmo, entendo que os currículos formativos das licenciaturas, bem como os currículos da educação básica, devem cada vez mais incorporar a temática indígena como constituintes de uma perspectiva que, seja permeada, desde a origem até todos seus desdobramentos, pelo protagonismo indígena em sua própria história (professora de História)

43) *Estudar muito e se envolver; lutar sempre. Ser professor é para mim uma forma de generosidade e amor e nesse caso, não há amor sem luta e envolvimento, não há generosidade sem conhecimento. Obrigado pela oportunidade. Professor de Artes*

44) *Formação com equipe composta de indígenas e de pessoas que realmente tem interesse em aprender e não apenas registrar como conteúdo trabalhado. Quero muito apreender mais e conhecer sobre a temática (professora das series iniciais)*

45) *O que pode contribuir para o fortalecimento cultural, político e para o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas em território brasileiro, visando o fortalecimento de suas formas de gestão comunitária e coletiva, para que os direitos dessas populações enquanto povos nativos e outras diferentes culturas como negros e indígenas sejam respeitados. Valorização das redes de transmissão dos conhecimentos tradicionais indígenas e, promovendo o diálogo e a valorização de conhecimentos e práticas das mulheres indígenas e suas iniciativas de construir redes de relações individuais ou coletivas. Isso no meu ponto de vista (professor de Geografia)*

Em relação à última pergunta desse questionário aplicado aos professores, a professora de Letras afirma que gostaria de fazer uma complementação em sua formação, voltada para a temática indígena na área da literatura, um pós-doutorado, mas com um professor indígena. Afirmou também que tem pensado muito em como aprofundaria seus estudos nesses conteúdos, gostaria também de ter a oportunidade de estudar mais próximo aos indígenas que se voltam para a temática indígena na área da literatura.

A professora de história afirma em sua resposta que considera fundamental a contínua produção de especialistas e pesquisadores da temática indígena nos seus diversos enfoques e recortes, e que também poderia ter uma ampla divulgação de materiais e de produções acadêmicas e didáticas ou paradidáticas, para que dessa forma os professores possam se atualizar e se aprofundar nessas referências que sejam como instrumentos que qualifiquem ainda mais na formação e na atuação dos docentes. Ela entende que os currículos que compõem as licenciaturas deveriam incorporar a temática indígena em uma perspectiva que atuem desde a sua origem até os seus desdobramentos.

Para o professor de Artes, é preciso estudar muito e se envolver cada vez mais e, é claro, lutar sempre. Para ele, ser professor é uma forma de generosidade e amor e olhando por essa perspectiva, não há amor se não tiver envolvimento, assim como não há generosidade sem ter conhecimento.

Para a professora das séries iniciais, uma forma de abordar a temática indígena seria por meio de formação com equipes que fossem compostas por indígenas e com pessoas que tenham realmente o interesse de aprender e trabalhar os conteúdos, não apenas para registrar como conteúdo trabalhado.

O professor de Geografia afirma que para que haja fortalecimentos cultural, político e para o desenvolvimento sustentável é preciso que se valorizem as redes de transmissão dos conhecimentos tradicionais indígenas, que haja diálogo entre as culturas e que sejam valorizados os conhecimentos e práticas das mulheres indígenas, as iniciativas que as mulheres indígenas têm, tanto ela individual quanto coletiva.

Cada professor relatou a forma como gostaria de aprender mais sobre a temática indígena, cada professor na sua respectiva área de trabalho. O que seria importante para eles seria que tivessem aprendido todos os conteúdos citados já na formação inicial, na graduação de cada professor, o que não aconteceu. Mas com a Lei 11.645/08 em vigor, precisamos lutar e resistir para que ela seja realmente cumprida no ensino básico.

Como se preparar mais, então? Nas palavras do parente Angatu (2020)

É necessário que professores, alunos e demais agentes das escolas problematizem e se apropriem dos conhecimentos sobre o tema, tornando-se produtores e protagonistas da produção de outras histórias que avancem contra a versão dominante. Os esforços para a promoção da Lei n. 11.645/08, no que tange ao estudo da história e da cultura indígena, esbarram em limites complexos, entre eles a morosidade e o reduzido interesse das escolas e poder para promover cursos de formação dos professores e produção de material didático específico sobre a temática. (ANGATU, 2020, p. 77)

Analisando as três categorias que foram propostas no trabalho, um dos pontos principais que me chamou atenção é o conhecimento que os entrevistados têm sobre a lei 11.645/08: até então as respostas do questionários foram muito positivas, vieram ao encontro a minha proposta já feita desde o início, a intenção do trabalho já era trazer participantes que conhecessem a proposta que a lei traz para o ensino básico. Ao analisar os questionários, pude contemplar que os participantes todos trabalham em direção a atender a proposta da lei, mesmo que afirmem se sentir um pouco inseguros ao tratar da questão nas suas aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desde trabalho, desde o começo, foi trabalhar a lei 11.645/08, e suas perspectivas para abordar a temática indígena dentro das salas de aula no ensino básico, e juntamente com esse objetivo trabalhar também com os professores não-indígenas da escola básica e ensino superior. Um dos professores participantes é indígena, formado em Geografia licenciatura, que trouxe suas contribuições, para que este trabalho fosse melhor desenvolvido, com uma visão indígena, e também com a visão do não indígena.

Este trabalho teve o aparato não somente de professores do ensino básico e universitária, como também fiz questão de, nesse trabalho, contemplar o trabalho dos autores indígenas, que, para mim, foi uma contribuição muito mais que valiosa, sem palavras para agradecer a cada autor indígena.

Falando um pouco sobre a lei, eu só tive o conhecimento sobre essa lei, no finalzinho do meu curso de graduação de História licenciatura, quando meu TCC já estava na fase final de construção, quando eu trabalhava com os livros didáticos, que foi um dos motivos das quais me levavam a trabalhar com a lei 11.645/08 no Mestrado, já que eu sentia que muitas coisas precisavam ser vistas e revistas, quando se trata da temática indígena no ensino básico.

Trabalhar com a Lei 11.645 me trouxe grandes experiências, na parte de que muitas coisas precisam ser mudadas com relação à temática indígena, mas tudo depende de demandas de governo, para que os professores possam cumprir com aquilo que foi colocado para nós, porque uma coisa depende da outra, pois os professores precisam de formação voltada para a temática indígena, precisam de materiais de apoio, material didático.

E muitas vezes é nos proposto algo, sem pensar em nossa formação, se há materiais adequados para aprendizagem do aluno, como por exemplo, a exigência do projeto de vida, que tem que ocorrer de acordo com a vivência ou realidade do aluno, quando penso nesse projeto voltado para a temática indígena, ou seja para os alunos indígenas, é algo feito sem pensar em como aquilo poderia ocorrer em meio a muitas coisas que ainda faltam dentro das comunidades indígenas, já que os professores seriam/são os responsáveis em buscar os materiais necessários.

Olhando para a vida de um professor, vejo que colocam muitas vezes coisas impossíveis nas mãos dos professores, agora quando voltamos e pensamos na Lei 11.645 podemos ver que até o momento nada foi feito, no objetivo de alcançar os professores.

E no decorrer dos anos mais coisas vem sendo feitas pelos nossos governos, em como analisar a postura do professor em sala de aula, mas quando se trata de materiais adequados para os professores, aí parece que o negócio não funciona, a demanda é muito grande para que

o professor cumpra o RCO, mas o governo não tem pensado em materiais que possam servir de apoio para os professores.

Na minha visão, teria que haver movimento dos povos indígenas, com relação à temática indígena, mas com relação à lei, não sei até que ponto os professores indígenas conhecem a lei, pois a maioria dos professores/colegas de trabalho que são não indígenas não conhecem a lei, porque em momento nenhum é tratado sobre assunto. A lei foi lançada. Eu vejo que um desafio foi lançado para nós, professores, e analisando questões sobre o questionário, eu vejo assim que a lei 11645/08 ela é muito conhecida por professores universitários. A primeira pessoa que me falou um pouquinho sobre a lei foi minha professora e orientadora do curso da história, eu não sabia o que era, mas ela já sabia, mas como o assunto que eu estava tratando não era sobre a lei, eu ainda meio que deixei de lado.

E muitas vezes aquele professor universitário não está no ensino básico, e a lei é obrigatória para o ensino básico, então vejo que os professores universitários não se sentem na obrigação de dar o tema ou trabalhar a lei. Professores que trabalham a temática indígena dentro da universidade, são professores que são mais próximos a alunos indígenas ou às comunidades indígenas e quando verem a dificuldade daquele aluno, verem a necessidade de trabalhar com a temática indígena dentro da universidade, mesmo ela não sendo obrigatório.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ÁREAS KAINGANG. Disponível em http://www.portalkaingang.org/index_aldeia_mapa_geral_g.htm. Acesso em 04 Mai. 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008

BRASIL. **Projeto de Lei nº 5466, de 2019. Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/152937>. Acesso em: 11 Abr. 2023.

BRITO KAYAPÓ, E. M. A diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil: O que a escola tem a ver com isso? In: BANIWA, Gersem; BESSA José Ribamar; GRAUNA, Graça; KAINGANG Bruno; KRENAK, Ailton. (Org.). **Culturas indígenas, diversidade e educação**. Rio de Janeiro: SESC, 2019, p. 56-81.

BRITO KAYAPÓ, E. M. O ensino de História como lugar privilegiado para o estabelecimento de um novo diálogo com a cultura indígena nas escolas brasileiras. **Fronteiras** (Campo Grande), v. 11, p. 59-72, 2009.

BRITO KAYAPÓ, E.; BRITO, T. A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? **Mneme - Revista de Humanidades**, [S. l.], v. 15, n. 35, p. 38–68, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/7445>. Acesso em: 11 abr. 2023.

CÂNDIDO, Sueli Krenge. **Histórias Kaingang**. 2014. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

CRESPO, Claciane Rĩnẽnh. **Êg kanhgág tỹ mỹsinsér mũj fẽ kãme vãsỹ kar uri ke – as danças tradicionais Kaingang: passado e presente**. 2015. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2015.

DIA DO ÍNDIO É DATA 'FOLCLÓRICA E PRECONCEITUOSA', DIZ ESCRITOR. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/bbc/2022/04/19/dia-do-indio-e-data-folclorica-e-preconceituosa-diz-escritor-entenda.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 11 Abr. 2023.

FIDELES, Jaciane Goj Téj Kuitá. **Expressões corporais Kaingang como forma de transmissão de saberes na terra indígena Apucarantina: o Nen Ga**. 2020. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata

Atlântica) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2020.

FLEURI, Reinaldo Matias. Educação e decolonialidade aprender com os povos originários. *In*: FONSECA, A. B.; DIAS, J. (Org.). **Aprendizagens, experiências, sensibilidades e resistências**: estratégias para enfrentar as desigualdades na educação. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto NUTES de Educação, Ciências e Saúde, 2021.

FREITAS, Adailton Fojin. **Ervas medicinais e a cultural Kaingang: um estudo sobre a presença da temática no currículo real da escola**. 2019. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais e Humanas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, PR, 2019.

LUCIANO BANIWA. Gersem Dos Santos. A história e cultura indígena no contexto da lei 11.645/08: reflexões na educação brasileira. **Revista de Educação do Cogeime** – Ano 25 – n. 49 – julho/dezembro 2016, <http://dx.doi.org/10.15599/cogeime.v25n49p11-23>.

MAGALHÃES, H. V. Saberes indígenas e formação de professores: Caminhos para a decolonialidade e interculturalidade. *In*: **II SIELI e XX Encontro de Letras Universidade Estadual de Goiás**, 2022. Saberes e fazeres linguísticos, literários e interculturais em tempos digitais. Campus Cora Coralina: Universidade Estadual de Goiás, 2022. V. 1. P. 1-15.

OLIVEIRA, Juliana Teresinha de; FERNANDES, Marcos Roberto. 2014. 35 f. **O artesanato Kaingang na T.I. Xapecó**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2014.

PROJETO DE PISCICULTURA NA COMUNIDADE INDÍGENA DE MANGUEIRINHA, PARANÁ. Disponível em: <https://gia.org.br/portal/projeto-de-piscicultura-na-comunidade-indigena-de-mangueirinha-parana/>. Acesso em: 04 Mai. 2023.

QUADROS, Alexandre Kuaray de. **Racismo: luta diária e desafio do estudante indígena na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)**. 2022. 98 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

RODRIGUES, Ivan. **Etnohistória Kaingang na região de Palmas/Paraná: Um olhar para a relação com o meio ambiente**. 2021. 107 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, 2021.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Decolonizar o conhecimento e o ensino para enfrentar os desafios na aplicação da lei 11.645/2008: por uma história e cultura indígena decolonial! *In*: MATTAR, Sumaya, SUZUKI, Clarissa, PINHEIRO, Maria. **A lei 11.645/08 nas artes e na educação** [recurso eletrônico]: perspectivas indígenas e afro-brasileiras / organização. São Paulo: ECA-USP, 2020.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Histórias e culturas: alguns desafios no ensino e na aplicação da lei 11.645/2008: de qual história e cultura indígena estamos mesmo falando? **História e Perspectivas**, Uberlândia (53): 179-209, jan./jun. 2015.

SILVA, Lucas Alves da. A História Kaingáng através do Ritual do Kiki. **Revista Santa Catarina em História**. Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984- 3968, v.5, n.1, 2011

SILVEIRA, M. P. da. Posto Indígena Dr. Selistre de Campos: A ação dos Chefes de Posto nas décadas de 1950 e 1960. **Revista Santa Catarina em História**, v. 9, p. 48-59, 2015.

SOUZA, Sheilla (Org.). **Êg jykre s̃ĩnvĩ: nossas belas histórias**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 2014.

STRACHULSKI, JULIANO; SILVA, ADNILSON DE ALMEIDA; FLORIANI, NICOLAS; ALVES, JORGE NO KAYA. Os Kaingang da terra indígena faxinal: a configuração atual das práticas socioculturais territoriais. **Caminhos da Geografia** (UFU. Online), v. 19, p. 307-325, 2018.

TUHIWAI SMITH, Linda. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **RESOLUÇÃO CEPE Nº002, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019**. Aprova Novo Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História, da UEPG. ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE No 002, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.